



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

JORDÂNIA ARAÚJO MARTINS LEAL

**O SUICÍDIO E A INDIVIDUALIDADE HUMANA EM KARL
MARX**

Salvador – BA

2023

JORDÂNIA ARAÚJO MARTINS LEAL

**O SUICÍDIO E A INDIVIDUALIDADE HUMANA EM KARL
MARX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, na Linha de Pesquisa em Filosofia e Teoria Social, como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado em Filosofia.

Orientador: **Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura**

Salvador – BA

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

JORDÂNIA ARAÚJO MARTINS LEAL

**O SUICÍDIO E A INDIVIDUALIDADE HUMANA EM KARL
MARX**

BANCA EXAMINADORA

Mauro Castelo Branco de Moura (Orientador)
Doutor em Filosofia (UFRJ)

Antonio da Silva Câmara
Doutor em Sociologia (Université de Paris VII)

Vinícius dos Santos
Doutor em Filosofia (UFSCAR)

Salvador, 20 de março de 2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão ao Prof. Mauro Moura, meu orientador sempre dedicado, paciente, gentil, amável, com o qual pude contar para concluir este trabalho.

Direcionou esta pesquisa com rigor filosófico, estimulando a autonomia e a liberdade.

Agradeço ao Prof. Leonardo, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

Agradeço ao Prof. Vinícius, pelas observações pertinentes desde o princípio do anteprojeto.

Agradeço ao Prof. Antônio Câmara, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e pelas suas análises.

Agradeço à minha família por tudo, pelo amor de toda uma vida. Meus pais, Vilma e Antônio, meus irmãos, Johatan, Vanessa e Ane, por estarem disponíveis em todos os momentos, me fortalecendo nos períodos difíceis e me incentivando nas ocasiões necessárias.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Marx no Século XXI, por todas as contribuições teóricas e pelas amizades partilhadas.

Agradeço às minhas amigas por estarem comigo nas tempestades que a vida, às vezes, nos impõe e por me acolherem quando mais precisei de colo e afago: Renata, Jéssica, Nairis, Bárbara, Hellen e Daiane.

Agradeço aos(às) estudantes da Rede Estadual de Educação Básica da Bahia, pela escuta, pelo aprendizado e por me mostrarem que sempre é possível reinventar.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar a individualidade humana envolvida no fenômeno do suicídio a partir do pensamento de Karl Marx. Muitos intérpretes concebem o ensaio *Sobre o suicídio* (2006) como um texto intempestivo de Marx. Contudo, procura-se problematizar que não se trata de um escrito que apresenta desconformidade em relação ao conjunto da obra desse filósofo, a começar, entre outros aspectos, pelo estilo literário empregado. Além disso, há também epígonos que se esforçam em produzir a imagem de um Marx economicista, que teria dissolvido a subjetividade humana nos processos estritamente econômicos. Em contraposição a essas leituras, pretende-se demonstrar a preocupação heurística do filósofo acerca da individualidade humana e implicação desta no fenômeno do suicídio, a partir do debate sobre a alienação, o desgarramento, o patriarcado e a solidão.

PALAVRAS-CHAVE: Marx. Suicídio. Individualidade.

ABSTRACT

This work aims to examine the human individuality involved in the phenomenon of suicide from the perspective of Karl Marx. Many interpreters conceive the essay *On Suicide* (2006) as an untimely text by Marx. However, it seeks to problematize that it is not a writing that presents disagreement with the whole of this philosopher's work, starting, among other aspects, with the literary style used. Furthermore, there are also epigones who strive to produce the image of an economistic Marx, who would have dissolved human subjectivity in strictly economic processes. In contrast to these readings, it is intended to demonstrate the philosopher's heuristic concern about human individuality and its implication in the phenomenon of suicide, based on the debate on alienation, detachment, patriarchy and loneliness.

KEYWORDS: Marx. Suicide. Individuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.....	12
O ESTILO LITERÁRIO DE MARX.....	12
1.1 MARX E SUA LIGAÇÃO COM A LITERATURA.....	12
1.2 MARX E SUA PRÁTICA CRIATIVA – ATIVIDADE LIVRE DO ESCRITOR?.....	14
1.3 O ESTILO LITERÁRIO EM <i>SOBRE O SUICÍDIO</i>	17
1.4 O CARÁTER CONCRETO NA ESTILÍSTICA DE MARX: UM PARALELO ENTRE A <i>SAGRADA FAMÍLIA</i> E <i>SOBRE O SUICÍDIO</i>	22
CAPÍTULO II.....	30
A INDIVIDUALIDADE HUMANA.....	30
2.1 NATURALIDADE.....	30
2.2 ATIVIDADE VITAL.....	34
2.3 SER GENÉRICO.....	40
2.4 SINGULARIDADE HUMANA.....	46
2.5 ROBINSONADAS DA ECONOMIA POLÍTICA E O INDIVÍDUO ISOLADO.....	50
2.6 ALIENAÇÃO/ ESTRANHAMENTO E O FENÔMENO DO SUICÍDIO.....	64
CAPÍTULO III.....	78
SUICÍDIO E INDIVIDUALIDADE.....	78
3.1 SUICÍDIO ANÔMICO E SOLIDÃO NA SOCIEDADE MODERNA.....	78
3.2 O SUICÍDIO E O PATRIARCADO.....	87
3.3 O SUICÍDIO EM MARX.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Karl Marx publicou um artigo em 1846 na revista alemã *Gesellschaftsspiegel* (Espelho da Sociedade)¹, que se ocupou da temática da morte voluntária. O manuscrito cujo título é *Sobre o suicídio* (2006)² traz à cena uma contribuição, quase desconhecida, do filósofo revolucionário no que diz respeito à problemática do suicídio. Esse tema não tem chamado atenção dos pesquisadores, uma vez que o texto é pouco estudado na academia e até mesmo pelos marxistas.

Este ensaio que trata sobre a morte voluntária apresenta uma importante reflexão sobre a individualidade humana implicada no fenômeno do suicídio a partir do pensamento de Marx. Os conflitos projetados na sociabilidade burguesa ganham contornos específicos na esfera privada, onde o indivíduo se localiza enquanto ser individual. Contudo, esta esfera é atravessada pelos valores erigidos na fundação da propriedade privada e na divisão social do trabalho. Nesta perspectiva, os principais elementos analíticos que subjazem os comentários realizados por Marx, neste escrito, serão apresentados por intermédio do entrelaçamento entre individualidade e sociabilidade.

Os casos examinados de suicídio, no artigo em questão, são circunscritos na esfera privada, de modo específico sob o domínio da instituição familiar burguesa. É importante ressaltar que Marx traz à tona a temática do suicídio sob a perspectiva da modernidade. O que aparece no exame transpõe a crítica da economia política e a luta de classes, surge uma investigação fundamentada na complexidade do pensamento e projeto do autor em trazer à baila as nuances da vida humana em suas relações concretas.

1 Anteriormente à publicação do artigo, em janeiro de 1845, Engels editor da *Gesellschaftsspiegel*, juntamente com Hess, realiza uma declaração com uma finalidade específica na revista. De acordo com Kevin Anderson (1999), o apontamento tinha caráter provocativo e continha um teor sentimental. A supracitada declaração possuía como objetivo suscitar e acelerar um auxílio/reforma para a humanidade padecente. Ademais, ela evocava descrições sobre a realidade social de maneira empírica, o que incluía a solicitação também de dados estatísticos. Em 1846, Marx iria publicar o escrito intitulado *Sobre o Suicídio* nesta revista⁸. Artigo em que o autor combina diferentes temáticas. Entre os temas explicitados é possível verificar o cerne da questão do suicídio vinculado à dimensão humana. Apresenta assim, uma “crítica das relações de propriedade, das relações familiares e das demais relações privadas – em uma palavra, a crítica da vida privada” (LÖWY, 2006, p. 15).

2 Quando o manuscrito *Sobre o Suicídio* foi preparado, Marx estava exilado na Bélgica. Originalmente, *Peuchet: vom Selbstmord*, o texto obteve divulgação na revista socialista alemã, em que Engels e Moses Hess figuravam à frente do periódico. Porém, há apenas um pouco mais de uma década que o texto foi traduzido no Brasil.

Em primeira instância, o ensaio *Sobre o Suicídio* (2006) se destaca do instrumental teórico de Marx por trazer a composição de excertos de outro autor, cuja reunião dos casos analisados e comentados foram extraídos do diretor dos Arquivos de Polícia, Jacques Peuchet. Além disso, o recorte dos incidentes específicos não foi retirado de uma obra conceituada como científica. Todavia, trata-se de um conjunto de informações de episódios que teve como sequência comentários feitos por Marx. Outra característica fundante deste escrito é o tratamento de uma questão social pouco abordada em outros trabalhos do editor da *Gazeta Renana*, refere-se à opressão das mulheres vinculada ao suicídio. Neste sentido, a junção de todos esses elementos nesta obra se manifesta de forma singular, uma vez que “cada um desses traços é raro na bibliografia de Marx.” (LÖWY, 2006, p. 14).

Além disso, o estilo literário desse ensaio é considerado único em relação ao conjunto da obra de Marx, já que foi construído a partir de memórias. Desse modo, tal aspecto merece ser examinado devido a sua relevância para se pensar as motivações do autor quando da publicação do manuscrito. Ao que tudo indica, Marx procurou trazer a lume, no referido ensaio, as singularidades de cada indivíduo que comete suicídio e as opressões distintas que podem afligir a vida destas pessoas.

Vê-se que a atenção dedicada por Marx ao indivíduo não é circunscrita apenas em *Sobre o Suicídio* (2006), o autor de *O Capital* se volta à problemática em outras produções teóricas. É nesta direção que, segundo Kevin Anderson (1999), a análise de Marx não renuncia à atuação humanista que está evidenciada nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, pelo contrário, aplica suas investigações em uma análise concreta dos casos de suicídio. Na obra considerada como expressiva do humanismo marxiano, o autor expõe a sociedade capitalista como propulsora da “autorenúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas.” (MARX, 2010, p. 141).

Marx dedicou atenção ao sentido de existência do ser humano na sociedade capitalista. Este tópico sobre o indivíduo na perspectiva marxiana tem um campo investigativo ainda pouco explorado, sobretudo a relação do ser humano com o fenômeno do suicídio. Isso se deve, em partes, ao posicionamento de muitos intérpretes de Marx, que sustentam uma inexistência do lugar dedicado à categoria da individualidade. Esta ótica se apoia na compreensão de que o editor da *Gazeta Renana* fixou de maneira vigorosa o exame da estrutura econômica, sintetizando o ser humano e a individualidade ao campo unilateral das

determinações materiais. Todavia, o que se apresenta é o filósofo revolucionário contribuindo teoricamente para a investigação acerca do indivíduo e o suicídio.

O artigo comporta uma análise de quatro casos de suicídio, entre eles três possuem como protagonistas o gênero feminino. Deste modo, o texto apresenta a opressão enfrentada pelas mulheres, independente da classe à qual pertencem. A crítica trabalhada no ensaio visa mostrar que não somente a classe proletária padece na sociedade burguesa, a opressão contra as mulheres se acopla ao sistema capitalista e assume o seu lugar, atravessando todas as relações sociais.

O fenômeno do suicídio parece indicar um tendência semelhante ao que ocorre com o processo de estranhamento/alienação na sociedade capitalista, a partir da manifestação do isolamento, confinamento e desgarramento que acomete o indivíduo no período moderno. O conceito de estranhamento pode nos ajudar a entender o suicídio sob o viés capitalista. No ensaio *Sobre o suicídio* (2006), Marx salienta mais profundamente as maneiras pelas quais podemos notar como o capitalismo alcança pontos mais subjetivos. Por outro lado, a inclinação ao suicídio neste texto, parece indicar, também, uma forma de se esquivar das difíceis e duras condições de uma vida alienada/estranhada, cuja estrutura é concebida pela dinâmica capitalista.

Diante disto, pretende-se lançar luz sobre o suicídio a partir da complexidade que constitui o indivíduo na perspectiva marxiana. Objetiva-se apresentar a contribuição de Karl Marx sobre o drama e as angústias do ser humano antes de decidir cometer suicídio, isto é, a implicação da individualidade humana no ato irrevogável de pôr fim à vida. Neste sentido, a problemática que direciona esta investigação recai sobre a possibilidade de conceber uma compreensão da individualidade em Marx através do fenômeno do suicídio. Ademais, este será investigado pelo viés de condição de possibilidade em apresentar a preocupação do autor não somente com o suicídio como um ato em si, mas com o indivíduo, em seu aspecto irreduzível e único.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, será investigada a relação de Marx com a literatura bem como o seu estilo literário no escrito *Sobre o suicídio* (2006). Aqui, será necessário contextualizar o ensaio no panorama literário e filosófico da vida do filósofo. Objetiva-se analisar o estilo literário e a sua importância na exibição do aspecto singular e íntimo das cenas de suicídio. Ademais, cumpre examinar o lugar da

literatura no arcabouço teórico de Marx e em sua vida, isso pode indicar suas razões em ter levado à publicação o texto *Sobre o suicídio* (2006) com essa estilística.

No capítulo seguinte, investigaremos alguns dos aspectos mais significativos que delineiam a compreensão do autor acerca da subjetividade ou da individualidade humanas e, para isso, dialoga-se com outros textos do ilustre pensador renano. O intuito é apresentar a percepção de Marx sobre a habilidade humana de transformar o mundo e a si mesma. Por outro lado, serão examinados os impactos que a sociedade capitalista promoveu no indivíduo, a partir do conceito de alienação/estranhamento e isolamento. Aqui, destaca-se a compreensão de desgarramento do sujeito na modernidade e como esse processo terá implicações no fenômeno do suicídio. Com essa análise, é possível visualizar como o indivíduo não consegue sentir-se vivo na dinâmica capitalista. Ele tem a percepção de um esvaziamento de si, como se tivesse perdido algo fundamental: a ligação com a própria vida.

Por fim, procura-se, pois, examinar de que forma a singularidade humana é compreendida por Marx com base no fenômeno do suicídio. A partir daí, adentra-se nas cenas dos suicídios, com a pretensão de analisar a relação entre o fenômeno e o processo de desgarramento e solidão na sociedade burguesa. Evidencia-se a morte voluntária como uma forma de mostrar efetivamente a subjetividade, sobretudo no caso do suicídio feminino, já que apresenta uma das poucas possibilidades de subterfúgio das mulheres contra o patriarcado. Além disso, o exame busca exhibir a morte voluntária como um tipo de oposição às condições opressivas de uma vida alienada.

CAPÍTULO I

O ESTILO LITERÁRIO DE MARX

Antes de adentrar no exame acerca da individualidade humana e o suicídio, é preciso contextualizar o artigo *Sobre o suicídio* (2006) nas perspectivas literária e filosófica da vida de Karl Marx, uma vez que a obra foi considerada, por vezes, como um texto curioso, sobretudo pela característica de seu formato literário ou semiliterário. Ademais, o artigo suscita ainda inquietações acerca da motivação do autor em publicá-lo, especialmente por ter sido baseado em memórias de um arquivista da Restauração. O estilo literário parece exibir o que há de mais íntimo e singular nos casos analisados sobre o suicídio. Convém examinar a importância da literatura na vida de Marx, bem como tentar compreender suas razões e escolhas por esta estilística em suas observações empíricas e filosóficas do ser humano e da sociedade. À vista disso, será necessário assumir a tarefa de começar o exame acerca da ligação de Marx com a literatura e do seu modo de escrita. Haveria em Marx um estilo literário? Se sim, a obra *Sobre o suicídio* (2006) merece destaque neste painel? Estas são algumas perguntas que serão colocadas em análise a seguir.

1.1 MARX E SUA LIGAÇÃO COM A LITERATURA

O contato de Marx com a literatura surge desde muito jovem e ele, inclusive, tinha pretensões, inicialmente, de seguir a carreira de poeta. O projeto não foi adiante, mas ele “[...] procurou sempre dotar a sua obra de uma força literária fulgurante, pois, além de sociólogo, economista, historiador, linguista etc., era também um grande escritor, inscrito na melhor tradição literária neolatina” (SILVA, 2012, p. 99).

Na sua infância, nos tempos da escola, Marx já demonstrava interesse pela literatura. Segundo Isaiah Berlin, no ginásio ele havia sido razoavelmente bom em matemática e teologia, porém, “seus principais interesses eram de natureza literária e artística – uma tendência devida, principalmente, à influência de dois homens dos quais muito aprendeu e sobre os quais referiu-se sempre, durante toda a vida, com afeição e respeito” (BERLIN, 1991, p. 42). Certamente, Berlin está se referindo ao pai de Marx, Heinrich e ao seu futuro sogro, o barão Ludwig von Westphalen.

O primeiro contato do filósofo com a literatura ocorreu por intermédio de seu pai. De acordo com Eleanor, filha de Marx, Heinrich teria influenciado as leituras do seu filho com autores como Voltaire e Racine. Por sua vez, através da amizade de Ludwig von Westphalen, em Marx cresce mais ainda a sua paixão pela literatura, sobretudo dos textos de Shakespeare e dos românticos alemães como Schiller e Goethe (GABRIEL, 2013, p. 33). Ademais, o filósofo também teve contato com o pensamento dos primeiros socialistas utópicos que estavam em evidência na época a partir de seu vínculo com seu futuro sogro.

Ele entrou na Universidade de Bonn em 1835. De início, matriculou-se em nove disciplinas, contudo, ele diminuiu para seis, em consequência de uma sugestão de seu pai. Dirá Heinrich Marx ao filho: “Nove disciplinas me parecem um exagero, e eu não gostaria que fizesse mais do que teu corpo e tua mente são capazes de suportar” (WHEEN, 2001, p. 22). Desta forma, Marx cursa três disciplinas ligadas à arte e à literatura, quais sejam, Mitologia dos Gregos e dos Romanos, Questões de Homero e História da Arte Moderna. Vê-se que Marx, aqui, já demonstraria interesse pelos tópicos voltados ao campo literário e artístico.

Depois de um ano de estudos na Universidade de Bonn, ele partirá para Berlim. Nesta nova estadia, Marx dirige a sua atenção à Filosofia. Aqui, sua relação afetiva com Jenny von Westphalen começa a se consolidar. Resultando, desta forma, em três cadernos de poesia que ele dá de presente à Jenny no Natal de 1836, os dois primeiros intitulados *Livro do amor* e o terceiro, *Livro das canções* (HEINRICH, 2018, p. 2014).

Ademais, ainda há um outro caderno, a bem da verdade, que foi um presente que Marx deu ao seu pai em abril de 1837, em razão de seu aniversário de sessenta anos. Neste material, além de ter algumas poesias contidas nos cadernos que foram entregues à Jenny, há também fragmentos do romance satírico, *Escorpião e Félix*, e do drama *Oulanem* (HEINRICH, 2018, p. 211).

Marx, na juventude, havia pensado em lançar uma revista de crítica teatral, pretendia também realizar um estudo completo sobre Balzac e ainda um tratado de estética (EAGLETON, 1976, p. 13). Ele tinha a prática de ler um número expressivo de obras. Marx desenvolveu um hábito de leitura e de trabalho que merece ser ressaltado, nas palavras dele próprio: “Adquiri um costume de resumir todos os livros que lia” (HEINRICH, 2018, p. 207). Hábito esse que o acompanhará até os seus últimos dias.

Importa lembrar que o ilustre pensador renano era um frequentador assíduo de teatros e recitava poesias sempre que possível. Como o próprio Terry Eagleton nos lembra, Marx era um “devorador de toda espécie de arte literária, da prosa agustana às baladas industriais” (EAGLETON, 1976, p. 14). Com efeito, Marx era sensível às manifestações artísticas e literárias e dedicava, em certa medida, uma atenção significativa aos estilos literários, começando pelo seu próprio.

Muito antes da publicação do ensaio que trata sobre o suicídio, a literatura já pertencia ao mundo de Marx, já que “a arte e a literatura faziam parte do próprio ar que Marx respirava, como intelectual alemão fantasticamente culto dentro da grande tradição clássica da sua época.” (EAGLETON, 1976, p. 13). Como salienta também Isaiah Berlin (1991):

Karl, que atingiu a maturidade muito cedo, tornou-se leitor devotado da nova literatura romântica; o gosto por ele adquirido durante esses anos impressionáveis permaneceu inalterado até a sua morte. Gostava, mais tarde de recordar as tardes passadas com Westphalen durante aquele período que parecia o mais feliz de sua vida (BERLIN, 1991, p. 43).

Neste sentido, não se pode negar o quanto a literatura perpassa a vida e o pensamento do filósofo, tampouco é possível distanciar as remissões à literatura que Marx fará em suas distintas obras. Portanto, não se trata de uma característica isolada de um escrito ou outro. Pelo contrário, é perceptível a constante presença da literatura em sua vida e desse formato estilístico ao longo de seus escritos.

1.2 MARX E SUA PRÁTICA CRIATIVA – ATIVIDADE LIVRE DO ESCRITOR?

Ainda que a economia política no arcabouço teórico de Marx apareça como cerne de suas investigações, nota-se a presença significativa da literatura no conjunto da obra marxiana. Decerto que a produção teórica de Marx expressa uma profícua influência literária, apesar de esta ser uma característica que é frequentemente esquecida. Com isso, seria quase improvável que Marx, erudito por formação, deixasse isso escapar em seu estilo e em seu projeto de emancipação humana.

A literatura localiza o que há de mais tangível nas relações humanas. Ratificar esta característica significa dizer que ela expõe de forma perceptível conflitos, tragédias, vicissitudes e contingências humanos no âmbito concreto. Ademais, não só o mundo objetivo

é figurado por ela em sua proeminência, as questões subjetivas também ganham destaque no terreno da literatura.

E nada melhor do que a literatura para impulsionar uma crítica à sociedade moderna e adentrar as reflexões de ordem teórica, trazendo para a vida real o que estava pairando na abstração dos ideólogos. Por isso, será exibida nesta pesquisa a questão do estilo literário de Marx e suas características, como forma de exposição mais próxima da concretude, da realidade e dos sujeitos singulares.

Vale destacar a *Introdução de 1857*, cujo texto traz uma reflexão valiosa de Marx acerca do aspecto artístico-literário. Com esta leitura, torna-se viável identificar, uma vez mais, o lugar que a literatura cumpre em seus textos. Nela, é possível capturar a direção que Marx toma sobre as ideias estéticas e o valor universal da arte. Veja-se o que o autor nos diz: “mas a dificuldade não está em compreender que a arte e o epos gregos estão ligados a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade é que ainda nos proporcionam prazer artístico e, em certo sentido, valem como norma e modelo inalcançável” (MARX, 2011, p. 92).

A dificuldade, escreve Marx, reside no efeito que a arte pode provocar nos sentidos, independente do período histórico em que fora produzida. Nesta perspectiva, uma indagação permanece, isto é, por qual razão nos sensibilizamos com uma criação artística que não foi forjada sob as mesmas condições materiais em que vivemos? Esse aspecto não se configura como o mais difícil de se resolver, pois, para Marx, a arte não se apresenta redutível às circunstâncias sociais em que fora desenvolvida. Para o filósofo, o que aparece como significativo – e como o ponto central da questão – recai sobre o efeito sensível que a arte provoca no ser humano, imprimindo-lhe um poder estético que ultrapassaria inclusive as determinações históricas.

Sobre a ideia de Marx em relação ao valor e durabilidade da arte grega, Vázquez afirma que: “a obra de arte supera assim o *humus* histórico-social que a fez nascer” (VÁZQUEZ, 1978, p. 27). E ele completa comentando que “assim como a arte grega sobrevive hoje à ideologia de seu tempo, também a arte de nosso tempo sobreviverá à sua ideologia” (VÁZQUEZ, 1978, p. 33). A arte resulta da ação do indivíduo, situada em um contexto histórico específico. Isso quer dizer que ela surge pelo particular, todavia constituiria o universal humano.

Com efeito, a capacidade da literatura de tocar no âmago da existência humana parece apontar para os principais dramas que os indivíduos vivem e que, embora circunscritos em realidades específicas, não se restringem às suas origens sócio-históricas. Esses conflitos permanecem no desenrolar do tempo e da história da vida humana, se entrelaçando, assim, à subjetividade. Pensando nesta problemática, Francisco de Assis Silva posiciona a pergunta: “mas, por que isso ocorre? É possível que as questões que cercam o ser humano ainda permaneçam, em certa medida, irresolvíveis, e isso torne viável pensar a arte como momento de reflexão dessas questões” (SILVA, 2018, p. 21).

Os aspectos literários e artísticos parecem indicar essa qualidade de expor os sentimentos e os valores que o ser humano tem em distintas configurações sociais. Ou seja, é uma forma de exibição de problemáticas que são caracterizadas por não encontrar uma solução simples. Por isso, elas, em certo sentido, fazem parte da existência humana independente do tempo e do espaço. Em vista disso, Terry Eagleton considera que “algumas dessas ideias, valores e sentimentos só nos são acessíveis na literatura” (EAGLETON, 1976, p. 11).

O que há de mais interessante nesta questão é que Marx consegue criar um estilo próprio em sua narrativa crítico-social, que não desmerece a importância da literatura e tampouco empobrece seu arcabouço científico-teórico. A posição de Marx coloca no centro de suas investigações o ser humano e seus embates, tanto de ordem social quanto subjetiva.

O filósofo narra, por intermédio de seu estilo literário, os indivíduos e sua conexão com a realidade. Marx era leitor de Shakespeare, sendo que a obra deste último foi muitas vezes considerada como a que melhor expressaria as paixões e incompreensões humanas. Pode-se arriscar em dizer que Marx era um observador do indivíduo, de seus sentimentos e de seus sofrimentos nas relações reais. Talvez por isso ele tenha se aproximado do drama e, sobretudo, das tragédias.

Sendo assim, o recurso literário se revela como o mais apropriado para exibir um campo de possibilidades que o sujeito mobiliza. Esse estilo não é alheio ao modo como o próprio Marx encarava a vida. Ele imprime em seus textos a inquietação, a busca incessante da compreensão das relações entre os indivíduos no bojo da sociedade. O autor não realizou tal empreendimento através de uma narrativa estritamente científica. Ele desenvolveu uma escrita literária, cativante, incisiva e, como aponta Ludovico Silva, “implacável, de um escritor que nem mesmo a miséria amedrontava” (SILVA, 2012, p. 85).

É preciso levar em consideração que as problemáticas que permeiam a sua investigação eram tão complexas que Marx também precisou encontrar uma narrativa à altura, que pudesse contemplar as várias dimensões daquilo que se apresentava enquanto um emaranhado de descobertas em sua cabeça. E é por intermédio da aplicação de um estilo literário intransferível que Marx exhibe para o mundo os seus achados.

E se engana quem, amiúde, procura identificar as suas remissões literárias como alegorias, que por vezes tornaria a obra marxiana diminuta, como se Marx utilizasse a literatura em sua produção apenas como adorno. Pelo contrário, o que notamos é justamente um Marx escritor que recorre à literatura como manifesto de suas ideias polêmicas, bem como para trazer à tona a concretização de questões abstratas, dando força às suas reflexões filosóficas de modo persuasivo.

1. 3 O ESTILO LITERÁRIO EM *SOBRE O SUICÍDIO*

O exame feito no artigo *Sobre o suicídio* (2006) está apoiado em um estilo criativo, o que resulta em uma escrita que apresenta a realidade de forma sedutora, relacionando as experiências particulares de cada personagem nos contextos sociais em que estão inseridas. Isto permite um entendimento amplo e ao mesmo tempo singular do fenômeno do suicídio. Caberia acrescentar que Marx elabora um instrumental teórico “urdido com fios literários concretos”, que não se limitaria aos domínios de um campo específico de conhecimento (SILVA, 2012, p. 11).

O ensaio *Sobre o suicídio* (2006) publicado por Marx se destaca pela excepcionalidade³, por uma possível qualidade incomum com o conjunto de sua obra. É considerado como um texto singular, tanto no que diz respeito à temática quanto pelo próprio tratamento concedido pelo autor. Isso envolve, na verdade, o desdobramento de uma estilística comprometida em expressar com rigor o conteúdo investigado. Talvez por isso tenha tido um inibido reconhecimento. Mas será, com efeito, um texto desgarrado do conjunto da obra e do pensamento do filósofo renano?

3 Ricardo Antunes (2006), em sua resenha acerca do lançamento de *Sobre Suicídio* no Brasil, evidencia a excepcionalidade do texto de Marx, cuja coautoria não encontra o nome de Engels, seu dileto amigo de toda uma vida e obra, mas sim de um arquivista policial. Neste escrito, afirma Antunes, o leitor encontrará uma discussão seminal e “uma pista para aqueles que pensavam que, dentre os clássicos da teoria social, somente Durkheim havia se debruçado sobre o tema do suicídio” (ANTUNES, 2006, p. 217).

Marx se ocupará de um polêmico assunto da sociedade moderna: o suicídio. Como um filósofo revolucionário, ele não abdicou de se enveredar pelas questões candentes de sua época. Era, pois, um crítico da realidade e da condição humana. Sendo assim, a polêmica fará parte de seu modo de interpretar e transformar o mundo. Em razão disso, Ludovico Silva assinala que o estilo literário de Marx possui a expressão de “[...] letra virtuosa plena de espírito concreto, espírito crítico-polêmico e espírito irônico – estes são os traços de um escritor como Marx [...]” (SILVA, 2012, p. 81). Neste cenário, acerca da estatura da obra de Marx e sua ligação com o aspecto polêmico, Mauro Moura também afirma que:

Sua vasta obra não se detém diante dos limites usuais das disciplinas consagradas, espalhando-se pelos domínios da filosofia, da economia, da sociologia, da antropologia, da política, da história etc. Ademais, nasce, em muitos casos, de um impulso polêmico, motivado pela confrontação de ideias, e parcela preponderante de tudo o que escreveu não se destinava à publicação, mas só postumamente e sem a chancela do autor foram tornadas públicas. (MOURA, 2009, p. 161).

Desta forma, esta característica do arcabouço teórico de Marx – de perpassar por campos distintos – aponta o quanto ele se lançava em estudos intensos e múltiplos. Marx “não era um economista puro, nem um sociólogo puro, nem um político puro: era um cientista social completo, que não encontraria um espaço determinado em nenhum dos ‘departamentos especializados’ das universidades modernas [...]” (SILVA, 2012, p. 21).

Nesta perspectiva, o artigo *Sobre o suicídio* (2006) é um caso de adaptação efetuada por Marx a partir das memórias de Jacques Peuchet⁴ e, ao que tudo indica, tinha como finalidade provocar efeitos reflexivos no público por intermédio de uma descrição envolvente das narrativas particulares. A escrita do texto sob o estilo literário oferecia uma visão dramática acerca dos relatos, cujos enredos dos indivíduos concretos possibilitavam a transposição de seus medos, aflições, angústias, decepções, suas subjetividades, em suma, a singularidade de cada protagonista implicado no fenômeno do suicídio.

O estilo do manuscrito, cujo desenvolvimento se deu através de atributos literários, não é alheio ao todo da obra marxiana. Segundo Ludovico Silva (2012), o estilo é algo mais

4 Jacques Peuchet (1758-1830) começa sua carreira como economista. De 1789 a 1791, anos considerados revolucionários, ele estava no cargo na administração policial, todavia suas concepções monarquistas moderadas fizeram com que ele fosse preso em 1792. Jacques Peuchet, sem demora, foi liberto. Ele levou uma vida sem destaque até 1801, quando então foi designado a ocupar altos postos econômicos e policiais no Governo de Bonaparte. No ano de 1815, Peuchet exerceu o cargo de arquivista de polícia em Paris. Peuchet, no entanto, carregou consigo, ao ter se aposentado, os documentos densos dos arquivos da polícia. Os quais originam o seu livro de memórias. E posteriormente desperta interesse em Marx.

restrito que a literatura. Isso significa dizer que dentro do círculo dos escritores científicos, deve-se reconhecer a expressão literária de muitos. Contudo, quando se fala em estilo, Silva (2012) esclarece que poucos teriam exercido ou que possuíram tal característica em suas obras. Marx seria um desses poucos. Ludovico Silva (2012) afirma que o desenvolvimento de uma forma literária em nada atrapalha o rigor do arcabouço teórico que se pretende ser científico. Pelo contrário, esse sistema estilístico daria ainda um rigor ilustrativo à ciência, cujo acréscimo só contribuiria para uma linguagem harmônica que exprima a demonstração científica de modo expressivo. Desta forma, Silva explica o estilo literário do filósofo:

No caso específico de Marx, a sua vontade de estilo levou-o muito longe. A parte da sua obra que pôde polir e entregar ao público constitui, como ele mesmo observou, ‘um todo *artístico*’ - não só pela estrutura arquitetônica que exhibe, mas porque até os seus mais insignificantes detalhes aparecem cinzelados, límpidos e muitas vezes iluminados por uma arte metafórica tão elaborada que bem se poderia dizer de muito de seus conceitos que têm a aparência *perceptos*. (SILVA, 2012, p. 12).

Neste trecho, Ludovico aponta que os conceitos de Marx são elaborados com rigor a partir de metáforas, objetivando atingir seus leitores não só no pensamento, mas também na própria percepção da realidade. Ou seja, as ideias de Marx mostravam em todos os seus detalhes, não somente em termos teóricos, mas também estilísticos, a percepção de dados empíricos quanto de conceitos abstratos. Tornando, assim, os seus escritos claros e bem articulados. O efeito de sua exposição acabava por demonstrar as fragilidades, na prática, das teorias que manifestavam uma “espécie de fetichismo verbal que faz da linguagem científica um jargão abstruso, hierático e morto, inepto para exercer uma ação direta sobre o grande público” (SILVA, 2012, p. 12). É neste sentido que Mauro Moura diz que:

Marx produziu uma crítica tão profunda quanto definitiva da sociedade burguesa, conforme demonstram suas reiteradas remissões aos clássicos da literatura universal (Cervantes, Dante, Defoe, Horácio, Homero, Goethe, Shakespeare, Sófocles etc.) e da filosofia (Aristóteles, Bacon, Condillac, Darwin, Descartes, Diderot, Epicuro, Heráclito, Hegel, Hobbes, Hume, Leibniz, Locke, Mandeville, Montesquieu, Rousseau, Vico, Voltaire etc.), além, é claro, dos clássicos (e dos nem tanto!) da economia política, montando um painel tão impressionante que estimulou a sanha de epígonos e detratores em produzirem simplificações, em muitos casos pouco atiladas. (MOURA, 2008, p. 162).

Desta forma, a busca investigativa de Marx e o seu hábito por recorrer a fontes distintas do conhecimento dão mostras do que viria a ser o seu estilo literário.

Para o filósofo, a força da teoria se converte em potência na prática. Em outras palavras, ela também deve se mover para um resultado no plano objetivo, a começar pelo impacto dos escritos na própria percepção do público leitor. Aqui, a relevância do estudo de casos de suicídio é exibida. A transposição textual dos pormenores dos relatos de autoextermínio concebem uma dimensão prática, que pode ser percebida e demonstrada por intermédio de conceitos e ideias que partem da realidade concreta. Deste modo, Ludovico Silva comenta que “o que Marx pensa é algo que se pode *perceber* plasticamente – nele, o conceitual tem valor perceptual” (SILVA, 2012, p. 13).

Marx não recorre às “fraseologias” que pouco podem acrescentar ao tema do suicídio. Ele prefere exibir o relato daqueles que decidiram romper irrevogavelmente com a vida. Colocando em tela as memórias do arquivista – que traz uma narrativa quase que onisciente dos casos –, Marx concebe assim um modo singular de capturar os fatos sociais. O filósofo traz à baila o que há de mais íntimo no ato do suicídio, isto é, a individualidade humana. E isso não significa dizer que ele tenha reduzido o fenômeno a um simples subjetivismo. Por essa razão que Marta Rodrigues (2009) acautela que “há momentos em que o ensaio chega a soar como uma espécie de arqueologia da alma humana; noutros, soa como um tratado antropológico da sociedade partida” (RODRIGUES, 2009, p. 705).

Marx não deixa de apontar as relações sociais que os protagonistas estão imersos, contudo, ao que parece indicar, a finalidade é lançar luz também sobre o indivíduo, seus dramas e seus problemas diante da morte voluntária. Desta maneira, em *Sobre o suicídio* (2006) Marx se aproxima ainda mais das pessoas aflitas e sofridas, independente da classe social, pois o que está em debate é o sujeito humano padecente.

Por outro lado, apoiar-se sobre as memórias de Peuchet não torna diminuta a participação de ambos nesta denúncia de uma realidade social, que inclusive não se esgota em análises de estatísticas puramente instrumentais. A literatura permite a Marx uma inserção nas questões que implicam uma problematização mais próxima dos sujeitos singulares. E é por isso que Francisco de Assis Silva (2018) afirma que “na literatura é possível descrever a sociedade com uma veemência crítica que coaduna e, em certos casos, supera aquela análise que se restringe à evidenciação de estatísticas sem a devida reflexão sobre os números” (SILVA, 2018, p. 11). O autor supracitado ainda acrescenta que a via literária permite uma

crítica que tem o potencial de alcançar “as pessoas na sua vida cotidiana, nas questões mais singulares, captar o sentido daquilo que se apresenta de modo único e explorar intimamente cada aspecto da existência humana.” (SILVA, 2018, p. 11).

Assim sendo, Marx utiliza a sua estilística para provocar uma reflexão real, materialmente concretizada e que toca no âmago da existência humana. Ademais, o que o filósofo propicia, na obra *Sobre o suicídio* (2006), é uma visão das situações descritas com uma penetração na vida cotidiana.

Além de apresentar seus comentários acerca do suicídio através das narrativas de Peuchet, o filósofo também destaca, na introdução de seu texto, a relevância de um exame baseado no formato literário. Assim, ele elucida que é preciso que a crítica das condições sociais seja feita e evidenciada por “escritores de todas as esferas da literatura, sobretudo dos gêneros do romance e das memórias” (MARX, 2006, p. 21). O aspecto literário e a qualidade dos escritos de Peuchet parecem ter sido elementos que suscitaram interesse em Marx⁵ e, por isso, Michael Löwy (2006, p.15) pontua que as memórias do arquivista “apresentariam uma variante de qualidade literária: basta lembrar que um dos seus episódios inspirou *O conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas.”

Para que seus escritos se tornem profícuos, Marx também realiza a sua construção a partir da utilização de metáforas e/ou ironias. A aplicação desse estilo não ocorre de modo desinteressado, como Ludovico Silva (2012) esclarece: “o módulo conceitual desta ironia é sempre propiciado por aquela infinita capacidade que Marx tinha para olhar pelo *avesso* - ou pelo reverso - todos os fenômenos sociais de que os economistas, filósofos e políticos só viam a aparência, o anverso.” (SILVA, 2012, p. 91).

Destarte, é perceptível que Marx efetua uma análise do suicídio a partir de um panorama diverso, compreendendo a multiplicidade das suas causas. Evitando realizar assim condenações unilaterais sobre os suicidas. Com isso, o autor expõe uma crítica sobre o autoextermínio que foge ao moralismo de sua época, o que nos autoriza a afirmar que o filósofo examina o “avesso” do suicídio.

O artigo é considerado como um texto curioso pela preocupação de Marx com a temática do suicídio, mas, sobretudo, também pelo formato da sua escrita. No entanto, Marx

5 Segundo Kevin Anderson (1999), “é importante lembrar que *As Memórias* de Peuchet despertaram uma preocupação investigativa não apenas em Marx, mas também em Alexandre Dumas que escreveu o esboço de *O Conde de Monte Cristo* (1844), o qual foi pensado a partir de um dos episódios das memórias do arquivista. Portanto, o manuscrito deste último, publicado em 1838, não somente por seu conteúdo, mas também pelo seu estilo, chamou atenção de duas proeminentes personalidades do século XIX” (p. 11).

que foi um leitor voraz, escreveu a maioria de suas obras citando os grandes clássicos da literatura. Além disso, é importante lançar luz às trezentas páginas (aproximadamente) de textos literários que o próprio Marx escreveu, e que somente veio a lume na publicação da MEGA-2, sem contar que apenas parte desses escritos foi preservado (HEINRICH, 2018, p. 212).

Portanto, o recurso ao estilo literário não parece ser um aspecto curioso do ensaio *Sobre o suicídio* (2006), tampouco da obra do filósofo revolucionário. Pelo contrário, se apresenta como uma vertente característica do pensamento de Marx. O manuscrito é um material que resgata elementos heurísticos do autor que são frequentemente esquecidos, ou até mesmo anulados. Sem embargo, a publicação mostra ligações salutares com os demais escritos de Marx, e o estilo literário se apresenta como um desses aspectos. Ainda que o tema do suicídio não tenha aparecido de forma recorrente em suas preocupações investigativas, a finalidade de observar e examinar a condição humana nas relações concretas o acompanhará até o túmulo.

Ademais, a estilística de Marx demonstra, na obra em destaque, a individualidade humana através de uma narrativa de casos, cuja exibição dos dramas enfrentados pelos protagonistas permite adentrar no cerne da vida comum. Este olhar voltado para o âmbito individual e também social parece indicar que a escolha realizada por Marx levou em consideração que a melhor forma de exposição seria uma crítica a partir do estilo literário. Por isso Löwy (2006) argumenta que “para o jovem Marx, tal crítica não perderia de forma alguma o interesse pelo fato de exprimir-se sob a forma literária ou semiliterária: por exemplo, sob a forma de memórias.” (LÖWY, 2006, p. 15).

Certamente, o ensaio tinha como pretensão ser lançado para a vida real, se desviando assim do destino das “fraseologias” filosóficas e das limitações das fórmulas econômicas. A literatura permitia um caminho apropriado e sedutor para exprimir o objeto que Marx se debruçara, descortinando assim o que estava no “avesso” do fenômeno do suicídio, a saber, a singularidade humana.

Deste modo, a forma literária que reside no manuscrito *Sobre o suicídio* (2006), mostra um Marx dedicado a desvendar as particularidades que integram as relações afetivas bem como a individualidade humana. Decerto a literatura constituirá a forma mais autêntica escolhida por Marx para apresentar essa crítica.

1.4 O CARÁTER CONCRETO NA ESTILÍSTICA DE MARX: UM PARALELO ENTRE A *SAGRADA FAMÍLIA* E *SOBRE O SUICÍDIO*

Depois de apresentar a relação entre a literatura e o ensaio *Sobre o suicídio* (2006), cabe destacar uma outra característica encontrada na obra. Trata-se de uma possível análise concreta do fenômeno do suicídio. Este elemento também sugere uma escolha estilística de Marx.

O ensaio que aborda o tema do suicídio está localizado no mesmo contexto de debate e inflexão teórica de Marx entre os anos de 1845 e 1846. Momento em que o autor direciona a sua atenção para o caráter objetivo das relações sociais. Em outras palavras, ele está interessado no estudo prático da realidade.

Para Marx, refletir a respeito do suicídio implica penetrar em uma compreensão dos elementos materialistas e, portanto, tangíveis. Por isso, tais reflexões podem sugerir que o manuscrito confronta também, assim como em outras obras, a noção que fixa o ideal sobre o real. Pensando desta forma, seria importante estabelecer um diálogo com a primeira publicação do autor em parceria com Engels, a saber, *A Sagrada Família*. Neste sentido, busca-se ressaltar a ideia nuclear que permeia os dois textos. Trata-se, pois, da importância da experiência concreta.

De acordo com Ricardo Abduca (2012), a análise que Marx faz na publicação realizada em colaboração com Engels apresenta uma ligação com o exame feito no ensaio que fala sobre o suicídio. Em suas palavras:

Esses casos reais de suicídio podem ser tomados como uma introdução *A sagrada família*, um texto polêmico e difícil de ler. Em todas as observações críticas, Marx e Engels procuram opor a abstração filosófica à verdade social que emerge da distância entre o que realmente acontece e o que as coisas deveriam ser de acordo com sua 'essência' imaginada ou teológica. (ABDUCA, 2012, p. 18).

O diálogo com Abduca permite compreender esta oposição às questões abstratas. De fato, Marx e Engels direcionavam suas preocupações ao que de mais palpável havia, os acontecimentos sociais em sua dimensão real e concreta. A dupla se notabiliza em relação aos grandes autores de sua época justamente por constituir uma denúncia da sociedade apresentando as contradições reais.

É neste contexto que Marx e Engels postulam na obra polêmica, cujo objetivo é atacar as posições de seus antigos aliados, que a teoria deve partir da prática, das relações reais. Assim, eles declaram o objetivo do escrito:

O que nós combatemos na Crítica baueriana é justamente a especulação que se reproduz à maneira de caricatura. Ela representa, para nós, a expressão mais acabada do princípio cristão-germânico, que faz sua derradeira tentativa ao transformar a crítica em si numa força transcendental. (MARX; ENGELS, 2011, p.15).

Como é possível perceber, os dois pensadores buscavam criticar o modo especulativo de fazer filosofia, ou seja, denunciavam as fragilidades da desconexão entre o real e o ideal. Para eles, a filosofia especulativa apresenta uma troca da realidade pelo pensamento. Nas próprias palavras dos filósofos, “no lugar do ser humano individual e verdadeiro, coloca a ‘autoconsciência’ ou o ‘espírito’” (MARX, ENGELS, 2011, p. 15).

Como é sabido, Marx e Engels constituem uma aliança fraterna e intelectual, cujos elementos formam “finalmente uma concepção integral do mundo” (LÁPINE, 1983, p. 316). Eles compuseram, de setembro a novembro de 1844, escritos que ficaram conhecidos como *A Sagrada Família*, primeiro resultado desta aliança. A obra foi encaminhada ao “Jornal Literário Geral” (*Allgemeine Literatur-Zeitung*), cujo editor foi Bruno Bauer.

Emerge daí um acerto de contas com os novos hegelianos, além disso, é o momento que “marca uma nova etapa da formação do marxismo” (LÁPINE, 1983, p. 316). Aqui, Marx está envolvido com a investigação objetiva das relações sociais. Os fundadores do marxismo imprimem neste manuscrito uma crítica sarcástica à concepção especulativa.

Do ponto de vista defendido pela filosofia da autoconsciência, as ideias tinham lugar significativo e dominavam a realidade. É por isso que essa concepção de mundo via no ideal a criação de todas as coisas. Na medida em que a realidade aparece apenas como resultado das ideias, o pensamento toma o lugar de criador. Marx critica essa inversão ao analisar a condição social dos trabalhadores:

Eles sentem de modo bem doloroso a *diferença* entre *ser* e *pensar*, entre *consciência* e *vida*. Eles sabem que propriedade, capital, dinheiro, salário e coisas do tipo não são, de nenhuma maneira, quimeras ideais de seu cérebro, mas criações deveras práticas e objetivas de sua própria autoalienação, e que portanto só podem e devem ser superadas de uma maneira também prática e objetiva, a fim de que o homem se torne um homem não apenas no

pensamento e na *consciência*, mas também no *ser* massivo e na vida. A Crítica crítica, pelo contrário, quer fazê-los crer que deixarão de ser trabalhadores assalariados na realidade apenas com o fato de superar em pensamento o pensamento do trabalho assalariado, apenas com o fato de deixar de se considerarem trabalhadores assalariados em pensamento, deixando, de acordo com essa fantasia exagerada, de deixarem-se pagar por sua pessoa. Na condição de idealistas absolutos, de seres etéreos, naturalmente eles poderão viver do éter do pensamento puro depois disso. (MARX; ENGELS, 2011, p. 66).

Nota-se que a filosofia da autoconsciência não leva em conta o mundo real, uma vez que o substitui por categorias abstratas. Nesta perspectiva, ao passo que a realidade é diluída no todo abstrato, a autoconsciência fará o trabalho de criar as coisas do mundo. É por isso que Marx afirma que para “a Crítica crítica, todo o mal reside apenas no modo de ‘pensar’ do trabalhador” (MARX; ENGELS, 2011, p. 65). Em vista disso, Marx postula que não é possível que os trabalhadores modifiquem as condições sociais em que estão inseridos apenas na ideia, uma vez que eles sabem identificar a distinção entre o real e o pensamento.

É nessa polêmica, denunciando a inversão do real pelo ideal, que o processo conhecido como o materialismo histórico ganha destaque. Através dessa concepção pode-se perceber o aprofundamento intelectual do autor, pois esse amadurecimento também apresenta um método inaugural de sintetizar perspectivas econômicas, políticas e sociais em uma estrutura única, podendo ser aplicado a distintos momentos e condições sociais. É precisamente por meio de uma compreensão materialista que Marx destaca a importância da observação científica baseada na realidade. Isaiah Berlin (1991) esclarece essa dinâmica:

A única região possível onde buscar princípios da dinâmica histórica deve ser uma que esteja aberta à inspeção científica, isto é, normal e empírica. Segundo Marx, já que os fenômenos passíveis de explicação são os da vida social, a explanação deve, de certa forma, residir na natureza do meio social que forma o contexto em que os homens passam na vida, naquela malha de relações privadas e públicas de que os indivíduos formam os termos, da qual eles são, como foram, os pontos focais [...] (BERLIN, 1991, p. 122).

Na *Sagrada Família*, Marx e Engels tentam colocar o ser humano real no lugar do ser humano abstrato. Com a crítica ao idealismo especulativo de Bauer, eles “reconhecem incondicionalmente o avanço de Feuerbach e seu grande serviço de ter providenciado os fundamentos principais para a crítica de todas as metafísicas ao colocar o ser humano no lugar da velha quinquilharia, da velha e eterna filosofia da autoconsciência.” (MEHRING, 2014, p. 124).

Neste sentido, notamos que a preocupação do filósofo é expor que a consciência não é uma força em si, separada dos indivíduos. Esta análise não se restringe ao livro *A Sagrada Família*. Do mesmo modo, em *Sobre o suicídio*, embora escrito em formato literário, Marx também pretende transmitir uma crítica evidenciando o real em vez do ideal, através dos relatos sobre a morte voluntária.

Por isso, ao final do ensaio, destacando o fenômeno do suicídio como parte da sociabilidade humana, ele apresenta também um quadro estatístico dos casos de suicídio. A tabela, contendo os números de mortes voluntárias, cumpre o papel de dar ênfase aos relatos particulares examinados por Marx no decorrer do escrito, uma vez que, como é perceptível, ela por si só não responde à diversidade de indagações que giram em torno da problemática do suicídio.

Analisar os acontecimentos sociais dentro de uma perspectiva materialista resultava em uma ação recíproca de sua consciência filosófica e sua preocupação objetiva do mundo (LÁPINE, 1983, p. 51). Sendo assim, o filósofo, sabendo disso, introduz seu texto tornando clara a predileção por uma análise baseada na “acuidade mundana” quando destaca a crítica francesa da sociedade moderna. Em suas palavras:

A crítica *francesa da sociedade* tem, em parte, pelo menos a grande vantagem de ter apontado as contradições e os contrassensos da vida moderna, não apenas nas relações entre classes específicas, mas também em todos os círculos e configurações da hodierna convivência e, sobretudo por suas descrições dotadas de um calor vital imediato, de uma visão rica, de uma acuidade mundana [...] (MARX, 2006, p. 21).

Marx estava pretendendo dar um exemplo desta crítica que emerge do mundo, de profunda riqueza imagética, ao lançar para o público leitor o artigo *Sobre o suicídio* (2006), por isso Ricardo Antunes (2006), em sua resenha sobre a publicação da edição brasileira, afirma que o filósofo parte “da concretude do real para melhor compreender o mundo” (ANTUNES, 2006, p. 217).

Desta forma, o autor começa a se voltar para os fenômenos sociais. Assim como n’ *A Sagrada família*, em *Sobre o suicídio*, Marx enfatiza a concretude, as evidências encontradas na vida real, a vida material. Estes aspectos são comuns às duas obras referidas e acompanhará as preocupações marxianas em todas as suas produções teóricas e em seu pensamento revolucionário.

Marx apreende os casos de suicídio com a finalidade de mostrar a problemática sob a concretude das relações humanas e através da diversidade dos olhares que a temática requer. Em decorrência disso, o autor toma em seus cadernos de notas os episódios das memórias de Peuchet, que não é um socialista e nem tampouco economista, mas sim um arquivista policial da Restauração. Logo, a importância da experiência política e real de Peuchet será ressaltada por Marx, uma vez que sua atuação pôde exibir uma crítica pautada na vida prática. Como escreve Marx:

Em Jacques Peuchet, como também em muitos dos velhos militantes franceses - hoje quase todos mortos - que passaram por várias revoluções desde 1789, por várias decepções, momentos de entusiasmo, constituições, governantes, derrotas e vitórias, a crítica das relações de propriedade, das relações familiares e das demais relações privadas - em uma palavra, a crítica da *vida privada* - surge como o necessário resultado de suas experiências políticas. (MARX, 2006, p. 22).

Aqui, ele ressalta o conhecimento como resultado da experiência concreta, o que decorre em uma crítica fundamentada na profundidade do cotidiano. Assim, Marx continua trazendo à baila o interesse por este aspecto:

Peuchet escreveu idoso suas memórias, cujo material ele havia reunido em parte dos arquivos da Polícia de Paris e de sua longa experiência prática na polícia e na administração, e só permitiu que elas viessem a público *após sua morte*, de modo que ninguém pudesse incluí-lo entre os “*precipitados*” socialistas e comunistas, que, como é sabido, carecem completamente da profundidade admirável e dos conhecimentos abarcantes da nata de nossos escritores, burocratas e cidadãos militantes. (MARX, 2006, p. 23).

Neste sentido, a pretensão de Marx com a publicação do manuscrito reside em algo amplo e realista. Ao evidenciar um arquivista e suas memórias para fundamentar uma reflexão sobre o fenômeno do suicídio, Marx tem em seu horizonte a ideia de mostrar que não é necessário encarnar a figura de um socialista para conceber uma crítica sobre a sociedade. Michael Löwy explica que Marx apreciava:

[...] escritores como Balzac e Dickens, pensadores políticos como Carlyle, economistas como Sismondi -, muitas vezes integrando intuições dele aos seus próprios escritos. Assim como Peuchet, a maioria deles não era socialista. Mas, como observa Marx em sua introdução ao artigo, não é preciso ser socialista para criticar a ordem estabelecida. (LÖWY, 2006, p. 17).

De acordo com Löwy, Marx concebe uma análise concreta pautada nos elementos tangíveis da realidade e, por isso, o filósofo não acredita em uma caricatura pronta da crítica, ou seja, ele não concebe uma personificação acabada acerca da avaliação revolucionária do real. Essa compreensão deve ser construída e, para tal, não é uma condição necessária se intitular como socialista. O que interessa é o conteúdo dessa análise e não a designação de seu autor.

Além disso, Marx expõe na *Sagrada Família* (2011) elementos que podem indicar o seu interesse pela temática do suicídio, já que ele analisa as personagens do romance de folhetim de Eugène Sue. Na maior parte do texto, Marx está criticando o exame realizado por Szeliga acerca da obra de Sue, um romance intitulado *Os Mistérios de Paris*. Este último fez grande sucesso na França do século XIX. Nesse sentido, ainda que a crítica de Marx seja direcionada, sobretudo, a Szeliga, o ilustre renano não deixa também de atingir o próprio Eugène Sue. É interessante levar em consideração que no outono de 1844 Marx já demonstrava que conhecia o texto de Peuchet. Ao se direcionar a Szeliga, ele diz:

Caso o senhor Szeliga tivesse lido as memórias dos arquivos da polícia de Paris, as memórias de Vidocq, o "Livre noir" e outros do tipo, saberia que a polícia tem um posto ainda *mais favorável* no que diz respeito a isso do que o dos criados, por "mais favorável" que seja o posto destes; saberia que a polícia apenas se vale dos criados para os serviços mais grosseiros, que não apenas se põe a escutar diante das portas dos senhores surpreendendo-os em négligé, mas que inclusive desliza entre os lençóis de seus leitos sob a forma de uma femme galante ou até mesmo da esposa, pilhando-os nus da cabeça aos pés. No próprio romance de Sue vemos como o espião da polícia Bras rouge constitui um expoente fundamental desse estado de coisas. (MARX; ENGELS, 2011, p. 89).

E aqui, o filósofo caracteriza a polícia como um agente que penetra no íntimo do cotidiano das pessoas. Os casos de suicídio, como dito anteriormente, podem ser compreendidos como uma introdução à *Sagrada família* (ABDUCA, 2012). Eles funcionariam como exemplos para realizar, uma vez mais, oposição à crítica abstrata dos bauerianos. Nessa obra, Marx e Engels estão trabalhando com personagens e conceitos, os quais eles discutem para mostrar que a crítica deve ser feita sob pressupostos concretos (ABDUCA, 2012, p. 22). Vale ressaltar a personagem Fleur de Marie, quando ela pensa em suicidar-se:

Sim [ela responde], - mais do que uma vez meus olhares se dirigiram por sobre os baluartes, além do Sena, mas logo eu voltava a contemplar as flores e o sol, e dizia para mim mesma: o rio haverá de estar sempre aqui e eu não tenho sequer dezessete anos de idade; quem sabe? Dans ces moments-là il me semblait que mon sort n'était pas mérité, qu'il y avait en moi quelque chose de bon. Je me disais, on ma bien tourmenté, mais au moins je n jamais fait de mal à personne⁶ (MARX; ENGELS, 2011, p. 192).

Marx em seguida comenta que “o bom e o mau, tal como Marie o concebe, não são as abstrações morais do bem e do mal. Ela é boa, pois não causou mal a ninguém e sempre foi humana diante de um meio desumano” (MARX; ENGELS, 2011, p. 193). Para Kevin Anderson, Sue retrata Fleur de Marie como uma mulher pecadora que precisa de redenção religiosa, que ela recebe à custa de se tornar esmagadoramente culpada e infeliz (ANDERSON, 1999, p. 08).

As personagens representadas no livro *Mistérios de Paris* exibem oposições como bem e mal, felicidade e tristeza, miséria e retidão, etc. No entanto, Marx, ao contrário de Sue, não busca respostas coletivas abstratas. No ensaio *Sobre o suicídio* (2006), ele concebe experiências através dos exemplos que podem ser encontrados na realidade.

Marx também altera o estilo do arquivista quando é necessário remover frases que enfatizavam o aspecto religioso ou demonstravam uma solução sentimental para as problemáticas apresentadas (ABDUCA, 2012, p. 25). O objetivo de Marx era ressaltar a possibilidade de um outro delineamento acerca do problema do suicídio. Diferente da visão que reverberava em sua época no que diz respeito ao fenômeno, ele apresentava o suicídio como “último recurso” para livrar-se de circunstâncias que mascaram a concretude e sufocam a individualidade humana na vida real.

6 "Naqueles momentos, me parecia que minha sorte não era merecida, que havia em mim algo de bom. Eu dizia para mim mesma: muito me atormentei, mas ao menos não fiz jamais mal a alguém" (Tradução).

CAPÍTULO II

A INDIVIDUALIDADE HUMANA

Examinando o estilo literário de Marx em *Sobre o suicídio* (2006), ao tempo em que se apresenta também o caráter concreto e real que atravessa o ensaio, é perceptível a intenção do autor em expor os aspectos que dizem respeito aos sujeitos singulares, através de descrições envolventes dos casos de suicídio implicados no cotidiano. Sendo assim, é necessário investigar o que seria a individualidade ou subjetividade em Marx, para que, a partir desta categoria, possamos analisar o fenômeno do suicídio. Isso nos possibilita analisar a morte voluntária à luz das relações concretas entre os indivíduos.

O exame sobre a individualidade ganha relevância na temática do suicídio por apresentar a concepção de Marx sobre o sentido de existência do indivíduo. Inicialmente é exibida a compreensão do pensador renano acerca da constituição da individualidade humana. O indivíduo é visto como aquele que possui liberdade para criar e para autoconstituir-se. Essa análise é importante para entender de que forma, posteriormente, ele se verá isolado e estranhado na sociedade burguesa.

A partir do fenômeno de estranhamento e alienação é possível entender como o suicídio manifesta-se na sociedade capitalista, já que traz em seu núcleo uma possibilidade de compreensão sobre a nossa liberdade de viver e morrer nesta configuração político e econômica. Os impactos que a estrutura capitalista promove no indivíduo pode explicar, em certa medida, a incidência suicida moderna. No estranhamento, o indivíduo vai aparecer isolado, ilhado, sentindo-se em plena solidão. Ele percebe uma perda de si mesmo e o vínculo com a própria vida surge como algo distante. Esses são sintomas que fazem parte de um processo semelhante que acontece na tendência suicida.

2.1 NATURALIDADE

Marx, em *A ideologia alemã*, obra que deixou o anonimato em 1921, afirmará com clareza que “os indivíduos partiram sempre de si mesmos, mas, naturalmente, de si mesmos no interior de condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 64). Aqui, Marx e Engels (2007) escrevem que o ser

humano constitui a sua própria vida, isso significa dizer que ele é o ponto de partida. Sendo assim, a história se inicia com o advento do existir humano.

A dupla revolucionária, em oposição a concepção que coloca a responsabilidade da vida humana em um plano extrassensível – ausente da interferência ou implicação do sujeito – advoga que:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. [...] Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Desta forma, Marx (2007) visualiza o indivíduo humano como um ser ativo, que realiza modificações no transcurso histórico através de suas ações. Neste sentido, ele pontua que a sua teoria se sustenta a partir de pressupostos reais, dos indivíduos concretos e das circunstâncias práticas de suas existências. Isto posto, o autor concebe a noção fundante de seu aporte teórico, onde o papel do indivíduo ganha destaque para a sua análise e suas formulações sobre a realidade. Ele anuncia essa noção nos seguintes termos:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 2007, p. 86).

Quando Marx (2007) faz referência aos pressupostos reais, ele indica que a sua formulação não se pauta na abstração, mas que está apoiada em concepções importantes do caráter da forma do ser investigado. As proposições concretas/reais que dizem respeito ao ser humano se confirmam, em primeira instância, pela existência dos indivíduos vivos e em constante atividade. Entretanto, de acordo com o autor, a condição primária para a existência do ser humano consiste na reprodução básica dos seus elementos fisiológicos. Neste sentido, a existência de indivíduos vivos aparece como o primeiro marco histórico. Veja-se a passagem de Marx, em que se torna explícita tal máxima:

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a

produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

A condição natural e física do ser humano é imprescindível para a constituição social e, posteriormente, para a feitura histórica da vida em sociedade. Além disso, o ato histórico da existência, *per se*, dos indivíduos é acompanhado também pelo ato de requerer a satisfação das inúmeras carências que o ser humano possui. Se tratando de um indivíduo vivo e que busca saciar as suas necessidades diversas, a relação que o ser humano tem com a natureza se apresenta como um elemento importante. Marx nos *Manuscritos Parisiense* diz que:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010, p. 84).

O ser humano é, pois, integrante da natureza. Ele é, consoante à análise de Marx (2010), ligado à natureza externa ao seu corpo, o que indica que a naturalidade é parte inalienável da existência do indivíduo humano. Na investigação marxiana, o sujeito é visto como um ser que possui um complexo de potencialidades e limitações. Ele é um ser objetivo, natural, real e vivo. Neste panorama, o ser humano tem carências próprias ao seu modo de ser. Assim, Marx deixa registrado que:

O homem é imediatamente ser *natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Fähigkeiten*), como *pulsões*; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele. Mas esses objetos são objetos de seu *carecimento* (*Bedürfnis*), *objetos* essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais* (MARX, 2010, p. 127).

É dentro desta vertente que Marx irá conceber o indivíduo a partir da concretude e da realidade, longe de compreender a individualidade através da abstração. Enquanto um ser objetivo e vivo, o ser humano precisa da matéria natural para continuar a sua existência. Por

isso, o autor vê o indivíduo como ser natural, ativo, singular, universal e livre, embora também seja limitado, padecedor e finito.

Isso quer dizer que o ser humano além de ser um ser natural, na medida em que apreende a matéria da natureza, também confirma as suas qualidades basilares. Ele é um ser pertencente à natureza e possui qualidades fundamentais que dizem respeito às suas forças vitais e espirituais, as quais Marx (2010) denomina de forças essenciais. O conglomerado de atributos do indivíduo representa o modo peculiar de sua existência. Eis que o autor apresenta a categoria de naturalidade como uma das qualidades da vida humana.

Ademais, como aponta Marx (2010), as características centrais do ser humano também são fundamentais para a construção do encadeamento histórico. Segundo Paulo Tomaz Fleury Teixeira, em *A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848*, este complexo de atributos que Marx concebe em sua análise sobre o ser humano “é um dos pontos basilares da análise marxiana da individualidade humana” (TEIXEIRA, 1999, p. 179). Embora este entendimento seja constantemente negligenciado, de acordo com o autor, trata-se de “uma constatação mais do que evidente” do exame do editor da *Gazeta Renana* (TEIXEIRA, 1999, p. 179).

Assim, o ser humano é resultado do movimento natural da vida. Ele se constitui também pela naturalidade, assim como os outros seres vivos. Tem, em sua existência, características próprias de um ser corpóreo. Além disso, há uma objetividade natural que está situada fora dele, em que o indivíduo precisa estabelecer uma conexão, no intuito de assegurar a continuidade da sua vida. Por isso que “a produção dos meios de vida através do intercâmbio com a natureza e com os outros indivíduos pressupõe, portanto, as condições naturais das quais partem os indivíduos ativos em sociedade e suas condições materiais de vida” (OLIVEIRA, 2015, p. 36).

Ademais, Jesus Ranieri (2010) também destaca a relevância da relação entre o ser humano e a natureza. O autor situa esse movimento como o eixo norteador para a própria “consciência humana, o que nos remete, já nos idos de 1844, à percepção de que é o ser social que produz a consciência, e não o contrário” (RANIERI, 2010, p. 17).

Neste particular, a relação do ser humano com a natureza apresenta uma complexa relação do indivíduo consigo mesmo. Os atributos naturais são partes constitutivas da individualidade, aparecem como a primeira condição real e concreta do ser humano. Por essa razão Mauro Castelo Branco de Moura (2004), em *Os Mercadores*, chega a sustentar que “o

ser social funda-se em um ser orgânico, cujas determinações podem ser profundamente readequadas, porém, jamais superadas” (MOURA, 2004, p. 149). Sendo assim, a naturalidade não é um elemento do qual o ser humano possa renunciar. É, antes de tudo, uma estrutura orgânica de onde o indivíduo emerge e se apoia para o seu pleno desenvolvimento.

2.2 ATIVIDADE VITAL

Os aspectos que correspondem à naturalidade humana não reduzem a complexidade do indivíduo aos atributos meramente biológicos. O ser humano, na visão de Marx, aparece como um ser dotado de possibilidades diversas. Para ele, as características orgânicas e as necessidades sociais não são tomadas como limites para a atuação da vida humana.

Segundo Celso Frederico (2009), a reflexão sobre a atividade surge como fruto do desejo de colocar um outro delineamento distinto na filosofia especulativa. Por essa razão que:

Refletir sobre a atividade passa a ser uma orientação seguida por Marx e outros pensadores que confluíam nessa direção. E é exatamente sobre esse tema que Marx realiza a ruptura original, dando ao seu pensamento um perfil próprio e uma posição única em toda a história da filosofia (FREDERICO, 2009, p. 176).

Deste modo, ao se debruçar, a um só tempo, sobre a atividade e aquele que a mobiliza, qual seja, o indivíduo, Marx começa a compor o seu próprio sistema. Portanto, o filósofo revolucionário compreende a individualidade humana como uma forma distintiva de ultrapassar, em certo sentido, as determinações naturais da objetividade. Neste contexto, o sujeito, como um ser que movimenta a sua existência e modifica a realidade, é visto de modo diferente em relação aos outros seres vivos. De acordo com Marx, em *A ideologia alemã*:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Nesse momento, Marx está preocupado com a diferenciação do ser humano. E a atividade vital, o processo de produção, surge como o traço distintivo do indivíduo. Assim, segundo Marx (2007), é possível verificar a diferença entre o indivíduo e os demais animais por meio da consciência, religião ou algo que o valha. Contudo, o próprio autor argumenta que o principiar de toda distinção e constituição singular deste ser vivo residem na criação do sustentáculo da sua própria existência.

Além desses elementos constitutivos do ser humano, o indivíduo tem, entre os seus atributos, a capacidade de autocriação e de autoconstituição. Neste sentido, o indivíduo não é um ser que se constitui no isolamento,ilhado, como uma mônada, mas sim na interação. Enquanto membro pertencente da espécie humana, é um ser carente, dependente e que padece. Precisa assim, estar integrado aos outros para criar um mundo propriamente humano, “[...] o que é possível apenas mediante a ação conjunta dos homens [...]” (MARX, 2010, p. 123). Em razão disso, é um ser gregário.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx (2010) apresenta também a dinâmica da existência humana. O autor aponta que o indivíduo dispõe não só da matéria natural, mas também da criação e autocriação, a partir da transformação da natureza e de si mesmo. O ser humano não apenas se vale da objetividade externa ao seu corpo, de maneira similar, ele empreende esforços na produção de elementos outros para dar continuidade a sua vida. Ademais, o indivíduo captura a sua própria vida como objeto. Nas palavras de Marx:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente (MARX, 2010, p. 84).

Nesta passagem, Marx deixa claro que a natureza propicia condições específicas para o gênero humano, condições estas que caracterizam o estado originário de sua existência, uma instância real e inicial. Já no que diz respeito aos outros seres vivos, é verificável que as condições originadas pela natureza constituem o modo pelo qual toda a existência destes seres se confirma, não só em seu estado inicial, mas de forma plena e constante.

Constata-se, então, que a atividade vital desenvolvida pelos animais representa a única possibilidade para a satisfação de suas carências elementares. Sendo essa atividade restrita

apenas à repetição dos instintos, localiza-se na forma exclusiva de produzir e reproduzir em conformidade à estrutura orgânica do animal.

No que compete ao ser humano, ele desenvolve a sua atividade vital com a implicação da consciência. Isso quer dizer que esta possui em seu núcleo a expressão de liberdade de quem a desenvolve, executando conforme a sua vontade. Deste modo, o ser humano se distingue dos demais animais porque movimenta a sua atividade vital de maneira consciente. Sendo realizada desta forma, indica que ele é, pois, um ser livre. Com isso, Marx nos esclarece:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2010, p. 85).

Esse trecho de Marx lança luz sobre um importante aspecto da atividade humana. Para que o trabalho possa se configurar, enquanto tal, é necessário que seja idealizado, que tenha em seu cerne a implicação subjetiva do ser humano e que possua uma finalidade concebida anteriormente na cabeça daquele que o executa. Em outros termos, a atividade vital consciente do ser humano é diferente da atividade dos outros animais porque tem infinitas possibilidades de criação. Estas possibilidades são projetadas com um fim, através da marca subjetiva do indivíduo que coloca em prática aquilo que foi pensado.

O ser humano é, pois, atividade vital. Não só no sentido estritamente da produção, mas em seu aspecto de ser ativo, de mobilizar pensamento e objetividade com um fim delimitado. Esse é o indivíduo capturado por Marx. Um ser consciente, livre, que se autoconstitui, que é a própria atividade engendrando vida. Portanto, ela consiste no traço fundamental elencado entre as categorias complexas da individualidade humana. A construção da vida no terreno material está diretamente ligada à criação/produção na e pela realidade concreta. Marx traz à cena a importância da atividade vital ao dizer que:

Pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem (MARX, 2010, p. 84).

De acordo com Marx, a atividade vital é a forma primordial da relação dos seres vivos com a natureza. É por meio desta dinâmica que cada ser toma um modo distinto de existência. Neste prisma, a produção do ser humano é singular, ou seja, apresenta a espécie em que ele pertence.

O trabalho se distingue das formas de produção realizadas por outros seres vivos, diz respeito ao gênero humano, a característica de sua vida no sentido universal e genérico. Desta forma, o indivíduo captura reflexivamente a atividade vital, o trabalho. Idealiza e conceptualiza a sua atividade antes de empreender energias para a transformação da natureza e do meio em que ele está localizado. Sendo assim, o ser humano desenvolve este processo com uma finalidade e de forma consciente, esta característica indica que ele é um ser genérico (*Gattungswesen*).

Na medida em que o indivíduo se apropria da atividade como objeto do pensamento, ele se mostra em seu aspecto diverso e singular, é um ser ativo. Em sendo um ser ativo, o ser humano não interage de forma inerte em relação ao mundo externo, pelo contrário, ele impulsiona energias a fim de construir componentes novos para a sua existência, modificando assim o mundo que o cerca. Com isso, Manoela Oliveira pontua que:

O aspecto subjetivo está presente na apropriação dos meios objetivos, em sua objetivação nos produtos ao elaborar os objetos do trabalho e, por outro lado, na subjetivação dos produtos por meio da fruição. Este movimento de objetivação e subjetivação constitui a afirmação do ser ativo humano (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

A vertente subjetiva caracteriza a atividade vital. É o indivíduo em sua externalização se relacionando com a objetividade. Ele imprime assim, a sua maneira de ser, sua consciência e subjetividade. Resulta disso, que não há uma exteriorização de vida mecânica ou muda, fechada em si mesma, ausente de subjetivação. O que se constata é o sujeito ativo, consciente,

livre, em uma relação de afirmação de si mesmo, tanto em sua forma objetiva quanto subjetiva. Se enquadrando nestes termos, o indivíduo constitui a sua vida mesma.

Neste sentido, a objetividade natural pode ser intermediada pela atividade produtiva. É através da presença consciente do indivíduo que a matéria natural é manipulada intencionalmente. Essa relação consciente do ser humano com a natureza, engloba não somente a objetividade externa a ele, mas os próprios sentidos do indivíduo. Para Marx, o ser humano não apresenta uma sensibilidade meramente natural. Este elemento constitutivo da vida aparece atravessado pelo caráter social, como um produto da ação do gênero humano. Ele explica que:

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha própria apropriação. Além destes órgãos imediatos formam-se, por isso, órgãos sociais, na *forma* da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha *externação* de vida e um modo da apropriação da vida *humana* (MARX, 2010, p. 109).

Essa apropriação do outro e o próprio apoderamento de si, os quais confirmam as forças vitais do indivíduo, se dá através da atividade conjunta, compartilhada com o outro, em suma, no interior da sociedade. Em razão desse apoderamento, da objetividade, de si e do outro, que o ser humano se autoforma. É nesta linha de pensamento que Nicolas Tertulian, em *Marx, uma filosofia da subjetividade*, argumenta que "a vida social aparece assim, segundo Marx, como um tecido de objetivações, cuja finalidade não pode ser senão a realização da personalidade dos indivíduos, responsáveis por ela" (TERTULIAN, 2004, p. 11).

Marx (2010), reafirma a importância da característica de autoconstituição do indivíduo quando assinala a descoberta de Hegel sobre este processo para a história da humanidade. Esta seria a grande descoberta do seu mentor, a capacidade de autocriação do ser humano, a qual está diretamente relacionada com a atividade produtiva, e, de forma específica, com a realidade objetiva, concreta, isto é, com "a autoprodução do homem como um processo" (MARX, 2010, p. 123). Este traço exhibe a possibilidade que o indivíduo tem de agir a partir de si mesmo. Marx apresenta, assim, o ser humano com o potencial transformador, não somente no que diz respeito à realidade objetiva, mas, sobretudo no que toca à própria existência.

Segundo Paulo Teixeira (1999), no exame realizado por Marx é possível constatar a centralidade da questão da autocriação humana. A partir da sua dinâmica, o filósofo encontra

as bases de seu arcabouço teórico. Aqui, o modo como o ser humano lida com os aspectos constitutivos de sua existência e a objetividade configuram o ponto fulcral da atividade genuinamente desenvolvida pelo indivíduo: o trabalho. Sendo assim, este último aparece como uma categoria que movimenta outros conceitos marxianos acerca da individualidade humana.

Logo, a atividade vital enseja a autoprodução, o que significa visualizar o fundamento do ser genérico em Marx, já que na criação de si reside a expressão da singularidade de cada indivíduo. Este processo criativo configura o ser genérico e as individualidades do ser humano. É nesta ótica que Erich Fromm sustenta a importância da concepção de autorrealização do indivíduo vinculada com a categoria do trabalho, cuja caracterização não está limitada ao viés econômico. Nas palavras do autor:

Toda a concepção de Marx a respeito da auto-realização do homem só pode ser plenamente compreendida em ligação com sua concepção do trabalho. Antes de mais nada, deve ser notado que o trabalho e capital não eram, para Marx, meras categorias econômicas; eram categorias antropológicas, impregnadas de um juízo de valor oriundo de sua posição humanista. O capital, aquilo que é acumulado, representa o passado; o trabalho, por outro lado, é, ou deveria ser quando livre, a expressão da vida (FROMM, 1970, p. 46).

Assim, a atividade vital é a própria manifestação da vida do indivíduo. Marx marca neste conceito a sua visão humanista e antropológica, pois a sua análise demonstra preocupação com a existência do sujeito e sua dinâmica.

Compreender a transformação realizada pelo indivíduo na matéria natural é entender a própria significação daquele que a desenvolve. Com efeito, a mobilização das energias humanas na atividade sensível indica não só o produto daquela ação específica, mas também diz respeito ao gênero humano, à história da dinâmica do indivíduo e à natureza que compete diretamente à subjetividade humana. Nesta perspectiva, Moura, em *Os Mercadores, o templo e a filosofia*, caracteriza:

[...] o processo de trabalho, enquanto produtor de valores de uso, condição natural e eterna da vida humana, permite, ademais, um acesso à subjetividade do ser social. O processo de trabalho é a objetividade da subjetividade humana, efetivação daquilo que antes estava (*pré*)figurado apenas subjetivamente (MOURA, 2004, p. 151).

Neste sentido, torna-se explícito que o ser humano não lida com a natureza apenas através de seus atributos biológicos, em busca estritamente da satisfação das carências basilares. O indivíduo transforma a atividade consciente/sensível em seu objeto. Implica na dinâmica do trabalho, a subjetividade, a ideia pré-concebida e que se realiza na prática. Ademais, converte este processo em elemento basilar de sua própria existência.

Neste prisma, a efetivação do trabalho demanda a implicação do pensamento e também o apoderamento consciente do ser humano em relação à natureza. De modo que este movimento da consciência está ligado à objetividade externa tanto quanto ao próprio existir do indivíduo. É preciso ter em conta que a característica consciente da atividade produtiva também tem em seu bojo a crítica da esfera prática, isso porque é no interior dela que a modificação da realidade pode ser realizada. Promovendo assim, uma transformação, não somente da atividade sensível e da natureza, mas da realidade em que estes elementos estão inseridos, já que todo o processo pode ser reprojeto e modificado. Marx expõe a sua posição sobre o processo de autoengendramento do ser humano:

Mas, na medida em que, para o homem socialista, toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração (MARX, 2010, p. 114).

O aspecto fundante de autocriação do ser humano evidenciado por Marx revela as potencialidades que podem ser desenvolvidas pelo indivíduo, da mesma forma que apresenta a ideia de modificação da realidade objetiva. A potencialização tensionada pela atividade produtiva indica, além da criação de novos objetos e a transformação da natureza para a satisfação das carências humanas, a autoformação dos atributos constitutivos do ser humano.

Ademais, é por meio da atividade de produção que as relações intersubjetivas são forjadas. O aprimoramento contínuo das relações humanas resulta no desenvolvimento da própria consciência humana. Essa vinculação do indivíduo com a atividade vital exhibe um panorama novo no que diz respeito ao gênero humano e à complexidade das realizações sociais, a partir do caráter criativo que está no germe deste processo.

Sem embargo, o modo pelo qual a existência do ser humano está ligada à concretude material revela uma vida socialmente situada em um contexto histórico. Isso porque a própria produção é concebida a partir da apropriação e, em certa medida, da superação das bases

materiais anteriores. O indivíduo traz em si o caráter de ser ilimitado e livre, porque a existência humana não se conforma à uma repetição cega do mundo natural. Pelo contrário, o ser humano tem a potencialidade criativa de transformar a si e ao mundo.

2.3 SER GENÉRICO

Examina-se, através do aporte teórico marxiano a atividade vital e seu processo criativo. Por meio dos princípios elementares da atividade de produção foi possível delinear a sua dinâmica e o modo pelo qual ela vai se constituindo. É importante ressaltar, neste ínterim, a maneira de ser do indivíduo na condução e efetivação daquilo que fornece uma matéria natural modificada. Antes de tudo, ressalta-se que a atividade de produção não é realizada através de um mover-se do ser humano ilhado. A interação onde reside a base para a atividade vital se efetuar é, *conditio sine qua non*, da própria continuidade da espécie humana. O ser humano vive integrado, o que permite o estabelecimento de toda a estrutura social que subjaz o ato de criar o seu próprio mundo.

Nesta perspectiva, o caráter de ser genérico, de ser parte da espécie humana e se reconhecer enquanto tal, torna-se relevante na análise de Marx. Desta forma, tais características do ser humano estão ligadas diretamente à atividade produtiva. Nas palavras do autor:

A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre (MARX, 2010, p. 84).

Na compreensão de Marx, a implicação consciente marca, no trabalho e na existência do sujeito, a distinção elementar do ser humano em relação aos outros seres vivos. Isso porque essa peculiaridade não provém de uma condição exclusivamente natural/orgânica, embora esta condição seja a base pela qual se desenvolve a consciência. É através da socialidade que a produção exhibe uma propriedade originalmente humana e que o caráter consciente e livre emerge. De acordo com Teixeira, “a análise marxiana constata a essência genérica dos indivíduos na forma necessariamente social do trabalho” (TEIXEIRA, 1999, p. 184).

É nesta perspectiva que o ser genérico é concebido na análise marxiana vinculado ao caráter social do trabalho humano. Desta forma, a atividade produtiva surge, no pensamento de Marx, como atividade consciente e livre, pois é o elemento fulcral que o ser genérico realiza. Em sendo atividade feita por um ser livre, ela se torna um dos pilares para o processo de autoconstituição do sujeito, de modo que, nessa dinâmica, o indivíduo cria a sua própria história. Se esquia assim, das possíveis determinações da naturalidade.

Destarte, Marx ressalta que a característica basilar para a espécie humana reside na atividade produtiva. Sem embargo, o trabalho tem, em seu processo, a dimensão genérica, uma vez que o indivíduo dinamiza suas forças vitais no mundo prático através do seu corpo orgânico, mas também por intermédio da sua consciência. Ele não somente se reconhece na atividade produtiva, mas também se vê como parte integrante das relações sociais, visualiza a si e o outro em sua condição genérica. Nesta direção, Marx aponta que “o engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico” (MARX, 2010, p. 85).

Deste modo, o indivíduo, por meio das suas forças vitais e no interior do próprio processo de autoconstituição, se vê como um ser social e, logo, genérico. Esse reconhecimento ocorre quando ele toma o gênero para si, mesmo que esta verificação seja ainda limitada.

O filósofo revolucionário concebe a generidade⁷ através da objetividade e da ação contínua do ser humano, visto que Marx não formula o conceito alicerçado na abstração dos sujeitos. Não obstante, ele captura, a partir da existência real e concreta, os indivíduos em suas relações cotidianas e diversificadas. Com isso, o autor compreende o ser genérico ligado ao caráter próprio do ser humano. Caráter este que está intimamente conectado com a forma de ser do indivíduo, com a ação engendradora de vida.

Quando Marx considera no exame sobre o ser genérico a objetividade, ele não compreende a generidade como uma dimensão proveniente estritamente da natureza. Esse entendimento pode ser verificado através da crítica que Marx efetua acerca do pensamento de Feuerbach, já que este entende “‘gênero’ como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de modo meramente natural” (MARX; ENGELS, 2007, 538). Por seu turno, Marx defende que:

⁷ O termo é empregado como forma estilística do conceito de ser genérico. Utilizado também pela autora Manoela Oliveira em seu livro *O indivíduo em Marx*.

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre (MARX, 2010, p. 83-84).

Deste modo, a ideia de gênero não comporta apenas a concepção que interliga os sujeitos individuais, como uma determinação geral. Para além disso, segundo Marx, o indivíduo possui um nexos reflexivo consigo mesmo. Ele é um ser ativo e social. Por esse motivo, o sujeito não só visualiza o gênero como um aglutinado dos elementos constitutivos comuns, mas também reconhece as particularidades dos modos de ser. O ser genérico é, pois, a um só tempo singularidade e generalidade. É por isso que Teixeira assinala que “O homem é o único ser que se efetiva e se reconhece como objetividade genérica, peculiaridade que o distingue dos demais seres vivos e é fundamento de sua processualidade histórica autoprodutora” (TEIXEIRA, 1999, p. 184).

Na medida em que o ser humano é um ser genérico, ele não aparece como um ser passivo, mas sim em constante mobilidade e criação. Por isso, a interação social e o caráter ativo do ser humano propiciam o desenvolvimento da individualidade. É através da sociedade que o indivíduo ultrapassa as condições estritamente naturais e, assim, consegue desenvolver-se plenamente. Desta maneira, é nas relações em sociedade que o ser humano se mostra em sua singularidade. Não é no isolamento, na solidão, que ele constitui a sua própria individualidade. À vista disso que a interação e a atividade social estabelecem a base pela qual o ser humano constitui a sua própria existência e exhibe os elementos cruciais do que é ser o ser humano. Veja-se o que Marx diz acerca disto:

O comportamento efetivo, ativo do homem para consigo mesmo na condição de ser genérico, ou o acionamento de seu [ser genérico] enquanto um ser genérico efetivo, isto é, na condição ser humano, somente é possível porque ele efetivamente expõe (*herauschafft*) todas as suas forças genéricas – o que é possível apenas mediante a ação conjunta dos homens [...] (MARX, 2010, p. 123).

É por intermédio da socialidade que o sujeito funda o seu modo de ser. Sendo assim, a naturalidade não aparece como única determinação do existir humano. Daí parte a afirmação de Marx segundo a qual o ser humano, “em sua realidade, é o conjunto das relações sociais”

(MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Em razão disso, por mais que a individualidade seja vinculada de forma direta à particularidade de cada um, para Marx, não se pode tomar o ser humano em seu aspecto isolado, abstraído das relações cotidianas. Assim sendo:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social (MARX, 2010, p. 107).

Segundo Marx, os indivíduos formam a sociedade e, por isso, não se pode elevá-la acima dos sujeitos individuais, como se pudesse encontrar respostas concretas através de um todo abstrato. O ser humano aparece, para o autor, como um ser social. Esse é o ponto de partida para a investigação do filósofo.

Nota-se que Marx reconhece o caráter do ser genérico como parte fundante da individualidade do ser humano. Ela surge, na análise marxiana, compondo a complexidade da existência do indivíduo. Do mesmo modo que o sujeito se apresenta no mundo através dos seus atributos biológicos, ele também se reconhece por intermédio da universalidade do gênero humano. A concepção de ser genérico, em Marx, diz respeito à parte constitutiva do indivíduo, em ser universal no seu modo de existir. Desta forma, “como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si” (MARX, 2010, p. 107).

Marx deixa claro que a vida individual do ser humano está intimamente conectada com a sociedade, já que o modo como cada um se relaciona e se expressa está vinculado às condições concretas da realidade, tanto objetiva quanto subjetiva. Em razão disso, o filósofo escreve, em *A ideologia alemã*, que “é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela” (MARX; ENGELS, 2007, p. 422).

Deste modo, ainda que os elementos singulares sejam admitidos como partes que caracterizam a individualidade, a vida concebida de forma particular está associada também ao modo de ser da genericidade. Destarte, a individualidade, a partir do exame marxiano, situa-se na afirmação e no reconhecimento dos indivíduos entre si. Em outros termos, na interação

que é inerente à vida social. Sendo um ser que prescinde de conexão, ela é o meio pelo qual a individualidade pode se estabelecer. Dado isto, Teixeira adverte que:

Portanto, ao considerar a individualidade humana na obra de Marx deve-se ter em conta que, diferentemente dos tratamentos que tomam os indivíduos isolados e a-históricos, a pesquisa marxiana, ao contrário, apreende a concreticidade dos indivíduos captando-os em sua interatividade genérica, fruto do evoluir autoconstituente da sociedade (TEIXEIRA, 1999, p. 185).

Assim sendo, a investigação de Marx não objetiva conceber sujeitos a-históricos. Na medida em que ele identifica a dimensão genérica no ser humano, ele se opõe à acepção abstrata de genericidade, a qual desvincula o indivíduo das suas relações concretas imediatas. O autor se contrapõe às ideias abstratas que definem o ser humano, pois ele vê o indivíduo associado à dinâmica da vida real. Essa conexão entre o ser genérico e as condições concretas da realidade pode ser verificada no seguinte trecho dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*: “a morte aparece como uma dura vitória do gênero sobre o indivíduo *determinado* e contradiz sua unidade; mas o indivíduo determinado é apenas um *ser genérico determinado* e, enquanto tal, mortal” (MARX, 2010, p. 108).

Essa passagem indica que o sujeito individual, mesmo com as características peculiares, possui entre os seus atributos o caráter de ser genérico. Este elemento comporta a universalidade, da mesma forma que traz em si as distinções dos sujeitos singulares. Por sua vez, o ser humano firma, através do processo de interação, potencialidades e características constitutivas que somente se efetivam a partir das relações sociais. Logo, Marx reconhece o indivíduo como um ser genérico determinado, localizado na concretude social. Isso revela a dimensão social e real em que o sujeito se situa e também a condição natural e orgânica do ser humano. Sendo a composição desses atributos, ele é, pois, um ser mortal e consciente desta finitude.

Deste modo, verifica-se que há uma unidade entre a vida individual e a genericidade do ser humano. Com a afirmação de Marx de que esses dois campos não são dissociáveis, ele elucida que são elementos fundamentais de um único ser. Nas palavras do autor, “a vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*” (MARX, 2010, p. 107). De tal sorte que estas dimensões refletem uma vida mesma que dizem respeito ao existir humano.

Como é notório, o sujeito desenvolve a individualidade na apreensão da vida individual e genérica quando se relaciona consigo e com o outro, na consciência e na

concretude, como gênero humano. Este reconhecimento é a significação própria da vida em seu sentido universal.

Sendo assim, na investigação marxiana as características elementares do ser humano residem na forma do ser genérico. É por intermédio do caráter social que o indivíduo estabelece o processo de autoconstituição. A relação entre os diferentes sujeitos e objetividades possibilita a criação de um mundo propriamente humano. Por conseguinte, o indivíduo constitui, neste processo, a sua própria forma de ser. Embora a natureza se faça presente no interior desta dinâmica de autocriação, o ser humano é capaz de afastar-se de suas determinações biológicas.

Neste decurso, as existências singulares são processualmente concebidas e também transformadas. Ao passo em que se modifica a base material e concreta do existir humano é também transformado o âmbito subjetivo do indivíduo. Quando são forjadas novas relações objetivas e subjetivas, elas inauguram formas diferentes de ser. Marx nota que na medida em que o ser humano toma consciência de si mesmo afirma, assim, a dimensão subjetiva no campo concreto, real e social, como um ser genérico não somente para si, mas também para o outro.

2. 4 SINGULARIDADE HUMANA

Após examinarmos a complexa constituição da individualidade humana, por meio da compreensão de Marx da naturalidade, atividade vital e ser genérico, será necessário percorrer as posições do autor que delineiam a singularidade, como dimensão importante do indivíduo humano. Verifica-se essa categoria, inicialmente, no texto de Marx dos chamados *Manuscritos Parisiense*, onde ele aborda a apreensão singular do indivíduo no que diz respeito à objetividade.

Marx apresenta o sujeito como aquele que possui sensibilidade. O indivíduo lida com a concretude que está a sua volta de maneira particular, por meio da sua composição sensorial que apreende as coisas ao seu modo, humanizando-as. Essa apreensão é efetivada de maneira diversa, o que significa dizer que ao passo que o indivíduo captura a objetividade, forma assim também a sua percepção. De maneira que o apoderamento humano não é realizado em formato único e igual. Assim sendo, a percepção do indivíduo será moldada em constante

disparidade. Ele é singular, na maneira como se relaciona com o meio natural e também na autocriação de si, enquanto indivíduo ativo. Marx esclarece isso nas seguintes palavras:

Se as *sensações*, paixões etc. do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido próprio, mais sim verdadeiramente afirmações *ontológicas* do ser (natureza) – e se elas só se afirmam efetivamente pelo fato de o seu *objeto* ser para elas *sensivelmente*, então é evidente: 1) que o modo da sua afirmação não é inteiramente um e o mesmo, mas, ao contrário, que o modo distinto da afirmação forma a peculiaridade (*Eigentümlichkeit*) da sua existência, de sua vida; o modo como o objeto é para elas, é o modo peculiar de sua fruição (MARX, 2010, p. 157).

O autor parece distinguir as determinações antropológicas das afirmações ontológicas. Isto quer dizer que o ser humano tem entre seus atributos, por excelência, a sensibilidade. No entanto, a maneira como este indivíduo confirma sua sensibilidade, através dos elementos objetivos, pode ser concebida diferentemente para cada ser humano. Neste caso, o modo inteiramente múltiplo que ocorre tal interação estabelece a singularidade do existir humano, firmando, assim, uma vida peculiar. Marx torna explícito que o indivíduo é único à medida em que lida, através de sua percepção, de forma singular com o seu objeto de apreensão.

Os sentidos se apresentam, para Marx, de maneira tão humana como o próprio pensamento, isso quer dizer que eles se enriquecem por intermédio de uma ligação específica do ser humano com a objetividade, o que resulta na humanização da natureza através da atividade vital ou do trabalho e, paralelamente, dos próprios sentidos.

É nesta perspectiva que Marx afirma que “o objeto só faz sentido para um sentido adequado” (MARX, 2010, p. 2010). A sensorialidade criadora não molda apenas os objetos para as necessidades humanas, ela figura também um sujeito único para os objetos. Desta forma, “numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*” (MARX, 2010, p. 110).

Sendo assim, o objeto só passa a existir para o ser humano na medida em que o sujeito forja a habilidade necessária para essa apropriação. Em outros termos, o desenvolvimento da qualidade do ser humano, de moldar o mundo conforme as suas carências, está diretamente vinculado também com o desenvolvimento de uma sensibilidade humana subjetiva.

Logo, a percepção sensorial é exibida como uma faculdade que se constitui historicamente. É importante dizer que esse aspecto faz parte do próprio fundamento da autoconstrução do ser humano. Nota-se que não é possível conceber em Marx, uma percepção

sensorial pura ou mecânica, já que o desenvolvimento da sensorialidade não se faz independente da própria constituição do pensamento.

Por isso, é de fundamental importância afirmar que, na práxis humana, há um ativo desenvolvimento da vida interior dos sujeitos. Existe uma relação complexa do sujeito com o mundo concreto, cuja racionalização, bem como os sentimentos, os afetos e a percepção compõem a existência humana.

O desenvolvimento da faculdade de pensar não exclui a possibilidade do atributo de sentir, porque o ser humano se humaniza tanto em relação ao pensamento quanto na própria sensibilidade. Melhor dizendo, o sujeito compreende e sente com maior profundidade quando reflete e combina as duas faculdades. “E, desenvolvendo a sua capacidade de senti-las concreta e claramente, enriquecerá a sua reflexão a respeito delas” (KONDER, 1967, p. 28).

Em outro texto, agora já na obra intitulada *Crítica do Programa de Gotha*, Marx expõe a diversidade dos talentos humanos no desenvolvimento da atividade produtiva. Para o filósofo, o indivíduo aparece em sua singularidade. Ele é único, tanto em suas habilidades naturais quanto em suas capacidades subjetivas.

No texto em questão, Marx, ao passo em que discute a troca equivalente e a distribuição igual dos produtos originados na atividade de produção, insere uma explanação interessante acerca da multiplicidade da manifestação individual humana na vida produtiva. Veremos que Marx concebia uma ampla dimensão das características fundamentais concernentes ao ser humano, mais precisamente no que compete ao âmbito particular. O filósofo compreende que a atividade de produção engloba a prefiguração e o direcionamento do ser humano. Aqui, a expressão da diversidade de talentos pode ser notada por intermédio da existência singular de cada indivíduo, os quais expressam a sua maneira diferente na realização do trabalho.

A *Crítica do Programa de Gotha* é resultado de um esforço não apenas teórico, mas, sobretudo prático de Marx e Engels acerca dos processos históricos do século XIX. Aqui, os fundadores do marxismo combatem as interpretações oportunistas ou apressadas que examinaram as lutas operárias do seu tempo. Como afirmou Virgínia Fontes (2012), nesta obra, “Marx demonstra uma radicalidade que não perde de vista a diversidade da composição social” (FONTES, 2012, p. 05). Neste texto, Marx confirma que as ações dos indivíduos juntamente com os processos sociais constituem-se como mais importantes do que a rigidez dos programas de partido. Desta forma, Marx e Engels afirmam que o pensamento humano e

sua ação não são dispensáveis, pelo contrário, formam um elemento único para a tessitura social e a própria história da humanidade.

Nessa obra, encontra-se uma opinião de Marx bastante interessante sobre uma “distribuição justa” e “igual direito”. O autor fala sobre uma possível sociedade pós-capitalista. Inicialmente, ela irá trazer “de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu” (MARX, 2012, p. 30-31). Após Marx discutir os interesses coletivos, ele ressalta que, nessa sociedade, o indivíduo deveria receber, para o consumo pessoal, conforme a sua contribuição de trabalho fornecida, de modo singular, por cada um. Sendo assim, a crítica de Marx tem como fundamento a contraposição ao princípio burguês de distribuição. Para ele, o igual direito carrega uma limitação proveniente da própria tessitura burguesa (MARX, 2012, p. 31). Esse igual direito padroniza, na medida em que marginaliza as individualidades das pessoas na sociedade capitalista. Marx critica esse processo de nivelamento dos aspectos individuais da seguinte maneira:

Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade. O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista, quando tomados apenas por um aspecto determinado, por exemplo, quando, no caso em questão, são considerados apenas como trabalhadores e neles não se vê nada além disso, todos os outros aspectos são desconsiderados (MARX, 2012, p. 32).

A sociedade burguesa tende a “mensurar” as capacidades das pessoas através de um padrão equivalente de medida, tal como procede com uma mercadoria posta em circulação. O indivíduo é compreendido apenas em seu sentido laboral, enquanto trabalhador. No caso do sujeito no interior do processo produtivo, marginalizam-se todos os demais atributos do ser humano. Ele não é visto além da sua função enquanto trabalhador. Em outros termos, a complexidade da individualidade humana não é priorizada na sociedade que evoca a valorização do valor.

A utilidade da pessoa está relacionada com o tempo que ela aplica à produção e à criação de mercadorias. Marx denuncia essa abordagem, ao passo em que descreve o princípio da necessidade, o que poderia ser mais adequado para levar em consideração as diferentes individualidades. Segundo Marx:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 33).

É importante esclarecer que esse princípio das necessidades não se trata de um padrão de justiça distributiva, já que Marx considera inadequado falar em um estágio utópico de desenvolvimento societário. O que está em evidência é a crítica às noções de igualdade e de distribuição na sociedade capitalista. Esse padrão de distribuição vigente é considerado incapaz de levar em conta a individualidade de cada sujeito. Desta forma, o que forja a ideia de “segundo suas necessidades” não é um igual parâmetro, mas sim a consideração da diversidade e da variedade próprias ao gênero humano. Aqui, Marx está concebendo essa noção de maneira concreta e mais sintonizada com a singularidade humana. Isso não implica em afirmar que o autor anula ou despreza os princípios normativos ou universalizantes, mas que a sua crítica está voltada para a ideia corrente de distribuição justa da sociedade burguesa.

Quando Marx afirma que “os indivíduos são desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais)” (MARX, 2012, p. 31), ele está contrapondo a argumentação lassalliana. Marx está lançando luz sobre a importância da individualidade para o próprio funcionamento da sociedade, a partir das diversas habilidades de cada um e também de suas necessidades pessoais. Sem sombra de dúvidas, há aqui uma fórmula para conceber e tratar as pessoas conforme a própria singularidade que as constitui.

O “desenvolvimento multifacetado do indivíduo” diz respeito às possibilidades de autorrealização e também de satisfação das necessidades individuais. A questão é que Marx leva em consideração em sua análise e em sua crítica o livre desenvolvimento de cada indivíduo, ao passo em que não pode marginalizar todo o conjunto que o engloba, isto é, a sociedade.

Neste sentido, o autor nos traz uma compreensão da individualidade humana que leva em consideração a peculiaridade de sua existência, que trata o indivíduo como um ser diverso e esse aspecto somente se esgotará com a morte do sujeito.

2. 5 ROBINSONADAS DA ECONOMIA POLÍTICA E O INDIVÍDUO ISOLADO

Como pudemos perceber, Marx concebe o indivíduo a partir de suas múltiplas relações, enquanto um ser ativo, que lida diretamente com a transformação do mundo e consigo mesmo. O pensador renano, a partir dessa compreensão, vai se contrapor à ideia de sujeito isolado enquanto um fenômeno natural e hipostasiado. Marx percebe que a Economia Política apresenta o indivíduo isolado como o seu fundamento primordial. No entanto, esse indivíduo é visto sem nenhuma relação social e teoricamente constituído apenas por sua própria natureza, semelhante à imagem simbolizada por Robinson Crusó em sua ilha.

É importante lembrar que a concepção de indivíduo isolado nasce inicialmente na filosofia de Rousseau, Hobbes e Locke e, posteriormente é incorporada à Economia política, servindo como seu ponto de partida. Contudo, para Marx, as “robinsonadas” da Economia Política aparecem como uma representação ilusória das relações presentes no capitalismo.

Todas as mudanças econômico-políticas que impulsionaram uma nova compreensão do ser humano são capturadas por Marx como resultados de um período histórico e não de uma essência ou inclinação natural do indivíduo. Ao se contrapor à ideia do indivíduo isolado dos “Profetas do século XVIII”, Marx também faz uma crítica ao contratualismo. Não é objetivo deste trabalho se ater a todos os pensadores da corrente contratualista, pois o que importa é trazer à baila as considerações de Rousseau acerca da compreensão de indivíduo isolado no estado de natureza, enquanto “embrião da espécie humana”.

Em linhas gerais, na perspectiva rousseauiana, o ser humano, no estado de natureza, será entendido como desgarrado, isolado e em repleta solidão, consolidando mais um argumento para a compreensão do indivíduo moderno. Aparece assim, como se já fosse naturalmente marginalizado entre os seus semelhantes. Ele é livre para fazer o que bem quiser, mas também aparece dotado de individualismo. Esse ser humano coloca a sua autopreservação individual acima de qualquer coisa.

Enquanto Marx advoga que o ser humano só consegue se individualizar em sociedade, Rousseau, por exemplo, acredita que, no estado de natureza, a pessoa basta a si mesma. Sendo assim, de forma isolada busca saciar suas necessidades e preservar a sua existência. Os outros semelhantes eram vistos como aqueles que não tinham qualquer influência positiva sobre a sua felicidade, por isso a solidão era característica preponderante desse estado.

Ao remover as características sociais, Rousseau encontra o que ele chama de “embrião da espécie” humana, isto é, o ser humano natural sendo visto como tudo para si mesmo (ROUSSEAU, 1995). Nesse estado reside a paz e a felicidade e é, de acordo com o pensador de Genebra, mais aproveitável para a espécie humana (ROUSSEAU, 1978, p. 252).

Robinson Crusóé aparece no romance como um construtor de si mesmo, ele detém e domina todas as coisas ao seu redor, desde objetos até pessoas. Crusóé encarna a figura de um proprietário e percorre um caminho que pode ser identificado com o processo capitalista. Sendo a representação do contrato social e da concepção de propriedade marcas importantes para essa comparação.

O romance mostra que o indivíduo moderno precisa recriar a sua própria história e vida, fazendo isso através da ideia de exploração de lugares até então inabitáveis e também na compreensão de que a liberdade pode ser encontrada no exílio ou isolamento. Até mesmo nessa condição, o poder se faz presente, ainda que de maneira fantasmagórica. Essa fábula pode ilustrar o curso da modernidade, cujo indivíduo enfrenta e domina lugares, pessoas, o próprio trabalho e a si mesmo, como jamais visto antes.

É importante levar em consideração que Robinson Crusóé era inglês. Esta referência não é aleatória, já que até a data do naufrágio do personagem no romance pode indicar semelhanças com o que acontecia na Inglaterra, especificamente no período da Restauração. Época em que marca uma importante transição do absolutismo para a modernidade. Segundo o romance, Crusóé nasceu em 1632, sendo, portanto, um modelo do século XVII e XVIII. Este período é reconhecido pelas intensas mudanças econômicas e sociais, sobretudo no que diz respeito ao indivíduo humano.

A singularidade de Robinson é manifestada logo quando acessa a ilha. Ele demonstra agradecimento a Deus, na medida em que constata que estava em uma situação desvantajosa. A personagem assinala que:

Depois do alívio do meu espírito com o aspecto reconfortante da minha situação, comecei a olhar em volta a fim de avaliar o tipo de lugar em que me encontrava, e o que faria em seguida. E logo meu alívio cedeu, pois numa palavra minha salvação tinha sido terrível: eu estava molhado, não tinha roupas para trocar nem nada para comer ou beber ou me reanimar, nem via qualquer possibilidade à minha frente além de perecer de fome ou ser devorado por feras selvagens. E o que me afligia particularmente era que eu não tinha arma alguma, fosse para caçar e matar alguma criatura para meu sustento, fosse para me defender de alguma criatura que pretendesse me

matar para o seu próprio: numa palavra, só trazia comigo uma faca, um cachimbo e um pouco de tabaco numa caixa (DEFOE, 2011, p. 57).

Crusoé portava alguns objetos, realizando também uma busca de outras provisões e até dinheiro na embarcação que naufragou. Ademais, há uma preocupação da personagem em satisfazer seu perfil comerciante de contabilizar todos os seus objetos e compor uma espécie de estoque. Além disso, essa busca também pode significar o anseio de Robinson em tentar compensar a ausência humana por coisas materiais.

De modo que a minha caverna, se pudesse ser vista, pareceria um armazém geral de todas as coisas necessárias; e tudo tão ao alcance das mãos que dava gosto ver todos os meus haveres em tanta ordem, especialmente em constatar que era tão grande o estoque de tudo que eu podia precisar (DEFOE, 2011, p.75).

Aqui, Robinson sente orgulho em organizar seus produtos e acumular um grande estoque. As ferramentas cruciais que Crusoé guardava, foram adquiridas através do naufrágio, ou seja, “o herói de Defoe não é realmente um primitivo ou um proletário, mas um capitalista” (WATT, 2010, p. 93). Além de trabalhar duramente recolhendo e colocando em ordem seus objetos, o protagonista também se preocupa em registrar o espaço temporal em que está. Desta forma, ele calculou, tal como um homem da ciência de seu tempo, que:

Foi, por meus cálculos, no dia 30 de setembro que, da maneira descrita acima, primeiro pus o pé nessa ilha horrenda, num momento em que o sol estava, para nós, em seu equinócio outonal, e se via quase bem acima da minha cabeça; pois calculo que estivesse, por observação, na latitude de nove graus e vinte e dois minutos ao norte da Linha do Equador (DEFOE, 2011, p. 68).

De todo modo, o comportamento do protagonista em tentar distanciar-se da ideia de selvageria manifesta o esforço que ele fez para continuar próximo aos padrões de civilidade, como, por exemplo, o uso das roupas e o estabelecimento detalhado dos horários entre trabalho e lazer. Essa descrição de comportamento apresenta um certo distanciamento entre o ser humano e os outros animais.

Outra escolha importante para Crusoé foi registrar em um diário tudo que acontecia em sua vida na “Ilha do Desespero”, como ele mesmo chamou. Nesses registros, Robinson faz questão de detalhar os acontecimentos meteorológicos, isto é, os momentos em que choveu ou

abriu o sol e suas diversas ocupações, além de descrever seus sentimentos, desejos e aflições. Para Kanayama, "esse ato de narrar é o reflexo do que ocorria no século XVII em relação à individualidade" (KANAYAMA, 2009, p. 35).

É importante mencionar que Crusoé se destaca por seu valor excepcional de ser autossuficiente e independente, contudo, o egocentrismo exagerado o sentencia à solidão, não importa o que aconteça. Ian Watt apresenta o que está por trás das explicações mais comuns acerca do egocentrismo de Crusoé:

Pode-se argumentar que ele é obrigado a ser egocêntrico, pois se vê abandonado em uma ilha. Mas também deve-se admitir que anda procurando seu destino e que a ilha lhe proporciona a oportunidade única de concretizar o grande anseio da civilização moderna: a absoluta liberdade econômica, social e intelectual do indivíduo (WATT, 2010, p. 91).

O herói de Defoe desfruta da liberdade, inclusive afetivas, uma vez que não possui família e tampouco restrições de autoridades que possam afetar a sua vida individual. Em verdade, os vínculos emocionais ocupam lugar de pouco destaque nas aventuras de Robinson Crusoé, exceto quando há relações econômicas envolvidas. Crusoé tem uma família, no entanto a abandona sem remorsos para alcançar uma razão *homo economicus*. Buscava ele então, melhorar a sua situação econômica. Ou seja, partir com o objetivo de enriquecimento é uma característica fundamental do estilo de vida individualista. Nessa narrativa, Robinson sempre está se mobilizando para uma aventura lucrativa. Veja-se o que Watt fala sobre isso:

Crusoé não é um simples aventureiro, e suas viagens, como sua independência em relação aos laços sociais, não passam de casos um tanto extremos de tendências normais na sociedade moderna como um todo, pois, ao transformar a procura do lucro num motivo básico, o individualismo econômico aumentou em muito a mobilidade individual (WATT, 2010, p. 70).

O protagonista do romance de Defoe se transforma em herói mítico da sociedade moderna, porque consegue realizar todas as liberdades ideais sozinho, mesmo sendo impraticáveis na realidade concreta. Como Watt escreve "Na verdade Crusoé é o feliz herdeiro dos esforços de outros incontáveis indivíduos; sua solidão é a medida e o preço dessa felicidade, pois envolve a morte de todos os outros proprietários em potencial" (WATT, 2010, p. 93). Sem sombra de dúvidas, Robinson representa o lucro. Da mesma forma, o seu anseio por explorar o mundo inteiro ilustra o seu território privado.

O filósofo Rousseau considerava a narrativa de Crusoé na ilha como uma espécie de lição de como se deveria conduzir uma vida autêntica. Em seu livro *Emílio*, ele assinala que somente essa obra de Defoe seu discípulo Emílio poderá ler. Segundo Rousseau:

Esse livro será o primeiro que meu Emílio lerá; ele sozinho constituirá durante muito tempo toda a sua biblioteca e sempre terá nela um lugar importante. Será o texto a que todas as nossas conversações acerca das ciências naturais servirão apenas de comentários. Servirá para comprovar os progressos de nossos juízos. E enquanto nosso gosto não se estragar ele nos agradará sempre. Mas qual será esse livro maravilhoso? Aristóteles? Plínio? Buffon? Não: Robinson Crusoé (ROUSSEAU, 1995, p. 200).

Para Rousseau, Robinson Crusoé pode oferecer um oportuno exemplo ao Emílio de como dominar as técnicas e habilidades manuais da vida na modernidade. O próprio isolamento do herói do romance é visto como uma necessidade imprescindível para manifestar o seu individualismo e sua independência, o que resulta em um bom modelo para Rousseau de como o ser humano consegue realizar feitos a partir de si mesmo.

Segundo Rousseau, a ilha de Robinson retrata um verdadeiro paraíso, longe de qualquer interferência negativa da socialidade. Contudo, no romance e para Crusoé o seu isolamento também representa provação e angústia. Desta maneira, a independência se caracteriza como um tormento. A única satisfação e prazer de Crusoé pode ser notada quando ele explora os territórios enquanto propriedade. Rousseau diz que “O meio mais seguro de elevar-se acima dos preconceitos e de ordenar seus julgamentos sobre as verdadeiras relações das coisas está em colocar-se no lugar de um homem isolado e tudo julgar como esse homem deve julgar ele próprio, em razão de sua utilidade” (ROUSSEAU, 1995, p. 200).

Sendo assim, se para Rousseau a ilha confirma a ideia de paz e realização individual do ser humano, para Defoe ela representa uma chance de exploração colonial e também do progresso tecnológico da vida humana na sociedade moderna.

Marx não se convence com a ideia segundo a qual o indivíduo isolado seria o fundamento da Economia Política e, por isso, vai em busca de explicações sobre essa representação imediata da problemática do sujeito isolado. Ele procura entendê-lo a partir da forma como as relações sociais capitalistas se expressam na consciência imediata. Neste sentido, o autor elabora sua crítica expondo como a noção de indivíduo isolado é admitida através das relações capitalistas.

O filósofo identifica que tal representação do indivíduo isolado na Economia Política é produto de relações sociais históricas, não sendo, portanto, resultado da natureza pura e imutável. Segundo Marx, este indivíduo isolado é “produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI” (MARX, 2011, p. 55).

Sendo assim, o isolamento do indivíduo tem sua origem na dissolução das relações pré-capitalistas. Nas sociedades antecedentes ao capitalismo, os indivíduos não existiam em seu aspecto isolado, mas sim enquanto integrante da comunidade ou tribo. Nesse modelo social, havia propriedade, contudo, era algo que pertencia a toda uma comunidade, cujo fundamento manifesta-se pelos laços de sangue. No feudalismo, era preservada essa ideia a partir da linhagem, mesmo que as posses individuais fossem consideradas legítimas. Bloch (1982) explica que:

O período que assistiu ao florescimento das relações de protecção e de subordinação pessoais, características do estado social a que chamamos feudalismo, foi igualmente marcado por um verdadeiro estreitamento dos laços de sangue: porque os tempos eram agitados e a autoridade pública não tinha força, o homem tomava uma consciência mais viva das suas ligações com os pequenos grupos, fossem quais fossem, dos quais podia esperar algum socorro (BLOCH, 1982, p. 166).

Deste modo, os laços de sangue promoviam a solidariedade entre os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade. Assim, o grupo é visto como um importante elemento para o desenvolvimento do indivíduo e sua preservação. Além dos benefícios partilhados entre os indivíduos da mesma linhagem, a venda ou alienação de bens ficava submetida à aprovação dos membros do grupo, ainda que a propriedade individual fosse admitida (BLOCH, 1982).

Desta forma, os indivíduos eram identificados por meio da posição que ocupavam em seu grupo familiar. Isso não se restringia às questões econômicas, pois os laços de sangue permitiam que os parentes fornecessem apoio entre si. Além disso, poderiam servir como “juízes” para questões morais e também sofrer punições por causa de um membro da linhagem. Dito de outra forma, “o ato de um indivíduo comprometia todos os seus parentes” (BLOCH, 1982, p. 149-150).

No período feudal, o princípio norteador de todas as relações de dependência ou de protecção era a subordinação. Nas palavras de Bloch, “Ser «o homem» de outro homem: no

vocabulário feudal, não existia aliança de palavras mais difundida do que esta, nem mais rica de sentido. Comum aos falares românicos e germânicos, servia para exprimir a dependência pessoal, em si” (BLOCH, 1982, p. 167). Neste sentido, no feudalismo, “o indivíduo e o grupo pareciam inseparáveis” (BLOCH, 1982, p. 148). Marx reconhece esses laços de dependência nas sociedades feudais, ao mesmo tempo que esclarece que o ser humano, em seu aspecto individualista, aparece apenas na sociedade capitalista:

[...] por exemplo, um nobre continua sempre um nobre e um roturier [1] continua um roturier, abstração feita de suas demais relações; é uma qualidade inseparável de sua individualidade. A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe, a contingência das condições de vida para o indivíduo aparecem apenas juntamente com a classe que é, ela mesma, um produto da burguesia (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

É por isso que as relações de dependência são oriundas do desenvolvimento ainda limitado do processo produtivo, através de uma formação ainda patriarcal. Marx escreve nos *Grundrisse* que “relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados” (MARX, 2011, p. 158).

Nas sociedades pré-capitalistas, os indivíduos estão ligados à comunidade ou linhagem. Nessa relação, eles eram posicionados socialmente a partir do seu vínculo com o outro. A dinâmica mencionada somente será afrouxada e, por conseguinte, desfeita através da produção capitalista. Marx descreve esse processo da seguinte forma: “o ser humano só se individualiza pelo processo histórico. Ele aparece originalmente como ser genérico, ser tribal, animal gregário [...]. A própria troca é um meio essencial dessa individuação. Ela troca o sistema gregário supérfluo e o dissolve” (MARX, 2011, p. 407).

Antes de tudo, é notória a manifestação do indivíduo isolado no alicerce da sociedade burguesa, cuja transformação social promoveu nas estruturas do modo de produção capitalista o afrouxamento dos laços institucionais e sociais que conectavam os sujeitos. Na *Introdução de 1857*, Marx esclarece que o indivíduo isolado não se configura por uma vertente naturalista, não obstante, ele é resultado de um período histórico. Sendo assim, o caráter do ser cindido se confirma através da perspectiva histórica ao qual o indivíduo está atrelado.

Marx se opõe ao entendimento dos “profetas do século XVIII” – nas figuras de Adam Smith e Ricardo – que considera que a caricatura deste indivíduo estava soterrada em

configurações históricas anteriores. Nas palavras do autor, a visão dos clássicos da economia política sobre o indivíduo isolado era concebida “como ideal que teria existido no passado” (MARX, 2011, p. 55).

Com efeito, a compreensão de Marx sobre a representação do indivíduo isolado se pauta pela historicidade. Por outro lado, os economistas a que ele se contrapõe capturavam esta representação do ser humano de maneira separada do conjunto social em que este sujeito está situado. Isto é, entendiam que o indivíduo é, por natureza, um ser apartado. De acordo com Marx, os economistas clássicos concebem o ser humano “não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza” (MARX, 2011, p. 55).

Nesta ótica, Marx constata que esta representação de uma vida isolada/cindida foi resultado de uma reunião de acontecimentos históricos, principiada pelo fim do feudalismo e o surgimento de um novo mecanismo produtivo. De acordo com o autor, este indivíduo isolado e naturalizado que é representado pelos economistas clássicos simboliza as “inocentes ficções do século XVIII”, uma vez que se configura como “robinsonadas”, cuja concepção do indivíduo está fundamentada pela ideia de autossuficiência. Esta compreensão mistifica as reais condições nas quais a individualidade humana está imbricada na sociedade burguesa.

Marx observa que na sociedade burguesa é “a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente” (MARX, 2011, p. 55). Deste modo, os indivíduos, em formatações sociais precedentes, eram tomados no interior de uma comunidade. O que permite considerar a ligação engendrada entre o todo comunitário e os seus membros. Para Marx,

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos (MARX, 2011, p. 55).

É neste sentido que os laços constituídos socialmente entre o indivíduo e a comunidade são afrouxados. Sendo assim, a produção ilimitada de mercadorias e seu feitiço homogeneizante promovem a sensação de não pertencimento do indivíduo na socialidade. Além disso, Marx irá pontuar nos *Grundrisse* que a individuação do ser humano somente é possível por intermédio da condicionante histórica. A constituição do ser individual ocorre de maneira atrelada às relações sociais e, de forma específica, às condições concretas e imediatas de existência.

Segundo Marx, “o ser humano é, no sentido mais literal, um *zôon politikhón*, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” (MARX, 2011, p. 55). A representação perene de um indivíduo isolado é concebida sob o simulacro da sociedade capitalista, onde o indivíduo busca na tessitura social apenas o fito de satisfazer as carências. A vida humana se transforma em um meio, se converte em objetivação mercantil.

Na consciência imediata cotidiana, o que se sobressai é a possibilidade de cada um buscar a sua própria satisfação e manter a sua sobrevivência de maneira isolada, tal como ocorreu com Robinson Crusoé.

A representação do sujeito isolado é produto das condições sociais. “Tais condições consistem primeiramente na divisão social do trabalho desenvolvido, em que o trabalho já não está mais condicionado pela hierarquia e regulação corporativa ou pelo sistema de castas” (AUGUSTO, 2016, p. 3015). Além disso, essas circunstâncias também são formadas a partir da propriedade privada, já que não aparecem ligadas estritamente à terra. É neste contexto, que os produtos dos trabalhos privados surgem de maneira independente, apenas se contrapondo enquanto mercadorias, oriundas de trabalhadores autônomos. Marx explicita essa questão no processo de troca em *O Capital*. Onde se lê: “cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça a sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual” (MARX, 1985, p. 80).

Destarte, o indivíduo se encontra isolado diante dos demais, só contando com a sua propriedade. Ele não aparece subordinado à uma força tribal, mas sim de forma igualitária com os outros indivíduos, poderá se relacionar livremente e manter a sua própria sobrevivência. Sendo assim, “o único poder que os junta e leva a um relacionamento é o

proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados” (AUGUSTO, 2016, p. 3015).

O que está em evidência é o isolamento do indivíduo, produto das relações sociais engendradas na sociedade capitalista. Há uma representação desse indivíduo ilhado na consciência coletiva, porque ela é resultado da crescente ampliação dos vínculos de dependência entre os sujeitos no interior da sociedade moderna. Desta forma, o indivíduo desgarrado não se constitui como um fenômeno original e imutável.

Fazendo uma comparação com Robinson Crusoé, o seu isolamento não foi gerado por algo original ou sobrenatural, mas sim por todas as circunstâncias sociais que estavam em torno da personagem. Essas circunstâncias foram projetadas concretamente para Crusoé, a partir do barco em que estava e da sua habilidade em lidar com tal situação, as quais somente se firmaram porque são produtos de uma sociedade. Marx traz à cena essa compreensão a partir do seguinte trecho:

A produção do singular isolado fora da sociedade – um caso excepcional que decerto pode muito bem ocorrer a um civilizado, já potencialmente dotado das capacidades da sociedade, por acaso perdido na selva – é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros (MARX, 2011, p. 40).

Para Marx esse indivíduo isolado só poderia existir em uma sociedade cuja característica primordial é a ampliação de todas as relações sociais. Essa ideia só é possível porque o processo produtivo no capitalismo aparece em sua forma mais desenvolvida.

Pode-se assinalar que Marx também reconhece a dependência mútua na produção mercantil. Nesse sentido, não é possível afirmar que no sistema capitalista ocorre uma dependência apenas entre os indivíduos socialmente determinados, mas, precisamente, encontram-se relações de dependência mútua na produção mercantil que envolvem os indivíduos e as coisas. Essa dependência propicia a existência de novos vínculos baseado na generalização das mercadorias. E as antigas relações socialmente estabelecidas são dissolvidas nessa lógica.

No item que trata sobre o fetichismo da mercadoria em *O Capital*, Marx descreve o modo de produção capitalista e suas peculiaridades. Ele aponta que em sociedades pré-capitalistas o trabalho se estabelecia através dos laços pessoais entre os indivíduos diretos na família e na comunidade. De acordo com Marx, na Idade Média é possível notar que “em vez

do homem independente, encontramos todos dependentes - servos e senhores feudais, vassallos e suseranos, leigos e clérigos” (MARX, 1985, p. 74). Assim, o trabalho e a vida pessoal acabam sendo organizados por meio das relações de dependência. Segundo o autor, “a dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela” (MARX, 1985, p. 74).

Marx afirma que, inicialmente, a mercadoria na sociedade capitalista aparece como uma coisa trivial. No entanto, ao ser examinada, ela se mostrou complicada. Em seu aspecto de valor de uso, a mercadoria não tem mistérios, uma vez que o seu objetivo é atender às necessidades humanas por meio das suas características elementares. É importante mencionar que Marx logo identifica que o mistério da mercadoria não se encontra em sua vertente de valor de uso. Ele declara, com efeito, que “de onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo assume a forma mercadoria? Evidentemente dessa forma mesmo” (MARX, 1985, p. 71).

Nesta reflexão, Marx começa a desvendar o segredo da sociedade capitalista. Tudo se inicia com o trabalho humano, o dispêndio de força, músculo, cérebro na atividade produtiva. A igualdade decorrente dos trabalhos humanos é transferida para os produtos. Da mesma maneira, a relação que antes era estabelecida pelos produtores, agora assume uma relação social entre as coisas. Marx explicita essa descoberta do seguinte modo:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1985, p. 71).

Sendo assim, a mercadoria e a ideia de valor aparecem como naturais e definitivas. As características históricas e sociais são ocultadas, sendo as propriedades objetivas tidas como resultados diretos da natureza, em sua forma eterna. O que subjaz é a relação social entre os indivíduos, que acaba sendo secundarizada, aparecendo apenas como uma forma fantástica da relação entre os produtos. Marx situa essa problemática dizendo que “não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 71).

Essa é a especificidade da produção capitalista: “caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1985, p. 71). De acordo com Marx, a visão fetichista tem como

objetivo deslocar as qualidades humanas para as propriedades das coisas, ela naturaliza as relações entre os produtos. Essa visão fetichista acaba sendo admitida pela Economia Política.

É neste sentido que Marx captura a subordinação dos indivíduos em relação às coisas. Os produtores são direcionados pela circulação das mercadorias, ou seja, a liberdade está estritamente ligada ao movimento que os produtos fazem, a partir da distribuição e consumo.

Augusto explica: “Embora livre da dependência pessoal, cada produtor é dependente e subordinado ao ‘mercado’, [...] visto que a realização dos seus interesses/desejos/necessidades privados dependem da venda da mercadoria a um certo valor” (AUGUSTO, 2016, p. 319). Esse fenômeno é o que Marx denominou de fetichismo da mercadoria, isto é, “Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens” (MARX, 1985, p. 71). O ser humano não guarda vínculos com a linhagem ou comunidade, mas encontra-se dependente de um todo impessoal, que resulta de uma dinâmica estrutural de concorrência.

Destarte, a Economia Política não consegue visualizar o que está por trás das relações sociais do capitalismo. Não concebe a dinâmica de dependência e alienação que circunda todo mecanismo dessa formatação econômica. A Economia Política admite apenas a ideia de concorrência e do indivíduo isolado, cuja ligação se dá unicamente por intermédio das coisas.

Ademais, a socialidade se engendra de maneira paradoxal. Na medida em que consolida o aspecto social, individualiza o existir e assim acontece o seu oposto. Isso porque a existência humana se faz a partir dos elos com o tecido social. Em sendo a apropriação de objetividade em circunstâncias específicas, funda um modo próprio da constituição individual. De acordo com Marx e Engels:

Daí se segue, certamente, que o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si, que a existência física das últimas gerações depende da existência de suas predecessoras, que essas últimas gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são por elas determinadas em suas próprias relações mútuas. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela (MARX; ENGELS, 2007, p. 422).

Marx compreende que o ser humano isolado das relações sociais não consegue se desenvolver em sua completude, em suas dimensões físicas e abstratas. Deste modo, somente é possível situar a vida do indivíduo por intermédio do entrelaçamento de sua história individual, com a história que abarca a sociedade ao qual ele está localizado. Neste sentido, ele aponta que, no que diz respeito à expressão do indivíduo apartado da sociedade, “que a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

Assim, a ligação entre os indivíduos na sociedade é basilar para a constituição do ser genérico e da individualidade humana. Por isso que Marx assinala que a manutenção da vida e o aperfeiçoamento do indivíduo são viabilizados pela relação social, que este último estabelece com os demais membros da socialidade. Isto não significa dizer que o indivíduo se dissolva na totalidade social e nem que a individualidade deva se sobrepôr ao tecido social. Marx afirma que as condições objetivas de determinada forma social fundamentam o terreno para a constituição do indivíduo, na medida em que o ser humano também modifica as bases da sociedade. Por isso ele nos diz que:

Os indivíduos, sempre e em todas as circunstâncias, “partiram de si mesmos”, mas como eles não eram únicos no sentido de não precisar estabelecer relações uns com os outros, e como suas necessidades – portanto, sua natureza – e o modo de satisfazer essas necessidades os conectavam uns aos outros (relação entre os sexos, troca, divisão do trabalho), então eles tiveram de estabelecer relações. Ademais, como eles não firmaram relações como puros Eus, mas como indivíduos num determinado estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas e necessidades, e como essas relações, por seu turno, determinaram a produção e as necessidades, então foi justamente o comportamento pessoal – individual – dos indivíduos, seu comportamento uns em relação aos outros como indivíduos que criou as relações existentes e que diariamente volta a criá-las. (MARX; ENGELS, 2007, p. 421).

Na medida em que o indivíduo se sente isolado, a superficialidade da representação da sociedade burguesa o faz visualizar este estado como condição natural do seu ser. Contudo, o ser encerrado em si mesmo é produto de uma configuração econômica específica. Marx, em distintos momentos, observou a importância das relações intersubjetivas para o ser individual e, de forma ampla, para a sociedade. Por este motivo, leva em consideração o aspecto gregário do ser humano, o que direciona à reflexão acerca das estruturas sociais que sedimentam a

representação na consciência do indivíduo. Na análise marxiana, o ser individual não pode ser apreendido sem levar em consideração os arranjos sociais nos quais ele se constitui.

O desgarramento repousa na configuração de dependência que o indivíduo fixa com a socialidade, quanto mais complexas e amplas as conexões sociais, mais o ser humano se vê apartado de si mesmo, do outro e dos arranjos sociais. Neste caso, o emergir do indivíduo isolado não decorre de um caráter intrínseco ou constitutivo naturalmente do ser humano, mas é produto de uma configuração social específica, qual seja, a capitalista.

Ao se referir às robinsonadas, Marx pretende realizar uma crítica ao modo como os economistas políticos entendiam as relações de produção da modernidade. Com essa perspectiva, o autor assinala que “O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII” (MARX, 2011, p. 54). Aqui, Marx denuncia de forma irônica a visão em que os economistas se apoiavam. Partindo de um aspecto literário, eles concebiam o indivíduo isolado e, de certa forma, autossuficiente.

A concepção do indivíduo isolado manifesta-se contraditória, uma vez que reflete o próprio funcionamento da sociedade capitalista. É importante esclarecer que esse indivíduo isolado não surge de forma desgarrada da sociedade, pois ele já adquiriu a soma dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Em outros termos, pôde desenvolver suas habilidades individuais socialmente, antes que se lançasse, de forma isolada, em aventuras outras.

Marx, em *O Capital*, propõe ironicamente que o leitor abandone a ilha de Robinson Crusoe para realmente compreender as relações de dependência na sociedade moderna. Desta forma, o filósofo faz uma comparação entre a vida no Feudalismo e na Modernidade. Na medida em que o capitalismo dissolve a relação imediata entre o indivíduo e a sua comunidade, o ser humano, começa a se posicionar enquanto sujeito particular, cuja relação agora é livre de uma determinação familiar ou tribal.

Sem embargo, de acordo com Marx, as referidas ficções de robinsonadas aparecem vinculadas diretamente ao aspecto filosófico-científico da época, já que o romance encarna um ideal que reafirma o individualismo moderno. Não se restringindo somente a isso, as robinsonadas fazem referência ao argumento fantástico de um indivíduo abstrato, desgarrado de suas relações concretas. Esse modelo de indivíduo ilhado é transformado em principal

argumento da gênese da história humana, o que reforçaria um aspecto imutável e natural dos acontecimentos sociais.

Marx vai ainda mais longe, pois utiliza a ilustração de Robinson Crusoé para apresentar a emblemática associação dos homens livres. Aqui, os indivíduos “trabalham com meios de produção comunais, e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho” (MARX, 1985, p. 75). Nessa configuração social, Marx acredita que o trabalho pode ocorrer como na ficção de Crusoé, de maneira diversa, com a diferença de ser desenvolvido na sociedade, contrário assim, ao trabalho “exclusivamente” individual e egocêntrico de Robinson. Para Marx, “todos os produtos de Robinson eram exclusivamente produto pessoal seu, e, por isso, diretamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social” (MARX, 1985, p. 75).

Nesta análise feita por Marx, o produto do trabalho será utilizado para a distribuição, parte dele será direcionado ao consumo individual dos integrantes da sociedade. A distribuição vai acontecer, conforme a totalidade dos produtos do trabalho, bem como o nível de desenvolvimento histórico. O autor também afirma que o tempo de trabalho aqui desempenharia uma dupla função: Primeiro, “sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diferentes funções de trabalho conforme as diversas necessidades” (MARX, 1985, p. 75).

Nesse momento, Marx já visualizava a importância do tempo no processo de produção, desde o dispêndio individual para o trabalho, até a distribuição conforme às inúmeras necessidades. Sendo assim, “por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida de participação individual dos produtores no trabalho comum e, por isso, também na parte a ser consumida individualmente do produto comum” (MARX, 1985, p. 75).

É importante levar em consideração que o recurso estético-literário de Robinson Crusoé que Marx utiliza traz à tona elementos da vida ilustrada pela personagem, cujo romance é aproveitado para confrontar teoricamente a criação das chamadas robinsonadas da Economia Política e também para realizar uma crítica sobre o indivíduo moderno.

2. 6 ALIENAÇÃO/ ESTRANHAMENTO E O FENÔMENO DO SUICÍDIO

A modernidade, antes mesmo que pudesse desempenhar o ideal iluminista de reinar sobre a natureza e alcançar a liberdade em um sentido amplo, produziu, em verdade, sua própria negação. O indivíduo percebe-se ligado a nada, como se algo externo e incontrolável o dominasse. Marx identifica que no processo de produção, as relações humanas são concebidas de maneira distanciada, uma vez que a mercadoria, objeto por excelência produzido na sociedade capitalista, passa a ocupar um espaço de dominação sobre os trabalhadores. Esta dinâmica de inversão resulta no que ele denominou de alienação ou estranhamento⁸, na relação sujeito-objeto. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*⁹ Marx aborda mais profundamente a temática do estranhamento ou alienação.¹⁰ Este conceito será desenvolvido em *O Capital* na seção sobre o fetichismo da mercadoria.

Há, nos *Manuscritos de Paris*, uma abrangência no tratamento das experiências humanas concretas, o que permite um paralelo no que diz respeito à concepção de suicídio e o fenômeno do estranhamento na sociedade moderna. Desta forma, o estranhamento apresenta uma articulação mais próxima dos sujeitos reais, cuja sensibilidade de Marx acerca da temática mostra a complexidade dos eventos concretos em que ele observou criticamente e viveu.

É importante ressaltar que as diferentes formas de estranhamento que Marx pôde capturar em sua época e transpor em seus escritos estão interligadas por um ponto de colisão: o campo prático-social. Segundo István Mészáros (2006), nos *Manuscritos de 1844*, Marx concebe “numa unidade sintética a problemática de uma reavaliação ampla, centrada na práxis e radical de todas as facetas da experiência humana” (MÉSZÁROS, 2006, p. 24). Dito de

⁸ O conceito estranhamento (*Entfremdung*) foi apreendido nesta pesquisa com base na tradução de Jesus Raniere. O termo alienação (*Entäusserung*), de acordo com Raniere: “significa remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto. Significa, igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo, portanto, o sentido de exteriorização, [...] momento de objetivação humana no trabalho por meio de um produto resultante de sua criação”. Para o autor o termo estranhamento (*Entfremdung*), diz respeito “ao contrário, é objeção sócio-econômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada”. (RANIERE, 2010, p.16). Nesta pesquisa utilizaremos os dois termos, alternando somente por uma questão estilística.

⁹ Em 1927 a obra aparece, pela primeira vez, em russo, só posteriormente que ela é difundida em alemão e francês, precisamente em 1932, oferecendo uma difusão maior nos círculos literários e filosóficos da época. De acordo com Mészáros (2006), o conceito de alienação consiste na categoria nuclear dos *Manuscritos de Paris*.

¹⁰ Marx utiliza uma diversidade de significações para designar o fenômeno da alienação ou estranhamento tais como divórcio ou separação, divisão ou clivagem, perder-se, isolar-se, retirar-se para dentro de si mesmo, destruir todos os vínculos do ser humano com sua espécie, etc.

outro modo, o estranhamento apresenta uma forma multifacetada, cuja unidade pode ser perceptível por sua ligação crucial com o âmbito prático-sensível.

Para Mészáros (2006), a formulação de Marx sobre o conceito de estranhamento tem uma forte relação com a investigação do ilustre renano sobre o Estado moderno. A perspectiva histórica realizada antes dele sobre a “individualidade isolada” é descrita de forma positiva e natural. Mészáros (2006) afirma que:

Deste modo, o capitalismo é caracterizado como “a realização coerente do princípio do individualismo” (“*das durchgeführte Prinzipdes Individualismus*”), ao passo que na concepção posterior de Marx esse “princípio do individualismo” é colocado em sua perspectiva adequada: é analisado como uma manifestação determinada pela alienação do trabalho, como um dos aspectos principais da auto-alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 70).

Sendo assim, em sua análise, Marx identifica a alienação e a ideia de individualismo como manifestações próprias de um modo de produção capitalista. Os trabalhadores vivenciaram a dominação de um poder impessoal, forjado nas relações de produção entre os indivíduos. Há uma transformação nos vínculos humanos, cuja relação é sobreposta pelo domínio das coisas. Aqui, o indivíduo humano é objetificado e coisificado em seu extremo.

Marx relacionou o conceito de alienação com a ideia de um tormento embrutecido, firmado pelas condições materiais da sociedade burguesa, já que é através dessas relações que as potencialidades dos indivíduos são freadas e limitadas. Segundo Kevin Anderson (2021), a família, as relações privadas e todos os domínios de socialização estão condicionados pelo modo de produção capitalista. Sendo assim, é importante destacar que a relação social desenvolvida entre capital-trabalho foi otimizada em diferentes níveis reais e concretos, abarcando diversas dimensões da experiência da vida humana, não se restringindo aos domínios do modo de produção propriamente dito.

De acordo com Anderson (2021, p. 1508), não podemos afirmar que Marx foi um reducionista quando trata dos conceitos de estranhamento ou alienação, uma vez que sua obra dá mostras em que ele analisou com certa profundidade a diversidade de opressão e ao mesmo tempo de resistência ao capital. Vale ressaltar, que estas formas de autoafirmação e também de coação ou injustiça não eram inteiramente ancoradas na concepção de classe social, mas, em certa medida, também eram baseadas na compreensão de nacionalidade, etnia e gênero.

Quando é discutido o tema da alienação, é importante enfatizar a primeira fase da produção teórica de Marx. Para entender essa complexa conceituação será necessário discutir algumas características que influenciaram Marx, neste primeiro momento de constituição do seu pensamento filosófico. De modo geral, alguns autores fazem uma distinção entre o jovem Marx e um Marx maduro. No que diz respeito a essa análise, vamos enfatizar a primeira fase da obra do autor, sem com isso fazer cisões em seu arcabouço teórico.

A compreensão hegeliana de que o mundo em todas as suas dimensões constitui um processo, concede historicidade para a reflexão filosófica. Essa ideia foi incorporada por Marx e Engels em sua produção teórica. Destaca-se como principal contribuição de Hegel, apropriada pelos fundadores do marxismo, a compreensão de processo e historicidade no que diz respeito à formulação do materialismo histórico. Engels (1990) deixa claro isso, quando diz em *Anti-During*: “A filosofia alemã foi completada por Hegel, o qual pela primeira vez [...] concebeu o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como mundo sujeito à mudança” (ENGELS, 1990, p. 22).

Os elementos mais importantes da dialética hegeliana, como por exemplo a totalidade, o movimento e a mudança são incorporados e ressignificados por Marx e Engels. Eles se distanciam do pensamento de Hegel, apenas quando identificam que o idealismo precisa ser superado, uma vez que o entendimento do papel da especulação e sua determinação frente ao movimento do mundo não convenciam Marx e Engels. Nesta perspectiva, o editor da *Gazeta Renana* enfatiza em sua obra a “atividade de produzir o mundo”. Essa compreensão distancia Marx da tradição idealista, visto que a sua proposta tem como horizonte uma filosofia da ação, baseada na transformação do mundo.

É importante levar em conta que Marx interagiu filosoficamente com diferentes pensadores, sobretudo nessa primeira fase de germinação teórica de sua formação, o que o permitiu incorporar diferentes contribuições teóricas precedentes, realizando uma apropriação e ao mesmo tempo uma ressignificação a partir de suas próprias ideias. Compreender o mundo tornou-se uma das principais preocupações do autor. Essa busca o fez encarar e debater com a economia política clássica.

Neste ínterim, de intensa confrontação de pensamento e ebulição filosófica, a mais forte influência de Marx não poderia deixar de ser o seu vínculo com Engels, cujas contribuições teóricas e análises concretas o afetaram profundamente. Entre os anos de 1842 e

1845, Marx mergulhava em “oceanos de livros”, hábito que vai preservar durante toda a sua vida.

Em Paris, Marx realiza a sua inflexão conceitual que irá fornecer elementos importantes para a sua crítica da economia política. Aqui, essa transformação expressa um modo decisivo de enxergar o mundo e “ela se processou orgânica e simultaneamente com os três encontros fundamentais que Paris lhe propiciou: com o proletariado, com a economia política e com Friedrich Engels” (NETTO, 2020, p. 116). Decerto que o elemento econômico-social concreto da análise de Engels e seu conhecimento acerca da situação dos trabalhadores de fábrica teriam impactos fundamentais nos estudos de Marx e em sua elaboração crítica sobre a sociedade burguesa.

Surge aqui um duplo interesse de investigação: a filosofia e a economia política. Através do que viria a ser seu dileto amigo, Marx aproxima-se de uma nova realidade, pertencente ao mundo concreto do trabalho industrial de sua época. Quando o filósofo revolucionário tem acesso ao livro de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ele identifica que a alienação concebida nas relações do trabalho iria reverberar em todas as dimensões da vida social. O estranhamento vivenciado no modo de produção capitalista provocaria dor, sofrimento e embrutecimento na vida cotidiana do mundo moderno.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* apresentam uma conexão com a abordagem da obra do jovem Engels. Quando Marx amplia suas perspectivas temáticas, ele consegue abarcar debates como a alienação, o problema da liberdade, o significado da vida moderna e até mesmo a questão da individualidade humana e sua relação com a sociedade (MÉSZÁROS, 2006, p. 77).

Não restam dúvidas que os objetos de estudo de Marx se expressam em sua diversidade e o tópico da alienação desempenha papel central em seu pensamento. Ele despertaria um profundo interesse pela percepção do ser humano no mundo real. José Assunção Barros destaca que “ao lado deste comovente encantamento diante da capacidade humana de ‘transformar o mundo e a si mesmo’, Marx também encontrará a terrível sombra: a percepção de que este mesmo homem também se perdera na história, se ‘desumanizara’, em uma palavra, se ‘alienara’” (BARROS, 2011, p. 236). Desta forma, o tema da alienação aparece como a primeira busca sistemática do jovem Marx. Além disso, o estranhamento foi concebido em sua diversidade, sobretudo nos *Manuscritos de Paris*.

Para Marx, o estranhamento provoca na percepção do indivíduo o sentimento de fragmentação, decorrente de um sistemático afastamento do ser humano no que diz respeito ao mundo. Ademais, a alienação gera um sentimento de ser em si mesmo, onde o sujeito se encontra apartado dos outros indivíduos, da vida em geral e dele próprio. Há um processo de separação do ser humano concernente à realidade, transformando o sujeito em quase um autômato. A compreensão de todos esses elementos, remetia a Marx ao fenômeno do estranhamento.

Em parte, este estranhamento se mostra na medida em que produz, por um lado, o refinamento das carências e dos seus meios; por outro, a degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência; ou melhor, apenas produziu-se novamente a si na sua significação contrária. Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito precariamente, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se ||XV| não pagar (MARX, 2010, p. 140).

Há, no bojo do conceito de alienação, a perda de si mesmo, o esvaziamento do que é fundamental para o sujeito, a partir da inauguração de um modo de produção específico, o capitalismo. Instaurou-se relações interpessoais na modernidade, cuja centralidade da mercadoria afetou o modo como o indivíduo se relaciona com o mundo, com os outros e consigo mesmo. Marx, antes de tudo, associa o fenômeno do estranhamento com a ideia de esfacelamento, de morte e empobrecimento da existência humana. Ele argumenta que esse processo subtrai o próprio indivíduo e completa trazendo os elementos mortuários:

Tem de pagar esta casa mortuária. A habitação-luz que Prometeu, em Ésquilo, denota como uma das maiores dádivas pelas quais ele fez do selvagem um homem, cessa de existir para o trabalhador. Luz, ar etc., a mais elementar limpeza animal cessam de ser, para o homem, uma carência. A imundície, esta corrupção, apodrecimento do homem, o fluxo de esgoto (isto compreendido à risca) da civilização torna-se para ele um elemento vital. O completo abandono não natural, a natureza apodrecida, tornam-se seu elemento vital (MARX, 2010, p. 140).

Neste trecho, Marx deixa translúcida a relação de um novo ideal civilizatório com a percepção de abandono total e de uma natureza apodrecida do ser humano, afirmando que este fenômeno acaba por se transformar em um componente fundamental da vida do indivíduo moderno. O autor Vinícius dos Santos (2021), em *O indivíduo Abstrato: subjetividade e*

estranhamento em Marx, interpreta o processo de estranhamento “como uma patologia específica do processo histórico de objetivações” (SANTOS, 2021). Para ele, nesse processo acontece uma permanente perda do indivíduo para consigo mesmo. Marx utiliza termos que remetem à ideia de finalização da vida, trazendo à tona o estranhamento como uma “casa mortuária”. Há, neste caso, a identificação de um processo patológico do nosso tempo e que Marx reconhece a sua origem na sociedade capitalista.

Sem embargo, a temática do estranhamento aparece de uma forma viva e concreta, relacionada com as instâncias reais da vida prática do ser humano. Esta característica despertaria, certamente, o interesse de Marx, já que ele estava buscando incorporar a condição operária em sua análise filosófica.

É possível identificar quatro tipos centrais de estranhamento nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*: i) o estranhamento decorrente da relação do ser humano com o produto do trabalho, que surge como algo estranho e, por conseguinte, a natureza também é vista como algo separado; ii) o estranhamento oriundo da relação do trabalho com o ato da produção, visto que a atividade produtiva aparece como estranha a quem executa; iii) o estranhamento do ser genérico, cuja relação do indivíduo com os outros se dá de maneira apartada. Aqui, o ser humano irá se sentir alheio ao seu próprio corpo, estranho em relação a sua humanidade; iv) o estranhamento do ser humano consigo mesmo, ocorre quando o indivíduo não se reconhece em si. A sua própria existência aparece como um sacrifício de vida, como um objeto, uma coisa. Marx registra essa compreensão:

Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenstandlichkeit*) transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2010, p.85).

O estranhamento decorrente da relação do ser humano com a natureza corresponde à fragmentação ou separação do indivíduo com os objetos e com o mundo sensível. Mészáros (2006) denomina de autoestranhamento ou autoalienação os aspectos que conectam o indivíduo com a espécie e consigo mesmo. A relação do ser humano com a própria atividade, a qual aparece alheia e estranha, não permite uma satisfação em si e por si. Torna-se claro com a seguinte reflexão de Marx:

Esta relação é a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa (MARX, 2010, p.83).

Aqui, Marx associa o sentido de vida com a ideia de atividade/movimento e quando ela se converte em uma força contra o próprio indivíduo, essa relação torna-se uma mortificação. Ademais, o estranhamento que o ser humano sente sobre o produto do trabalho é também direcionado à sua vida, algo com o qual ele não consegue se identificar. Para Mészáros o conceito de alienação compreende as manifestações do “‘estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo’, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem–humanidade e homem e homem, de outro” (MÉSZÁROS, 2006, p. 21).

No capitalismo, a alienação ocorre no ato de exteriorização das habilidades humanas no processo de produção. Desta forma, existem momentos diferentes de percepção e manifestação do estranhamento, porque há uma limitação das potencialidades humanas impostas pelas relações produtivas. Tal limitação resulta em uma ausência extremada de identificação do sujeito em relação ao complexo movimento que desenvolve no ato de criar coisas novas. Segundo Vinícius dos Santos (2021), o “processo de subjetivação é deformado, mutilado, unilateral” (SANTOS, 2021). Desta forma, Marx esclarece:

O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autosacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (MARX, 2010, p. 83).

Marx fala em auto-sacrifício e mortificação, quando se refere ao fenômeno da alienação ou estranhamento. Isso quer dizer que o indivíduo não consegue sentir-se vivo, em plena consciência de suas potencialidades e capacidades. Ele tem a percepção de um esvaziamento de si, como se tivesse perdido algo importante que o mantém em pé: o elo que o liga à própria vida. Ou seja, a vida aparece como apenas meios de vida.

O estranhamento aparece tanto no fato de meu meio de vida ser de um outro, no fato de aquilo que é meu desejo ser a posse inacessível de um outro, quanto no fato de que cada coisa mesma é um outro enquanto si mesma, quanto [também] no fato de que minha atividade é um outro, quanto finalmente – e isto vale também para os capitalistas – no fato de que, em geral, o poder não humano domina (MARX, 2010, p. 146).

Entende-se nesta passagem, que o sistema capitalista promove uma desapropriação dos principais meios de existência e aparta o indivíduo de si mesmo, não somente o trabalhador enquanto tal, mas também o capitalista. O estranhamento, oportuniza “a desefetivação dos meios objetivos de constituição de si mesmo como sujeito” (SANTOS, 2021). O ser humano, por ter a sua atividade sabotada, termina afastando-se de si e tem a sua individualidade afetada pelo estranhamento oriundo das relações de produção capitalista. As relações intersubjetivas aparecem como algo inacessível. O poder da coisa em si impera.

O filósofo revolucionário destaca o empobrecimento que a sociedade moderna provocou na existência do ser humano. Há o surgimento de uma vida fragmentada e pálida. Ele observa a manifestação de um desprezo pela vida humana, inclusive em termos subjetivos. Em uma das mais célebres passagens do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escrevem que “Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43). Marx observa que:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como [com] um objeto *estranho* estão todas estas conseqüências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. [...] Ele não é o que é o produto do seu trabalho. [...] A *exteriorização* (*Entausserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*aussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausserihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2010, p. 81).

Desta forma, o mundo objetivo que o ser humano cria através da atividade produtiva torna-se afastado dele e cada vez mais poderoso e enigmático, impondo-lhe leis hostis e

finalmente estruturando a vida social. Isso porque: “com a expansão da propriedade privada e da divisão do trabalho, todavia, o trabalho perde sua característica de expressão do poder do homem; o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento” (FROMM, 1970, p. 53).

O ser humano passa a lidar muito mais com o sofrimento do que com o bem-estar, isso impacta as suas energias físicas, ocasionando um sentimento de ruína sobre a sua existência. Sendo assim, o indivíduo só se sente bem quando distante das relações que estão alicerçadas no interesse privado e no proveito próprio. De acordo com Marx:

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010, p. 83).

Para Marx, a alienação humana acontece quando há um processo de constrangimento, que impede o indivíduo de se realizar plenamente através da atividade vital de produção. Destarte, o ser humano será impelido a buscar atender somente às suas necessidades mais imediatas, como se alimentar, beber, vestir, etc. E essa relação com a manutenção da sua própria existência será forjada de maneira estranha e hostil, resultado da divisão social do trabalho e da vigência da propriedade privada. Isto posto, o objeto fruto do seu trabalho vai confrontar o seu criador enquanto uma força estranha e superior. A alienação manifesta-se inicialmente na esfera produtiva, mas ela atravessa todas as outras dimensões da cotidianidade, ocorrendo uma generalização de seus efeitos.

Para Erich Fromm, o próprio conceito de indivíduo em Marx não pode ser completamente entendido sem abordar a categoria de alienação, que ele caracteriza como negação da produtividade. Sendo assim, Fromm esclarece que: “A alienação (ou alheamento) significa, para Marx, que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo permanece alheio ou estranho a ele” (FROMM, 1970, p. 50). De acordo com o autor do *Conceito marxista do homem*, o estranhamento está diretamente vinculado com a ideia de passividade, porque o indivíduo passa a ocupar essa condição frente ao mundo e a si mesmo, encarnando um sujeito passivo e separado de tudo à sua volta.

Erich Fromm associa o conceito de alienação à categoria de idolatria. Em ambas as definições existe um processo semelhante, já que o indivíduo se curva àquilo que ele mesmo criou e “ao fazê-lo, ele se transforma em coisa. Transfere às coisas de sua criação os atributos de sua vida, e, em vez de experimentar-se com a pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo” (FROMM, 1970, p. 51).

E em cada descrição do conceito de estranhamento em que Marx extrai e descreve nas quatro experiências concretas de manifestação, encontramos as formas de alienação que podem ser comparadas com a ideia de morte e suicídio. Marx fala em estranhamento como uma "perda de realidade"; como “auto-sacrifício”; fragmentação em relação à humanidade; como um "rasgo" do próprio corpo; “como um sacrifício de vida” (MARX, 2010, p. 83). Nessas análises sobre o fenômeno da alienação/estranhamento, o tratamento realizado por Marx leva os leitores às ideias e cenas suicidas ou mortais que envolvem todo o processo de perda de si mesmo, tornam-se formas claras, atraentes e persuasivas de identificar nosso contato com a dominação capitalista, com o próprio desfalecimento do interior da existência humana.

O suicídio parece seguir um sentido equivalente ao nosso isolamento e estranhamento sob o capitalismo moderno. Marx examinou esse aspecto brevemente, a partir do suicídio como um problema social de estranhamento. É no escrito de 1846 que ele enfatiza e exemplifica as maneiras pelas quais podemos perceber de que forma o capitalismo atinge o ser humano subjetivamente. A inclinação moderna ao suicídio é, também, uma resposta às hostis condições de nossa existência alienada/estranhada.

No artigo, Marx valoriza a experiência e o olhar de Peuchet sobre o suicídio. Nota-se que a narrativa do arquivista e o seu próprio ofício no interior da administração da polícia, ofereceu-lhes instrumentos para compreender os suicídios mais de perto. Em suas memórias, ele escreveu como um conhecedor dos suicídios contemporâneos na cotidianidade. É importante destacar que através dos seus relatos, é perceptível também que o autor se sensibilizou com a temática e com a particularidade de cada caso.

No entanto, Peuchet não caracteriza as minúcias dos casos em suas memórias com o ardor moral do pensamento de sua época. A interpretação de Peuchet dessas vítimas foge do moralismo vigente, o que chamou atenção, certamente, de Marx. Revelando, assim, uma perspectiva do suicídio que não era examinada em seu tempo. Além de conceder profundas particularidades sobre as situações de cada suicídio, o arquivista descreve todas as vítimas

possuindo uma espécie de potência na vida, mesmo diante de circunstâncias sociais degradantes. Ele utiliza frases como: "força enérgica que impulsiona a personalidade" com um "entusiasmo contagiante" e "expressão calorosa e característica" (MARX, 2006, p. 43). Marx/Peuchet expõe essa compreensão da seguinte forma:

Poder-se-ia apresentar uma singular coleção de citações de autores famosos e de poesias escritas por desesperados que preparam suas mortes com um certo fausto. Durante o momento de admirável sangue-frio que sucede à resolução de morrer, uma espécie de entusiasmo contagiante exala daquelas almas e transborda por sobre o papel, o que ocorre mesmo naquelas classes desprovidas de qualquer educação. Enquanto se recolhem diante do sacrifício e examinam suas profundezas, toda a sua força é concentrada para, em seguida, expandir-se numa expressão calorosa e característica (MARX, 2006, p. 43).

Aqui, Marx descreve os instantes que antecedem o ato de suicidar-se como um momento dotado de reflexão na medida em que há entusiasmo e ímpeto, resultando assim em um evento único. É importante destacar que esse vigor que acomete a ideação e planejamento suicida é ressaltado na passagem como algo característico do fenômeno, independente da classe social que o protagonista pertença. Além dessa força calorosa que invade o indivíduo, Marx apresenta sua principal interpretação acerca da tendência suicida e sua motivação ligada à ideia de alienação, "porque cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si" (MARX, 2006, p. 42).

Desta forma, o suicídio teve, para Marx, uma forma de manifestação sintomática de nosso tempo. Mas, além disso, os elementos disponibilizados sobre o ato suicida surgem como uma espécie de demonstração de nosso estranhamento nas relações concretas da sociedade moderna. O pensador enfatiza a importância da narrativa de Peuchet, justamente por revelar esse aspecto. Sobre a relação do suicídio e a sociedade capitalista, Marx/Peuchet diz que:

Algumas dessas histórias, que estão sepultadas nos arquivos, são obras-primas. Um filisteu burguês, que deposita sua alma em seu negócio e seu deus no comércio, pode achar tudo isso muito romanesco e, com seu sorriso sarcástico, rejeitar aflições que ele não entende: seu menosprezo não é de estranhar. Que outra coisa devemos esperar de três por cento de pessoas, que nem sequer suspeitam de que elas próprias, diariamente e a cada hora, pouco a pouco, assassinam sua natureza humana! Mas o que dizer então da boa gente, que faz o papel de devotos, de bem-educados, e que repete as indecências dos primeiros? Sem dúvida, é de suma importância que esses

pobres-diabos suportem a vida, ainda que seja apenas no interesse que seria arruinado pelo suicídio geral da canalha; mas haveria outro meio de tornar suportável a existência dessas classes, que não a injúria, o sorriso irônico e as belas palavras? (MARX, 2006, p. 43).

O autor traz à tona a relação entre o poder divino do dinheiro e a dimensão humana. Para ele, há um menosprezo no que diz respeito às aflições de quem decide pôr fim à vida. Isso acontece justamente porque esse mesmo burguês é afetado pela dinâmica do capitalismo. O autor afirma que essas pessoas “assassinam a sua natureza humana”, como se o caráter sensível e humano em reconhecer os padecimentos alheios fosse completamente eliminado. O filósofo renano aborda essa problemática nos *Manuscritos Parisiense*, ele discorre sobre a capacidade do dinheiro em transformar a própria sensibilidade humana, a partir do seu efeito de tudo poder comprar:

O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o objeto enquanto possessão eminente. A universalidade de seu atributo é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. ... O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem (MARX, 2010, p. 157).

Há uma inversão na vida humana, através do dinheiro tudo é convertido em algo possível e em seu contrário. O estranhamento do ser humano vai ao ápice. Mauro Moura explica que o dinheiro permeia a cotidianidade e o seu poder de fazer “os opostos se beijarem” é colocado em prática na sociedade capitalista. Em suas palavras:

[...] o dinheiro perfila magnânimo, não só como mera expressão da riqueza social, mas como sua própria encarnação; fugaz, sem dúvida, por sua natureza intangível, porém, presidindo de fato as ações e os sonhos dos indivíduos nessa figura de socialidade imersos, amparado por uma verdade empírica, sobejamente reiterada por sua corroboração cotidiana (MOURA, 2004, p. 297).

É nesta perspectiva que o ser humano encontra-se estranho a sua própria vida. Na sociedade capitalista, a sua existência aparece desgarrada, como se precisasse necessariamente das coisas para ganhar vida. Resulta disso, que a individualidade e toda a sua constituição termina por ser desconsiderada. Aparece, deste modo, uma sensibilidade estranhada, tendo como expressão um comportamento baseado no poder intangível do dinheiro. Em *Sobre o suicídio* (2006), é possível capturar essa compreensão do estranhamento provocado entre as pessoas. Michael Löwy aponta que:

A sociedade moderna, escreve Marx citando Peuchet, que por sua vez cita Jean-Jacques Rousseau, é um deserto, habitado por bestas selvagens. Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio (LÖWY, 2006, p. 16).

Para Löwy, as circunstâncias sociais podem indicar a motivação dos suicídios no artigo publicado por Marx. Sendo assim, a crítica à sociedade moderna e à solidão, desencadeada por esse quadro hostil, pode conceder pistas interessantes acerca da preocupação do autor sobre a temática da morte voluntária. Ademais, Michael Löwy argumenta que “[...] o caráter desumano e bestial da sociedade burguesa, o egoísmo e a ambição do espírito burguês – são recorrentes nos escritos de juventude de Marx, mas, nesta peça, eles assumem um caráter insólito” (LÖWY, 2006, p. 17).

Na argumentação de Marx o suicídio aparece como uma possível consequência de uma existência esvaziada em seu sentido, que decorre de um sistema social injusto e opressivo. Marx assume seu papel, mais uma vez, de ensaísta e pesquisador, ele reconhece a importância de compreender o fenômeno do suicídio e não negá-lo. Tudo indica que a principal tarefa de Marx seria entender a realidade social que influencia nossas vidas e que pode resultar em suicídio. Portanto, o fenômeno surge como uma opção plausível e legítima para os que se encontram em circunstâncias opressivas e estranhadas. De acordo com com Löwy:

Em outros termos, para Marx/Peuchet, a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos (LÖWY, 2006, p. 17)

Marx (2006), no livro *Sobre o Suicídio*, trata da questão da desumanidade que atinge os indivíduos na esfera privada. Antes de tudo, o autor destaca o suicídio como um elemento recorrente em uma sociedade em que o ser humano se localiza, de distintas formas, como um ser padecente e estranhado. Nota-se que, no ensaio, muitas são as causas do suicídio. Elas variam de vergonha, rejeição, a impotência ao estar desempregado, o confinamento, a privação da liberdade, o desgarramento, etc. O escrito aponta que as causas do suicídio estão

interligadas a uma realidade de coisas desumanas. Para o filósofo revolucionário, os elementos sociais devem ser compreendidos porque expressam as reais condições cotidianas sofridas pelos indivíduos. O objetivo desta crítica é apontar “as contradições e os contrassensos da vida moderna, não apenas nas relações específicas, mas também em todos os círculos e configurações da hodierna convivência” (MARX, 2006, p. 21).

Através dos relatos da vida cotidiana é possível entender melhor a sociedade capitalista do que nos conceitos abstratos. É neste sentido, que o “suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (MARX, 2006, p. 29).

CAPÍTULO III

SUICÍDIO E INDIVIDUALIDADE

O livro, *Sobre o suicídio* (2006), sugere que o entendimento do estado de desgarramento e solidão do ser humano no interior da sociedade é indispensável para lidar e, por conseguinte, lutar contra o suicídio moderno. Em outros termos, o desgarramento provocado nas sociedades modernas pode influenciar, de alguma maneira, o fenômeno do suicídio. É como se o autoextermínio fosse uma espécie de oposição às condições opressivas de uma vida alienada.

É interessante perceber como o suicídio pode ser projetado no ser humano e como ele vai muito além do ato corporal. Ou seja, a atividade suicida reflete o próprio comportamento que antecede ao fenômeno em si, na ideação, planejamento e fantasia. Ademais, nota-se, também, que os momentos que antecedem o suicídio aparecem como uma forma de afirmação da própria vida.

3.1 SUICÍDIO ANÔMICO E SOLIDÃO NA SOCIEDADE MODERNA

No manuscrito, *Sobre o Suicídio*, Marx (2006) discorre acerca da morte voluntária a partir da solidão em que as personagens dos casos examinados se encontravam. No texto é possível visualizar o fio condutor que liga as tramas da vida privada e o desgarramento provocado entre o indivíduo e a socialidade. Neste sentido, será investigado o ser humano desgarrado do tecido social. Aqui, a intimidade burguesa impulsiona a solidão do sujeito. Esse sentimento de ser em si mesmo, ou seja, a sensação de inexistência dos laços sociais e humanos pode ser explicado pela natureza da sociedade burguesa. A comunidade se apresenta como um todo abstrato e impessoal, onde o indivíduo se vê sem lar e desprotegido, contando apenas com o interesse privado que permeia todas as relações sociais. Esta dinâmica da sociedade capitalista, legítima e outorga a expressão do egoísmo em seu ápice.

De modo geral, a morte é um acontecimento que aparece na história da humanidade como algo indubitável, confrontando a vida do indivíduo e ocupando espaço em suas

reflexões. É nesse sentido que o problema da morte: "caminha lado a lado com processo histórico de individualização do sujeito" (BINGEMER, 2009, p. 11).

É possível dizer que o ato de morrer traz, em sua conceituação, dimensões que são a um só tempo singular e universal. Singular, porque trata-se de uma circunstância empírica, transformado em fenômeno sempre único, universal pois expressa a força característica que liga toda uma espécie: a finitude.

De acordo com Paul Ludwig Landsber: “a consciência da morte avança junto com a individualização humana, com a constituição de individualidades singulares” (LANDSBERG, 2009, p. 17). Isso acontece, sobretudo, em nossa sociedade moderna. Como vimos, a própria concepção de liberdade, autonomia e propriedade favorecem para o aprofundamento do individualismo.

Na obra *O suicídio*, Durkheim analisa o tema do suicídio sobre a perspectiva sociológica, o que possibilitou a compreensão do fenômeno como um fato social. Segundo o autor, o suicídio pode ser definido como "todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado" (DURKHEIM, 2019, p. 14). Em sua análise, Durkheim (2019) identifica três tipos de suicídio, o egoísta, o altruísta e o anômico. Importam para esta investigação a primeira e a última definição do fenômeno.

O suicídio egoísta é impulsionado por uma individualidade desgarrada, resultando na expressão de um indivíduo isolado. Isso acontece quando há um afastamento agudo do sujeito em relação à sociedade. Neste tipo de morte voluntária, há um afrouxamento dos laços comunitários e também há a ausência dos sentimentos que expressam algum tipo de solidariedade.

Para Durkheim (2019), a sociedade exerce um poder sobre os indivíduos, já que "há uma relação entre a maneira pela qual se exerce ação reguladora e a taxa social dos suicídios" (DURKHEIM, 2019, p. 303). Esta situação ele descreve como anomia. O autor identifica que as crises econômicas bem como as crises industriais aumentam a propensão ao suicídio. Durkheim deixa registrado que tais crises provocaram "perturbações da ordem coletiva" (DURKHEIM, 2019, p. 311). Em outros termos, quando surgem rupturas na harmonia social, ocorrem mais suicídios.

Destarte, o suicídio anômico está associado à maneira pela qual a sociedade regulamenta os indivíduos. De acordo com Durkheim, “só a sociedade, seja diretamente e em

seu conjunto, seja por intermédio de um de seus órgãos, está em condições de desempenhar esse papel moderador, pois ela é o único poder moral superior ao indivíduo, e cuja superioridade este último aceita” (DURKHEIM, 2019, p. 315).

Na medida em que há um processo de desregramento, o indivíduo é, segundo Durkheim, impelido a cometer suicídio, pois se encontra em sofrimento devido às perturbações de ordem coletiva. Sendo assim, “quando a sociedade é perturbada, seja por uma crise dolorosa ou por transformações favoráveis mas por demais repentinas, ela fica provisoriamente incapaz de exercer essa ação; e daí provêm as bruscas ascensões da curva de suicídios” (DURKHEIM, 2019, p. 320).

No pensamento de Durkheim, a anomia está mais em evidência, transformando-se em uma forma crônica própria da esfera social, sobretudo no que diz respeito ao comércio e à indústria. De acordo com o autor, "a indústria, em vez de continuar sendo considerada como um meio com vistas a um fim que a ultrapassa, tornou-se o fim supremo dos indivíduos e das sociedades" (DURKHEIM, 2019, p. 325).

Desta forma, a principal característica do suicídio anômico seria a impossibilidade de o indivíduo ter o que deseja. Projeta-se no indivíduo uma constante mobilidade para alcançar algo no futuro, contudo, este é marcado pela incerteza, o que ocasiona uma espécie de indeterminação do próprio sujeito, “condena-o portanto a uma eterna mobilidade. De tudo isso resulta o estado de perturbação, de agitação e insatisfação, que aumenta necessariamente as possibilidades de suicídio” (DURKHEIM, 2019, p. 347).

Em síntese, a anomia manifestaria uma espécie de mal-estar pela insaciável possibilidade de alcançar infinitas coisas e suas respectivas sensações. Durkheim exemplifica este raciocínio do seguinte modo:

Quando se tem como único objetivo ultrapassar constantemente o ponto a que se chegou, como é doloroso ser empurrado para trás! Ora, essa mesma desorganização que caracteriza nosso estado econômico abre a porta para todas as aventuras. [...] Necessariamente, os fracassos aumentam com os riscos e, assim, as crises se multiplicam no próprio momento em que se tornam mais fatais (DURKHEIM, 2019, p. 326-327).

Para o autor, tanto o suicídio anômico quanto o egoísta resultam da insuficiente presença da sociedade na vida do sujeito. Sobre estes tipos de suicídio, Durkheim assevera que “ambos provêm do fato de a sociedade não estar suficientemente presente para os indivíduos.” (DURKHEIM, 2019, p. 329). Anthony Giddens, em *O problema do suicídio na*

sociologia francesa, afirma que “o suicídio egoísta e o anômico constituem os tipos predominantes na sociedade moderna” (GIDDENS, 2001, p. 233). Não é à toa que muitos pensadores atribuem o aumento das taxas de suicídio “à dissolução da ordem social tradicional e à transição para a civilização industrial, com seus efeitos concomitantes de aumentar a ‘racionalidade’ e o individualismo – explicação próxima da elaborada por Durkheim” (GIDDENS, 2001, p. 231).

Marx (2006) também identifica em sua introdução do artigo *Sobre o suicídio* que a sociedade moderna, a partir de suas próprias contradições, pode ser um meio propício para o aparecimento de suicidas. Sobre as escolhas que levaram Marx a se ocupar do tema do suicídio, Löwy destaca que “um primeiro argumento para explicar essa escolha é sugerido pelo próprio Marx na introdução aos excertos: o valor da crítica social às condições de vida modernas” (LOWY, 2006, p. 15). Marx não chegou a classificar os tipos de suicídio como fez Durkheim, mas deixou a questão aberta às possibilidades que emanam do mistério da morte voluntária. A pista que o filósofo indica é a própria classificação dos paradoxos que a sociedade burguesa forja na vida dos indivíduos. Deste modo, “a classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos *próprios defeitos de nossa sociedade*” (MARX, 2006, p. 44).

O termo suicídio é denominado pela modernidade ao que antes chamava-se morte voluntária. Ele aparece pela primeira vez na Inglaterra de 1630, ainda em latim, e o termo é um neologismo. De acordo com Marcos Guedes Veneu (1994): “a popularização do termo, bem como sua entrada definitiva nos dicionários, é obra do ‘século das luzes’ e do romance moderno” (VENEU, 1994, p. 14). Ademais, a adoção de um novo termo para designar um fenômeno que já possuía uma nomenclatura, ocorre justamente pela necessidade de uma reorganização do seu significado. Esse novo termo “reflete mudanças no entendimento coletivo do gesto, da mesma forma que na atitude diante da morte em geral e na construção da subjetividade” (VENEU, 1994, p. 14).

É possível notar que o estabelecimento da era moderna transfigurou todas as dimensões sociais, econômicas e políticas da época. E sendo o suicídio um fenômeno que interage com as estruturas concretas da vida social, não ficaria imune às mudanças da hodierna sociedade.

Durkheim salienta as transformações sociais e seus impactos nos índices de suicídio, o que possibilita a sua definição do sintoma anômico como causa de suicídio. Marx, por outro

lado, também ressalta as modificações econômicas e sociais na incidência do ato de suicidar-se. Ele diz que o suicídio pode ser notado como um sintoma ou uma expressão dos problemas que ocorrem no meio social, “pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. A prostituição e o latrocínio aumentam, então, na mesma proporção” (MARX, 2006, p. 24). Pode-se associar tal descrição das crises e contradições mencionadas por Marx como um desregulamento da sociedade moderna, o que aproximaria a sua visão sobre o suicídio da perspectiva de Durkheim.

Se o suicídio egoísta e o anômico estão aumentando como resultado das relações da sociedade moderna, a outra forma, o suicídio altruísta, está se tornando mais raro. Essa classificação de suicídio não é causada por um excesso de individualismo, mas por uma individualidade muito fracamente desenvolvida (ANDERSON, 1999, p. 19). Para Kevin Anderson, em sua introdução ao texto *Marx On Suicide*, há certas semelhanças entre o tratamento dado ao tema do suicídio por Marx e Durkheim, que são bastante óbvias. Tanto Marx quanto Durkheim abordam o suicídio na sociedade moderna mais em termos sociais do que psicológicos. Ambos concebem o suicídio como um sintoma dos problemas sociais mais amplos, além disso, os dois estão interessados nos aspectos palpáveis e empíricos sobre o suicídio, em vez da mera especulação moral ou filosófica (ANDERSON, 1999, p. 19-20).

É importante destacar aqui um exemplo de suicídio anômico, o último caso de morte voluntária destacada por Marx. Antes de narrar os detalhes do acontecimento, o filósofo lança luz sobre as causas do suicídio, as quais eram por razões: “frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer” (MARX, 2006, p. 48). Deste modo, as crises econômicas e os fatores sociais podem expressar perturbações e angústias na vida dos indivíduos.

O último caso do ensaio *Sobre o suicídio* (2006) trata-se do exemplo nítido da manifestação da anomia na vida moderna. Nas memórias de Peuchet, a riqueza dos detalhes propicia a imersão às problemáticas da época e suas projeções nos sentimentos e individualidades dos personagens.

Nesse caso, narra a famigerada história de um homem que foi afastado do seu trabalho, “sem maiores cerimônias” (MARX, 2006, p. 49). Ao encarar tal circunstância, poderia supor que ele encontraria uma outra ocupação e que, em uma sociedade moderna, as

oportunidades de trabalho deveriam ser abundantes. Contudo, “sua idade e sua falta de proteção não lhe permitiam reincorporar-se às Forças Armadas; a indústria estava fechada para a sua carência de instrução” (MARX, 2006, p. 49). Então, este homem depara-se com a realidade concreta, cujas habilidades e capacidades requeridas para a sua absorção no mercado de trabalho na época apareciam como insuficientes. Inicialmente, ele não desanima com essa situação, por isso tenta “entrar na administração civil; os concorrentes, muito numerosos aqui como em toda parte, vedaram-lhe esse caminho” (MARX, 2006, p. 49).

Neste trecho há o núcleo conceitual da crítica que Marx sempre retornava: a natureza da sociedade burguesa que acirra a concorrência e o interesse privado. Ao perceber que estava sozinho, sentindo-se defasado e sem conseguir um novo meio de subsistência, o homem “caiu num profundo desânimo e se matou” (MARX, 2006, p. 49). Após o suicídio, foi encontrado no bolso do rapaz uma carta que revelava a motivação de seu ato. Veja-se o que dizia o registro: “que, não podendo mais ser útil a sua família, e sendo forçado a viver às custas de sua mulher e de seus filhos, achava que era sua obrigação privar-se da vida para aliviá-los dessa sobrecarga” (MARX, 2006, p. 49).

Nota-se que a principal preocupação do moribundo suicida era deixar claro que a existência dele não seria mais um peso para a família carregar. A concepção de utilidade aqui está ligada à ideia de vida produtiva na sociedade moderna. A partir do momento em que ele não consegue mais adentrar no circuito social do trabalho, ele se enxerga como alguém inútil, mortificado, desprovido de vida. Ademais, a ideia de não mais ocupar o papel de provedor da família o atormentava, já que deixa claro que não conseguiria viver sendo sustentado pela companheira e filhas.

Essa compreensão, segundo a qual somente o homem pode gerenciar, guarnecer e auxiliar a família, revela uma concepção patriarcal vigente, ainda hoje, na sociedade burguesa. Na carta deixada pelo suicida, ele solicita ajuda a uma duquesa, cujo auxílio poderia aliviar a miséria que a família estava passando. Segundo Marx/ Peuchet:

[...] triste ajuda, sem dúvida, depois de uma tal perda! Mas como exigir que uma família se encarregue de ajudar a todos os desafortunados, uma vez que, somando-se tudo, nem mesmo a França inteira, tal como ela é no presente, não os poderia alimentar. A caridade dos ricos não bastaria para tanto, mesmo que nossa nação inteira fosse religiosa, o que está muito longe de ser verdade (MARX, 2006, p. 49-50).

Marx também não perde a oportunidade de realizar uma crítica à sociedade capitalista, pois, segundo ele, apenas a caridade não modificaria a realidade de milhares de pessoas que também sofrem com a fome e, portanto, não dispõe dos meios básicos para a sobrevivência. Uma mudança significativa somente seria possível por meio de uma reforma total da sociedade. Certamente, Marx relata esse último caso com a finalidade de enfatizar a questão do desemprego e suas repercussões na individualidade do ser humano.

Marx cita na descrição dos casos comentados de suicídio que a sociedade moderna é, em síntese, “uma selva habitada por feras selvagens” (MARX, 2006, p. 28). O editor da *Gazeta Renana* menciona Rousseau para explicitar o quão apartado o indivíduo está da sociedade. Por isso, ele interroga a contradição iminente que está no cerne da natureza desta formatação social, onde promove a solidão do indivíduo ao mesmo tempo em que este está em constante relação com diversas pessoas. Em outros termos, o indivíduo está fisicamente no seio da sociedade, à sua volta se verifica uma multidão de pessoas que ele estabelece um tipo de conexão, contudo, esta vinculação se expressa de modo distanciado. Assim, o ser humano se vê sozinho e deslocado.

Marx assinala que estas relações entre os indivíduos somente poderão ser modificadas por intermédio de uma mudança total na sociedade, uma vez que: “as relações entre os interesses e os ânimos, as verdadeiras relações entre os indivíduos ainda estão para ser criadas inteiramente, e o suicídio não é mais que um entre os mil sintomas da luta social geral” (MARX, 2006, p. 29). Nesta perspectiva, Rosa Luxemburgo, no artigo *Apenas uma vida humana!*, pontua que:

E, ainda assim, a todo momento, em algum lugar perto de nós, cai uma vítima inocente, impotente, abandonada, guardando um horrendo enigma no coração, com uma pergunta terrível nos lábios, com um olhar surpreso, desesperançoso, dirigido a essa entidade de milhões de cabeças que, ainda assim não tem cabeça, com milhões de corações batendo e, ainda assim, sem coração, compreendendo milhões de pessoas e, ainda assim, um monstro desumano, surdo, cego – a sociedade burguesa! (LUXEMBURGO, 2018, p. 116).

O suicídio é entendido como uma forma de enfrentamento às condições sociais impostas sob a égide da sociedade burguesa. Sendo estas relações sociais perpassadas pelo crivo da apropriação privada, onde se vê um vínculo de interesse privado entre os indivíduos. A conexão humana entre os sujeitos, que Marx denomina de verdadeira, ainda será originada.

Por sua vez, o suicídio pode ser compreendido como a expressão de uma socialidade que urge por mudanças, a qual não consegue irromper contra “a morte voluntária que são cometidas na intenção de escapar de algum tipo de dominação” (MARX, 2006, p. 29). Pelo contrário, a configuração social promove um solo fértil para a existência de suicidas.

A compreensão do suicídio como: “um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade” também é esclarecido por Rosa Luxemburgo. A autora diz que a sociedade burguesa “somente ela obrigou o ser humano a suicidar-se, [...] à clara luz do sol, em meio à barulhenta praça do mercado, em meio ao zunido e ao barulho monótono e letárgico do cotidiano, que não para um segundo sequer junto ao morto, que não digna um olhar que seja a seu corpo” (LUXEMBURGO, 2018, p. 115).

O exílio do indivíduo em si mesmo se manifesta como a característica mais marcante da sociedade capitalista. Por isso que a realização do suicídio é precedida pela percepção de um vida imersa no paradoxo, entre a frenética mobilização e o enriquecimento do mundo das coisas em contrapartida com o empobrecimento do mundo humano. É neste contexto que a vida se finda em completa solidão ao passo que:

Na mesma cidade, na mesma rua, na mesma casa, separadas pela mesma parede, apenas a um passo umas das outras, as pessoas passavam, ocupavam-se diligentemente de seus afazeres diários, cada um seguindo seu caminho, e nenhuma alma se preocupava com essa vida humana que lutava com o crime, com a morte, ninguém lançava o olhar sobre a miséria (LUXEMBURGO, 2018, p. 114).

De acordo com Luxemburgo, o modo de produção capitalista distancia os laços que os indivíduos estabelecem entre si. Sendo assim, a resolução para as problemáticas que surgem na vida cotidiana e que emergem do conjunto das relações sociais é direcionada para que o ser humano, em seu aspecto individual, decida como o melhor a ser feito. Sobre o desgarramento do indivíduo em relação à sociedade, Marx/ Peuchet assinala que: “se o suicídio culpa alguém, é antes de tudo as pessoas que ficam, já que, de toda essa grande massa de pessoas, nem sequer um indivíduo foi merecedor de que se permanecesse vivo por ele” (MARX, 2006, p. 27). Neste sentido, a autora revolucionária também assinala que:

Foi somente a sociedade burguesa que espalhou o véu da invisibilidade sobre seus crimes. Somente ela implodiu todos os laços entre os seres humanos e deixou cada a um ao seu destino, à sua miséria e à sua ruína, para somente

tê-lo desumanizado – espiritual ou corporalmente, pelo assassinato ou pelo suicídio (LUXEMBURGO, 2018, p. 114).

Em um dos casos analisados no artigo *Sobre o Suicídio* (2006), a protagonista do suicídio arremata antecipadamente ao ato, “invoco a morte e, para isso não necessito de ninguém” (MARX, 2006, p. 46). Verifica-se aí que o recurso à morte voluntária se espreita como uma alternativa viável para os males sociais, que se estendem em todas as esferas da vida humana. O desgarramento o transfere para as decisões que ele pode resolver plenamente sozinho. De fato, a característica do autoextermínio comporta a realização de uma ação que se estabelece pela própria vítima, com o objetivo de findar a própria existência.

Deste modo, o suicídio, na leitura diversificada do fenômeno, ocorre de maneira frequente no interior da esfera privada, local em que o indivíduo pode se despir das personificações sociais e se esquivar da presença de outrem. Rosa Luxemburgo, ao descrever um suicídio na esfera privada, destaca que quando a pessoa “lutava com a ideia da morte e do assassinato, chegava-lhe pela janela aberta um vivaz coro desencontrado de vozes humanas” (LUXEMBURGO, 2018, p. 114). O cotidiano seguia o seu fluxo, a movimentação da existência era compelida pela dinâmica da socialidade, em que a concorrência marca a direção da vida comum. Não obstante, enquanto o indivíduo finalizava a sua existência, “em volta, a vida da cidade chiava e zumbia” (LUXEMBURGO, 2018, p. 114).

Desta forma, Marx relaciona o ato do suicídio com a solidão do indivíduo na sociedade moderna. O ser humano desgarrado do tecido social é compreendido como um ser apartado. Por este motivo, Marx diz que o suicídio não pode ser previsto em uma sociedade que mobiliza o afrouxamento dos laços autênticos entre os sujeitos.

O autor indaga: “que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado pelo sentimento implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo?” (MARX, 2006, p. 28). E responde em seguida que, “Tal sociedade não é uma sociedade” (MARX, 2006, p. 28). A sociedade aqui se destaca como uma dimensão abstrata, ao passo que lança uma força estranha sobre a vida individual. Estes sujeitos aparecem afastados do todo social. Sendo assim, a efetivação do suicídio resulta da percepção de uma vida que se exterioriza em estranhamento, “porque cada um é um estranho de si e todos são estranhos entre si” (MARX, 2006, p. 28).

Assim como Marx concebe a dimensão humana implicada na percepção de desgarramento que abarca a vida individual, especialmente no que diz respeito à temática do

suicídio, Rosa Luxemburgo também compreendeu o suicídio enquanto uma expressão concreta do desgarramento do indivíduo na sociedade.

Em seu artigo, *Apenas uma vida humana!*, a autora aborda o suicídio através da perspectiva da separação entre o ser individual e o tecido social. Neste sentido, o ser humano se vê ilhado, sozinho e em completa desvinculação com a sociedade. Além disso, este indivíduo é acometido por injustiças diversas oriundas do campo social, mas que invadem e transfiguram a vida privada a ponto de ocasionar suicídios. Assim, a conexão das partes com o todo e a cooperação entre os indivíduos aparecem como algo distante da realidade circunscrita.

No instante da realização do suicídio, “a ‘sociedade’, a junção de indivíduos em uma ‘unidade superior’, o ‘todo orgânico’ era, naquele momento, uma mentira insolente, um fantasma, ela não existia, a ‘sociedade’” (LUXEMBURGO, 2018, p. 114). Ocasionalmente, assim, uma finalização da vida que se encontrava desgarrada, na incompletude de se defrontar com um mundo apartado de si. Sendo assim, “a vida humana que se extinguiu com seu sacrifício terrível tremia sozinha, ligada a ninguém, sem estar compreendida em nenhum todo, [...] separada e abalada por todos, remetia a si mesma, em meio ao tumulto humano como alguém que se afoga no oceano distante, como o pé que voa no espaço” (LUXEMBURGO, 2018, p. 114).

3.2 O SUICÍDIO E O PATRIARCADO

O escrito *Sobre o suicídio* (2006) destaca-se por apresentar um debate sobre as relações patriarcais nas narrativas dos casos de suicídio. Esta discussão é característica em todo o escrito, cuja atenção dedicada à temática – tão atual e cara aos nossos dias – aparece com maior aprofundamento neste ensaio do que em outras obras do jovem Marx. Como ressalta Kevin Anderson, “o foco de Marx em seu artigo foi diferente – os suicídios de mulheres burguesas, a maioria vivendo sob severas restrições familiares” (ANDERSON, 1999, p. 09). Michael Löwy também defende em seu texto introdutório *Um Marx insólito* que, no ensaio de Marx, “A principal questão social discutida em relação ao suicídio é a opressão das mulheres nas sociedades modernas” (LÖWY, 2006, p. 14).

Desta forma, no artigo *Sobre o suicídio* (2006) Marx posiciona o tema no centro de sua investigação, com o intuito de lançar luz sobre as distintas formas de opressão que

atingem o gênero feminino na família burguesa. O problema do patriarcado¹¹, cujo acontecimento se dá, sobretudo, no âmbito privado, serve de guia para os estudos acerca do pioneirismo de Marx e sua preocupação no que diz respeito à luta contra as violências que afetam a vida das mulheres.

É preciso ter em conta que Marx (2007), juntamente com seu parceiro intelectual Engels, em *A ideologia alemã* (2007), compreende que o círculo familiar está associado com o desenvolvimento histórico. Para eles, a ligação íntima na esfera privada, seja entre a mulher e o homem, bem como seus descendentes, vale dizer, a família, influencia na conservação da existência. É importante indagar até que ponto essa mesma instituição que preserva a vida pode provocar o seu contrário, impulsionar o fim da existência: a morte. Neste aspecto, Marx (2006) pontua que a tirania familiar, a imposição do poder de um sobre o outro, pode incidir em uma tendência suicida.

A morte voluntária é ilustrada como uma possível saída para a relação de dominação homem/mulher que está presente na família. Marx comenta essa dinâmica que ainda resiste na esfera familiar: “*A Revolução não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam nos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas àquelas das revoluções*” (MARX, 2006, p. 28-29).

Sendo assim, a instituição da família manifesta-se imprescindível para entender o suicídio. Em primeira instância, Marx e Engels esclarecem que a fundação da família aparece como primeira cooperação social, no entanto, aos poucos ela se torna um espaço periférico, uma vez que o indivíduo avança para outras instâncias sociais. De acordo com os autores:

Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária (salvo na Alemanha) e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”, como se costuma fazer na Alemanha (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-34).

11 Heleieth Saffioti, em *Gênero, patriarcado e violência*, explica o conceito como um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004, p. 44). A autora é defensora da ideia de que o patriarcado, como os demais fenômenos sociais, também está em contínua transformação (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45). Ademais, o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

Nesta citação, é possível perceber que o cerne das relações humanas desloca-se do âmbito privado para o campo social. A família é apreendida, pelos fundadores do marxismo, através da vertente sócio-histórica. Sendo assim, a partir da produção e extensão das carências e também do alargamento populacional, o indivíduo é conduzido à esfera pública. Nas palavras dos autores, “essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, [...] uma relação secundária” (MARX; ENGELS, 2007, P. 33).

Desta forma, a instituição da família faz parte do desenvolvimento histórico, inclusive porque é neste âmbito que os indivíduos, também, “renovam diariamente a sua própria vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Sem embargo, na medida em que lançam luz ao indivíduo vivo e sua ação, Marx e Engels introduzem a importância da procriação na guarnição das próximas gerações e, de modo direto, na manutenção da vida. Essa dinâmica é de suma importância para a manutenção da existência da vida humana. Como pontua Moura: “para que os *Lebensmittel* possam mantê-los, desponta imprescindível que os indivíduos humanos tenham sido previamente ‘produzidos’.” (MOURA, 2008, p. 243).

Deste modo, a procriação pode ser notada em sua duplicidade. Inicialmente em seu aspecto natural, mas também ela apresenta uma vertente social. Neste sentido, segundo Marx e Engels, o processo de procriação é moldado pela relação social desenvolvida em uma configuração econômica específica, o que expressa o traço produtivo que engendra as ligações sociais entre as pessoas. Por isso, a relação entre os indivíduos exhibe: “uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Marx e Engels assinalam que a divisão social do trabalho, conceituação cara ao desenvolvimento do arcabouço teórico marxista, começa a ser forjada pela própria “divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36). Sem dúvidas, as relações entre os indivíduos, seja no modo produtivo da existência ou na esfera de consumo das mercadorias, aparecem atravessadas pela desigualdade entre os sexos.

A natureza da propriedade privada transforma o núcleo da família em uma relação de apropriação do outro. Há um confinamento do sexo feminino no âmbito privado, provocado pelo exercício de poder e dominação do homem em relação às mulheres. Os fundadores do

marxismo sumarizam auspiciosamente, é “na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

Engels (2019) também discute a instituição familiar em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*¹². Aqui, o autor destaca o papel e a funcionalidade da organização familiar. Ele se direciona em certos momentos aos dispositivos de domínio e sujeição que a mulher foi submetida. Na ótica do autor, o casamento monogâmico não surge no percurso histórico enquanto uma forma de renovada ligação entre homem e mulher. Em verdade, a monogamia manifesta o seu contrário, já que inaugura de forma efetiva e direta a dominação do gênero masculino sobre o feminino. De acordo com Engels:

A monogamia surgiu da concentração de grandes quantidades de riqueza em uma só mão – mais precisamente, na de um homem – e da necessidade de legar essa riqueza aos filhos desse homem e de nenhum outro. Para isso, era requerida a monogamia da mulher, não do homem, de tal maneira que essa monogamia da mulher não impediu a poligamia aberta ou dissimulada do homem (ENGELS, 2019, p. 95-96).

Aqui, Engels aponta a posição desigual das mulheres no casamento monogâmico, como o exercício livre da sexualidade estava vinculado ao sexo masculino e de que forma as mudanças estruturais e econômicas influenciaram nas relações afetivas. A instituição familiar burguesa reivindica o seu lugar na história enquanto demonstração nuclear das disputas e contradições da ordem social capitalista, uma vez que: “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino.” (ENGELS, 2019, p. 68).

A finalidade do casamento monogâmico é definida pela certeza da paternidade, na qual será reportada para a próxima geração como garantia do direito à posse dos bens da família. Nesta formatação, o homem adquire todos os privilégios da relação matrimonial e isso pode ser visualizado no surgimento da monogamia, uma vez que confere ao homem o direito de transgredir a concepção geral de uma relação entre duas pessoas. Isto é, se firma o

12 Engels examina, neste escrito, a organização patriarcal das famílias burguesas. Inicialmente faz observações das relações monogâmicas para refletir o seu poder na constituição da socialidade capitalista, cuja dimensão histórica ocupará um lugar de relevância já que permeia a estruturação dessa forma de agrupamento humano. A problemática desenvolvida por Engels nos direciona à reflexão do papel e da funcionalidade da organização familiar para a efetiva reprodução das classes. Além disso, nos faz pensar, de forma específica, na análise dos dispositivos de domínio e de sujeição sociais, especialmente no que diz respeito às mulheres. O autor traz à tona características próprias da dinâmica das relações sociais que expressam o período Moderno e a Contemporaneidade.

aspecto central e antagônico de “ser monogamia apenas para mulher, mas não para o homem. E esse caráter se mantém até hoje” (ENGELS, 2019, p.66).

Para Engels, a família burguesa e sua constituição ganha contornos distintos de outras configurações familiares, já que “foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 2019, p. 75).

A transformação que a esfera da família sofre no nascimento da sociedade moderna se depara com a “expropriação de terras ou acumulação primitiva”, o que permite o assentamento da divisão da “população e os meios de produção”. Provoca assim, dois movimentos, a fragmentação da família camponesa patriarcal bem como prepara o terreno para uma urbanização sem igual, comparada a outras formatações sociais. Sendo assim, Marx e Engels pontuam que:

Dissolveu-se o vínculo interno da família, as partes que formam o conceito de família, por exemplo: a obediência, a piedade, a fidelidade conjugal etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude de exclusão em relação a outras famílias, a coabitação forçada – relações determinadas pela existência dos filhos, pela estrutura das cidades modernas, pela formação do capital etc. – continuaram a existir, embora com muitas alterações [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 181).

Desta forma, por intermédio da remodelação da família acontece uma cisão entre o espaço da produção propriamente dita e o núcleo familiar. Isso ocorre porque a célula das conexões familiares deixa de ser a unidade da produção, como havia sido nas sociedades agrárias pré-capitalistas. Ademais, “a burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42). Quando Marx e Engels fazem essa afirmação no *Manifesto Comunista*, eles querem deixar registrado que até mesmo nas relações familiares há uma mudança significativa a partir do advento do capitalismo, nem mesmo essa esfera está a salvo.

Destarte, soma-se isto a dimensão patriarcal que atravessa a formatação familiar, tendo alicerce na propriedade privada e na divisão do trabalho, pois essas dimensões se entrelaçam nas ligações íntimas.

Mesmo tendo limitações em muitas de suas teorias esboçadas na obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (2019), Engels conseguiu definir as principais questões teóricas dos cem anos seguintes (LERNER, 2019, p. 63). Ele descreve, nesta obra,

que o desenvolvimento do Estado impulsionou a formação da família monogâmica, cujo trabalho doméstico da mulher virou um serviço confinado. Além disso, Engels enfatiza a dominação econômica exercida pelo homem e o seu domínio sobre o corpo da mulher. Segundo o autor, “O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação” (ENGELS, 2019, p. 75). De acordo com Gerda Lerner, em *A criação do patriarcado*, o grande mérito de Engels “foi chamar atenção para o impacto de forças sociais e culturais na estruturação e definição das relações entre os sexos” (LERNER, 2019, p. 64).

Em *Sobre o suicídio* (2006), é possível verificar a atenção de Marx dedicada à problemática da constituição das relações familiares alicerçada pelos valores patriarcais. O autor discorre, nas primeiras páginas da obra já mencionada, sobre as inúmeras causas que podem ocasionar o suicídio. Ao passo que cita a afetação das paixões e a expressão da melancolia, Marx comenta sobre a principal razão de pôr fim à vida. Tal propensão ao suicídio torna-se iminente na constatação do elemento de desumanidade posto em prática nas relações do seio familiar, sobretudo vinculado às injustiças que são perpetradas por quem detêm uma relação de dominação e poder.

No artigo há uma discussão sobre a conexão entre o fenômeno do suicídio e as relações de dominação nas conexões íntimas e de afetividade. Esse fenômeno no âmbito familiar parece indicar o quanto os valores da sociedade burguesa estão alicerçados na aceção máxima da impiedade e da injustiça. Quando se trata da mulher, é adicionado um novo elemento: a injustiça direcionada ao gênero feminino. Marx/ Peuchet se posiciona sobre a questão, quando ressalta o sofrimento familiar como uma das causas de suicídio:

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável (MARX, 2006, p. 24).

Neste trecho, há uma preocupação com a problemática das possíveis causas dos suicídios e a dominação nas relações familiares, uma vez que os sofrimentos familiares apontados nas tramas dos suicídios indicam o exercício de poder dos patriarcas sobre as

mulheres. Para Kevin Anderson (1999), nota-se que há “uma constante oposição de Marx a todas as formas de família patriarcal e seu apoio à libertação das mulheres” (ANDERSON, 1999, p. 17).

É importante destacar que Marx relaciona a causa dos suicídios ao campo social, uma vez que os esquemas afetivos e o compartilhamento da existência, com o outro, figuram relações de poder, as quais desencadeiam sucessivas injustiças. A relação de dominação masculina, em cada caso analisado, parece indicar que a causa do suicídio diz respeito à opressão direcionada ao gênero feminino. Löwy ressalta essa perspectiva do ensaio: “Mas – aqui chegamos ao aspecto mais interessante do ensaio – quem são as vítimas não proletárias levadas ao desespero e ao suicídio pela sociedade burguesa? Há um setor social que toma um lugar central tanto nos excertos de Peuchet como nos comentários de Marx: as mulheres” (LÖWY, 2006, p. 18).

Destarte, ao abordar sobre os suicídios de mulheres, Marx introduz na discussão a problemática das cisões realizadas entre a esfera pública e a privada, já que os arranjos sociais envolvidos nos casos examinados atravessam os dois âmbitos. Este exame tem como cerne uma crítica à diversidade de opressão que a sociedade capitalista produz no indivíduo. Michael Löwy esclarece a possível motivação de Marx em publicar o artigo e o seu interesse pela crítica das relações privadas:

Um primeiro argumento para explicar essa escolha é sugerido pelo próprio Marx na introdução aos excertos: o valor da crítica social francesa às condições de vida modernas, sobretudo às relações privadas de propriedade e às relações familiares – “em uma palavra, à vida privada”. Para empregar uma expressão atual, desconhecida de Marx: uma crítica social inspirada na compreensão de que o privado é político (LÖWY, 2006, p. 15).

O editor da *Gazeta Renana* revela a amplitude da sua ótica acerca da socialidade e concebe uma discussão no que tange à multiplicidade das atividades produtoras e reprodutoras da vida humana, como as que se desenvolvem nas relações familiares. A socialização não é restrita ao intercâmbio mercantil, ela abarca as relações tanto de produção quanto de reprodução do capital, para além do circuito estritamente econômico.

Nesse sentido, Marx (2006) lança luz sobre a questão dos papéis fixados no que diz respeito às mulheres na sociedade burguesa, o que nos direciona a pensar sobre o problema da opressão que atinge mulheres e como ele é concebido pelo autor no ensaio *Sobre o Suicídio*

(2006). Há uma descrição rica dos casos em que as vítimas são tratadas pelo protagonismo feminino, cuja violência que antecede ao suicídio é resultado de uma relação patriarcal.

Discutiremos a seguir os casos abordados no ensaio, pois é necessário apresentar a sua forma emblemática que liga as histórias de vida à cada cena de suicídio. A finalidade é mostrar a perspectiva das relações entre os sexos e sua expressão no suicídio. Além disso, objetiva-se apresentar o caráter de transgressão que se torna evidente quando os protagonistas rompem com as amarras sociais e vínculos afetivos/familiares através da morte voluntária.

No primeiro caso investigado por Marx (2006), temos a descrição do suicídio de uma jovem, pertencente a uma família de alfaiates. A protagonista da trama e seus pais receberam o convite da família do noivo da moça para um jantar, uma celebração que antecede ao casamento. Aqui, é importante mencionar o caráter próprio de um evento como este. Ele é delimitado como o início do desfecho suicida. Mauro Castelo Branco de Moura, em *Os mercadores, o templo e a filosofia*, define a comemoração como “a transgressão festiva, porque a festa não é outra coisa que a subversão do ordinário, a explosão momentânea do extraordinário, um surto de caos em meio à ordem, serve, precisamente, para vivificar a própria ordem, ao fazer emergir o seu oposto” (MOURA, 2004, p. 2010). Com efeito, o que ocorreu na comemoração com os noivos foi a subversão dos valores da sociedade burguesa.

O ensejo do suicídio decorre de uma celebração que promoveu o rompimento das regras e os ordenamentos morais impostos aos noivos, sobretudo à jovem suicida. Eles estão determinados em comparecer ao encontro. No entanto, o casal de alfaiates deparou-se com um imprevisto, o que impediu a sua presença no jantar. Prontamente, a jovem foi ao encontro do noivo na celebração, cuja participação seria imprescindível. Os pais permitiram que ela fosse. Vale descrever a imagem desta comemoração:

Apesar da ausência de dois dos principais convidados, a refeição foi das mais agradáveis. Muitas brincadeiras, que a perspectiva das núpcias autorizava, foram realizadas da melhor maneira possível. Bebeu-se, cantou-se. Divagou-se sobre o futuro. As alegrias de um bom matrimônio foram vivamente comentadas. Muito tarde da noite, encontravam-se ainda à mesa. Movidos por uma indulgência facilmente compreensível, os pais do rapaz fecharam os olhos para o acordo tácito entre os dois amantes. As mãos procuravam umas às outras, o amor e a confiança tomavam-nos inteiramente. Além disso, considerava-se que o casamento já estava consumado e aqueles pobres jovens já se frequentavam havia muito tempo sem que se lhes fizesse a mais leve censura (MARX, 2006, p. 30-31).

Sem embargo, a comemoração aconteceu de forma aprazível para todos os presentes, especialmente para os noivos. A festa oportunizou que os anseios existentes e a alegria estivessem em evidência, não só do futuro casal, mas também dos pais do rapaz. A proposição de um casamento tão próximo e esperado pela família dos jovens permitiu a experiência da quebra da moral vigente. A festa impulsionou o surgimento do extraordinário. Sendo assim, a comemoração “está associada à pompa e circunstância que legitima, impregnando, de maneira psicológica, nos mais recônditos meandros da interioridade dos participantes, a mensagem profunda de cada momento socialmente crucial a ser destacado: nascimento, morte, iniciação, as origens, o matrimônio, etc.” (MOURA, 2004, p. 211).

Neste contexto, o caso de suicídio em questão vincula-se a, pelo menos, duas das cinco mensagens que configuram a festa destacada por Moura. É preciso ter em conta que esta celebração engloba o esperançoso casamento bem como o prelúdio da morte, da própria desintegração deste corpo que vivencia outras performances de existência. Sendo assim, a comemoração foi atravessada pela:

comoção dos pais dos amantes, as horas passadas, os ardentes desejos recíprocos, desencadeados pela negligência dos seus mentores, a alegria sem cerimônia que sempre reina nessas ocasiões, tudo isso junto, e a ocasião, que se brindava prazerosamente, o vinho, que borbulhava nas cabeças, tudo ensejava um final que se podia imaginar (MARX, 2004, p. 31).

A comemoração foi realizada pela sintonia entre os presentes. Neste sentido que Moura afirma que a transgressão festiva é “onde os valores sociais se invertem e as barreiras ao proibido se dissolvem, termina por contribuir para a reiteração da própria ordem, porque a festa é, também, comunhão profunda” (MOURA, 2004, p. 2010). Desta maneira, “Os enamorados se reencontraram no escuro, depois que as luzes se apagaram. Era como se não houvesse nada a ponderar, nada a recluir. Sua felicidade estava cercada de amigos e livre de toda inveja” (MARX, 2004, p. 31). Tudo estava sendo prazeroso e a jovem conseguiu experimentar uma liberdade sem restrições. Ela decidiu então, dormir na casa do noivo. Ao regressar para casa, ela foi recepcionada pela família com insultos e injúrias. Um verdadeiro espetáculo de humilhação. É importante conferir como foi projetado esse quadro:

A jovem filha retornou somente na manhã seguinte para a casa dos pais. Uma prova de que ela não se acreditava culpada está no fato de ter voltado para casa sozinha. Ela esgueirou-se para seu quarto e fez sua toalete, mas, mal seus pais adivinharam sua presença, irromperam furiosamente e

cobriram-na com os mais vergonhosos nomes e impropérios. A vizinhança testemunhou a cena, o escândalo não teve limites, a julgar pela comoção daquela criança, por sua vergonha e pelo encanto que era quebrado a golpes de xingamentos (MARX, 2006, 31-32).

A moça ainda protestou diante do escândalo e da cena degradante de humilhação, apontou que os próprios pais estavam lançando a sua vida à vergonha e à difamação. Mesmo sugerindo uma possível reparação pelo acontecimento, o seu sofrimento e a sua dor não foram levados em consideração. Os pais foram insensíveis e exerceram seu poder e domínio sobre a filha. É possível visualizar a desolação da jovem: “Em vão a consternada moça protestava a seus pais que eles mesmos a haviam abandonado à difamação, que ela assumia seu agravo, sua tolice, sua desobediência, mas que tudo seria reparado. Suas razões e sua dor não conseguiram desarmar o casal de costureiros” (MARX, 2006, p. 32). Sentindo-se humilhada e devastada após todo o contexto de desrespeito e ofensas nutrido pelos pais da jovem e pelos vizinhos, ela se suicida no rio Sena. Segundo o relato:

O sentimento de vergonha provocado por essa cena abjeta levou a menina à decisão de dar um fim à própria vida; desceu com passos rápidos em meio à multidão dos padrinhos que vociferavam e a insultavam e, com olhar desvairado, correu para o Sena e jogou-se na água; os barqueiros resgataram-na morta do rio, enfeitada com suas jóias nupciais (MARX, 2006, p. 32).

É possível visualizar os impactos de uma sociedade patriarcal, que desfere uma moral burguesa, cuja autoridade e domínio dos pais consolidam o critério moral para avaliar e mensurar determinada ação como correta ou não. Essa dominação é sustentada e fundamentada pelos valores norteadores da sociedade capitalista. Segundo Marx/ Peuchet, “o mau uso dessa autoridade é igualmente uma compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas, de bom ou de mau grado, na sociedade burguesa” (MARX, 2006, p. 32).

Depois do suicídio, os pais da jovem foram até a polícia com o objetivo de resgatar os pertences de valor que ela portava em sua morte. Isso demonstra a preocupação imediata dos familiares, a vida da moça parecia não ter valor nenhum, enquanto os objetos eram lembrados e requeridos. O interesse privado foi exposto em seu ápice. É necessário colocar em tela essa situação:

Como é evidente, aqueles que no começo gritaram contra a filha viraram-se em seguida contra os pais; essa catástrofe chocou até mesmo as almas mais mesquinhas. Dias depois vieram os pais à polícia para reclamar uma corrente de ouro que a moça portava no pescoço e tinha sido um presente do seu futuro sogro, um relógio de prata e várias outras jóias, todos objetos que ficaram depositados na repartição (MARX, 2006, p. 32).

No lugar dos sentimentos de afeição e até mesmo de arrependimento por ocasionar um evento trágico, existe a manifestação do proveito próprio, da cobiça e do interesse. Além de mostrarem atitudes e ações machistas e sexistas, os pais também apresentaram o seu desejo pelos objetos de valor. O capitalismo e o patriarcado, neste caso, entrelaçam-se com fins bastante específicos:

A cupidez os movia, mais do que o desejo de possuir duas ou três relíquias; acreditei que poderia castigá-los. Eles reclamavam as jóias da sua jovem filha; eu lhas recusava e retinha o certificado de que eles precisavam para retirar esses objetos da Caixa, onde, como era de rotina, haviam sido depositados. Enquanto ocupei esse posto, suas reclamações foram inúteis e eu sentia prazer em desprezar suas injúrias (MARX, 2006, p. 33).

A partir da análise do caso em questão, Marx/ Peuchet parece posicionar o suicídio como um fenômeno que se move entre a esfera pública e privada. Por isso que a dicotomia entre estes dois âmbitos ergue-se como ponto de gravidade na compreensão do fenômeno do suicídio no pensamento marxiano. A jovem suicida está na convergência entre os dois domínios. Ao passo que recebe injúrias dos pais no interior da esfera privada, os valores que norteiam tal ação são impulsionados pelo conjunto de normas morais que fundamentam a sociedade burguesa. Nota-se que os vizinhos da jovem se alinham aos pais para deflagrar insultos e condenações. Estes ataques, anteriores ao suicídio, sedimentam um terreno propício para a decisão da noiva.

O segundo caso de suicídio analisado por Marx/ Peuchet, em *Sobre o suicídio* (2006), diz respeito a um afogamento de uma jovem. Essa narrativa tem início com a reclamação do cunhado da suicida. Ele não quer que o seu irmão, e esposo dela, seja responsável pelos atos fúnebres e pelo cadáver da moça. O suicídio, mesmo diante do desespero, foi planejado para que não tivesse qualquer dúvida acerca de sua intencionalidade. Como deixa claro o trecho: “Em razão daquele instinto de pudor que domina as mulheres mesmo no mais cego desespero, a moça afogada havia cuidadosamente amarrado a bainha de seu vestido ao redor de seus pés. Essa precaução pudica tornava evidente o suicídio” (MARX, 2006, p. 33-34).

Logo após o corpo ser encontrado, notou-se, por suas vestimentas e seus adereços de alta padrão, que se tratava de uma integrante da classe burguesa. Marx/Peuchet narra a circunstância: “Logo depois de recolhida, levaram-na ao necrotério. Sua beleza, sua juventude, seu rico traje deram ocasião a milhares de suposições a respeito da causa daquela catástrofe” (MARX, 2006, p. 34).

O que antecede ao ato de suicídio, neste quadro, é a opressão realizada pelo marido da suicida. Tudo se inicia com o confinamento e a privação da liberdade da mulher. Após o seu companheiro ter sido diagnosticado com uma doença que promove a transfiguração corpórea, a partir disso ele começa uma sistemática prática de violência contra a sua companheira. A descrição da doença que atingiu o Sr. Von M é feita da seguinte forma:

Esse homem, antes tão orgulhoso de sua bela aparência, de seu elegante porte, de uma perfeição, de uma plenitude de formas sem igual, sentiu repentinamente um mal desconhecido, contra cuja ação devastadora a ciência era impotente; ele estava transfigurado da cabeça aos pés de um modo horripilante. Havia perdido todos os cabelos, suas costas estavam arqueadas. Dia a dia modificavam-no acentuadamente a magreza e as rugas; para os outros, pelo menos, pois seu amor-próprio tentava negar a aparência (MARX, 2006, p. 35).

O personagem descrito, inicialmente, tentou manter sua vida pública, através de festas e atividades recreativas, entretanto, ao sofrer julgamentos negativos e, por conseguinte, discriminação acerca da sua aparência, ele decide isolar-se, “pois tudo isso acabou por desfazer sua ilusão e o tornou apreensivo consigo mesmo” (MARX, 2006, p. 35). Após a sua reclusão, o Sr. Von M focaliza e projeta a sua frustração em sua esposa, ele fica obstinado em restringir a mulher para si. De acordo com Marx/Peuchet: “Em todos aqueles que ousavam visitá-lo, via a decisão firme de conquistar o coração de sua mulher, que restava para ele como seu último orgulho e conforto” (MARX, 2006, p. 36).

O homem narrado neste caso nutre o sentimento de posse e apoderamento ao tentar confinar a sua companheira para si, ele se tornou “ciumento, irascível, violento” (MARX, 2006, 36). Na alimentação intensa do domínio sobre a vida de outra pessoa e na opressão articulada contra a jovem, ele mudou-se para uma casa de Passy. Marx ainda destaca a concepção de propriedade privada e as leis jurídicas que legitimam esse tipo de opressão e injustiça. Segundo Kevin Anderson, Marx “ataca a noção de esposa como a propriedade conjugal do marido, comparando-a à escravidão” (ANDERSON, 1999, p. 14):

A infeliz mulher fora condenada à mais insuportável escravidão, e o sr. Von M. . . podia praticá-la apenas por estar amparado pelo Código Civil e pelo direito de propriedade, protegido por uma situação social que torna o amor independente dos livres sentimentos dos amantes e autoriza o marido ciumento a andar por aí com sua mulher acorrentada como o avarento com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte de seu inventário (MARX, 2006, p. 37).

Marx associa a condição da mulher com a escravidão, Engels também realiza essa comparação em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Ambos reconhecem que as circunstâncias sociais não favorecem o sexo feminino, ressaltando que tal situação é degradante e que deve ser modificada. Ademais, Marx traça um paralelo interessante, neste trecho, entre a ideia de inventário, objeto, coisa que está ligado ao homem e a questão da mulher. O patriarcado também atravessa a sociedade capitalista, como afirma Löwy: “Graças às condições sociais que ignoram o amor verdadeiro e livre, e à natureza patriarcal tanto do Código Civil como das leis de propriedade, o macho opressor pode tratar sua mulher como um avarento trata o cofre de ouro, a sete chaves: como uma coisa, ‘uma parte de seu inventário’” (LÖWY, 2006, p. 19).

Neste sentido, o autor faz uma interpretação que será esboçada depois por intelectuais feministas: a compreensão de que o capitalismo, em verdade, não vai romper com essas amarras sexistas e misóginas, pelo contrário, vai adequá-las conforme a sua própria dinâmica. A mulher será vista como uma posse, parte das riquezas materiais do homem, reduzida, desta forma, a uma coisa.

Na narrativa apresentada em *Sobre o suicídio* (2006), não só o Sr. Von M partilha de concepções e práticas patriarcais, o seu irmão também estimulará esses comportamentos. O enredo mostra essa compreensão sobre o cunhado da vítima e sua participação:

Nosso crioulo¹³ percebeu a solidão que se deixava entrever em meio às tarefas domésticas, tanto pelas desavenças diretas que seu irmão tinha com muitos amigos como pelos mil artifícios indiretos usados para despachar e desanimar os visitantes. Sem se dar conta das motivações amorosas que o tornavam ciumento, o crioulo aprovava essas ideias de isolamento e até as estimulava em seus conselhos (MARX, 2006, p. 36).

13 O termo em alemão é *Kreolische*. O seu sentido é de descendente de colonizador ou aquele que não foi nascido e criado na colônia. Crioulo, no Brasil, se refere às pessoas negras. O termo é de origem portuguesa, passou para outras línguas: esp. *criollo*, fr. *créole*, it. *creolo*, al. *kreolische* (ELIA, 2010, p. 171). Aqui, no livro *Sobre o suicídio*, pela descrição das características do irmão, o termo crioulo está empregado no sentido originário da palavra.

Sem dúvidas, o cunhado da vítima acabou auxiliando para o confinamento da moça, a partir da própria ideia de posse que ele poderia ter em relação à protagonista do caso. Depois de notar a gravidade das circunstâncias e a forma como a jovem estava sendo alvo de distintas violências, ele demonstra arrependimento. Marx/Peuchet escreve:

O irmão, inocente cúmplice de tudo isso, compreendeu finalmente que contribuía para a infelicidade daquela jovem – dia a dia vigiada, insultada, privada de tudo aquilo que pudesse distrair uma imaginação rica e feliz, o que a tornou tão melancólica e triste quanto havia sido livre e serena. Ela chorava e escondia suas lágrimas, mas os sinais eram visíveis. O crioulo sentiu remorso (MARX, 2006, p. 37).

Como pode-se perceber pela citação, a mulher sofria constantemente inúmeras injustiças e agressões, pelo próprio confinamento imposto pelo companheiro, o que resultou na privação de sua liberdade, em uma infelicidade, desgosto e tristeza. O cunhado tentou falar com o esposo ciumento, sem sucesso. Com o objetivo de proteger, de agora em diante, a jovem, o cunhado faz uma cópia da chave da residência do casal e quando adentra, sem ser percebido, o confinamento dos dois, se depara com a seguinte cena:

Gritos enérgicos permitiram-no arrastar-se, sem ser percebido, até uma porta de vidro. O que ele viu despedaçou seu coração. A claridade de um candeeiro iluminava o quarto. Entre as cortinas, a cabeleira despenteada e o semblante purpúreo de raiva, estava o sr. Von M..., seminu, ajoelhado ao lado de sua mulher, sobre a mesma cama que ela não ousava abandonar, embora tentasse escapar pouco a pouco dos seus braços, enquanto ele a dominava com reprimendas mordazes, semelhante a um tigre pronto a fazê-la em pedaços. “Sim”, dizia ele, “eu sou horrendo, sou um monstro e sei muito bem que te causo medo. Gostarias que alguém te libertasse de mim, que a minha visão não mais te incomodasse. Anseias pelo momento em que te tornarás livre. E não me digas o contrário; eu adivinho teus pensamentos no teu pavor, na tua repugnância. Ruborizas com a gargalhada indigna que suscito, estás internamente revoltada contra mim! Contas um a um, sem dúvida, os minutos que faltam para que eu não mais te assedie com minhas fraquezas e meu estado atual. Para! Acometem-me desejos terríveis, a fúria de te desfigurar, de tornar-te semelhante a mim, para que tu não possas ter a esperança de te consolares com teus amantes da desgraça de me ter conhecido. Quebrarei todos os espelhos desta casa para que não me lancem qualquer comparação, para que cessem de servir como alimento ao teu orgulho. Não deveria eu conduzir-te ou deixar-te ir pelo mundo para ver como todos te encorajam a me odiar? Não! Não! Só deixarás esta casa depois de me matar. Mata-me, adianta-me o que eu estou tentado a fazer todos os dias! (MARX, 2006, p. 39-40).

Nesta lamentável cena é perceptível a relação de dominação machista que o homem impõe à mulher. Ele deseja humilhá-la e violentá-la, com o objetivo de tornar a sua vida parecida com as angústias que sente por ter sido acometido por uma doença incurável. Observamos nessa situação um quadro de violência pungente, cujo local não poderia ser mais emblemático: o quarto do casal. O lugar onde a vida íntima acontece, se converte em um ambiente inóspito. O marido sabe o quanto a jovem sofre, mas prefere e insiste na sistemática hostilidade brutal contra a existência da mulher. É possível verificar nesta cena que o homem realiza uma sucessão de agressões, com a finalidade de subordiná-la. Antes que a jovem pudesse se libertar com o auxílio do cunhado e de amigos médicos das violências múltiplas que sofrera, ela se suicida. A cena é visualizada:

Alguns médicos, amigos seus e decididos como ele, planejavam uma invasão na casa do sr. Von M... para constatar aquele momento de loucura e, por meio do uso imediato da força, separar os esposos, mas eis que a ocorrência do suicídio veio justificar suas precauções demasiadamente tardias e suspendeu a dificuldade (MARX, 2006, p. 41).

Sendo assim, Marx traz à tona as negligências e fragilidades dos dispositivos jurídicos, os quais legitimam as injustiças alicerçadas nas relações familiares, especialmente no que diz respeito às violências que atingem o gênero feminino, pois “se tratava tão somente de uma mulher, aquele que o legislador cerca com as menores garantias” (MARX, 2006, p. 41).

O autor ainda relaciona o sentimento de ciúmes à ideia de propriedade privada. Para ele, o caso em questão foi, em verdade, um assassinato, já que todas as circunstâncias que antecedem ao suicídio foram extremamente violentas para a protagonista do ato. Ele ainda esclarece que “O ciúme se nutre das coisas mais insignificantes; quando não sabe mais em que se agarrar, consome a si mesmo e torna-se engenhoso; tudo lhe serve como alimento” (MARX, 2006, p. 37).

Desta forma, o autor deixa claro que o suicídio parece ser impulsionado por todos as práticas de assédio em que o esposo realizou contra a sua vítima. Quando Marx afirma que “o ciumento é antes de tudo um proprietário privado”, ele abre possibilidades para associar a problemática ao tema do capitalismo. Vejamos como o autor posiciona a questão:

Certamente, para todos aqueles que não reduzem o espírito pleno das palavras às letras que as formam, esse suicídio foi um assassinato, praticado pelo esposo; mas foi também o resultado de uma extraordinária vertigem de ciúme. O ciumento necessita de um escravo; o ciumento pode amar, mas o

amor é para ele apenas um sentimento extravagante; *o ciumento é antes de tudo um proprietário privado* (MARX, 2006, p. 41)

Marx, a partir da descrição de Peuchet, destaca a opinião pública no que diz respeito ao suicídio da jovem. De modo geral, havia especulações e injúrias. Há o registro do fato: “Ao meu redor eu ouvia pessoas murmurarem injúrias sobre aquele suicídio, e as desprezava. Ficava enraivecido diante da opinião pública quando se a observa de perto, com suas lamúrias covardes e suas porcas suposições” (MARX, 2006, p. 43). Neste caso destacado, Löwy comenta que:

[...] é de longe o mais importante, tanto por sua extensão como pelos ácidos comentários do jovem Marx a respeito. Aos seus olhos, o caso parece paradigmático do poder patriarcal absoluto dos homens sobre suas esposas e de sua atitude de possuidores zelosos de uma propriedade privada. Nas observações indignadas de Marx, o marido tirânico é comparado a um senhor de escravos (LÖWY, 2006, p. 18-19).

O que se percebe é que no patriarcado todos os arranjos morais beneficiam o gênero masculino em contraposição ao feminino. Há uma discrepância dos direitos entre os sexos, onde constata-se o poder de decisão do homem sobre a vida da mulher, permitindo-lhe definir e controlar a conduta sexual e as regras que norteiam o relacionamento familiar.

Desta maneira, a liberdade sexual e a fidelidade como princípio basilar deste modelo de família foi corrompida já em sua constituição em favorecimento ao homem, desencadeando uma série de desigualdades em relação à mulher. Esse descompasso de direitos entre os gêneros tem como ponto de partida o trabalho. Ele é, pois, o eixo norteador para fixar os papéis elencados como fundamentais. A dinâmica social ganha relevância no âmbito privado, já que o homem ocupa o espaço circunscrito como socialmente necessário de produtor, relegando à mulher um espaço considerado secundário e de pouca utilidade pública, cuja redução de sua esfera de atividade e ação, tem como finalidade do patriarcado se estender à própria existência da mulher.

Em seguida, Marx comenta o caso de uma jovem grávida que tenta realizar um aborto, pois a sua condição implicaria em um conflito moral avassalador. Mas ela não consegue realizá-lo e compreende o suicídio como um recurso e uma força capaz de livrá-la das opressões que a submetiam na vida privada.

A regulação da reprodução da mulher, através da sociedade capitalista, é o que se destaca na análise do terceiro caso de suicídio selecionado por Marx. Está fora dos domínios da jovem controlar o seu processo reprodutivo biológico. O direito ao aborto que lhe foi tacitamente negado, constata o cerceamento colocado à vida das mulheres e suas decisões. Decorre disso, o não empoderamento do próprio corpo feminino.

A reprodução biológica é ilustrada, no caso em questão, sob o controle da sociedade e de forma direta dos homens. Evidencia-se o corpo da mulher pelo crivo da relação de dominação, sendo capturado como propriedade de outrem e não dela mesma. Em *Sobre o Suicídio* (2006) é figurada essa relação de apropriação da corporeidade feminina. A cena apresenta “uma sociedade que coloca a moralidade abstrata acima do direito dos indivíduos para tomar suas próprias decisões” (BROWN, 2012, p. 48).

Vê-se a solicitação da jovem direcionada ao médico para realizar o aborto: “Querida matar-me, mas querem que eu viva. Disseram-me que sois piedoso e isso me deu a certeza de que não seríeis cúmplice do assassinato de uma criança, conquanto que essa criança não esteja ainda no mundo. Vedes que me refiro ao aborto desse fruto” (MARX, 2006, p. 46).

Marx/Peuchet discorre neste ensaio, acerca da questão da mulher e do aborto na socialidade burguesa, por intermédio da descrição do caso de uma jovem pertencente à classe burguesa, cuja gravidez não era desejada. Ela vai ao encontro do médico operando de artifícios de disfarce, já que o aborto se constitui como um procedimento ilegal e imoral nos primórdios da sociedade burguesa (e até os nossos dias, em muitos países). Vê-se a cena:

Uma noite, de retorno a Belleville, onde morava, ele foi parado por uma mulher disfarçada, numa pequena rua escura, no fundo da qual estava a porta de sua casa. Com voz trêmula, suplicou-lhe que a ouvisse. A certa distância, caminhava de um lado para o outro uma pessoa, cujos traços ele não pôde distinguir. Ela era vigiada por um homem (MARX, 2006, p. 45).

A jovem explica a imprescindível necessidade da assistência do médico na realização do aborto, porque trata-se de uma gravidez concebida no seio familiar e de modo extraconjugal. O texto descreve a angústia da jovem ao abordar o médico e a inclinação em cometer o suicídio:

Calculei tudo meu senhor. Desejava que amanhã fosse o dia, eu iria embora de todo o coração. Tudo está preparado para acontecer dessa forma. Mandaram que eu vos te dissesse isso, então eu vos digo. Cabe a vós decidir se haverá apenas uma morte ou se haverá duas. Pois de minha covardia

obteve-se o juramento de que eu acataria sem reservas a vossa decisão. Decidi! (MARX, 2006, p. 46).

Embora com um semblante harmonioso, o desespero reclama auxílio. A moça teme o repúdio moral da família no que diz respeito à gravidez, sobretudo receia a atitude da esposa do progenitor. Nesta cena, a jovem assevera “estou grávida e, se isso for descoberto, estou desonrada. Minha família, a opinião de todos, as pessoas de bem não me perdoarão.” (MARX, 2006, p. 45).

Com efeito, a conexão afetiva entre a jovem e a mulher do progenitor localiza-se no campo dos laços sanguíneos e afetivos. Era a tia, a qual ocupava o papel de tutora da moça, cuja função foi adquirida prontamente após a morte da mãe da suicida. Resulta deste encadeamento a função de guardião, na esfera jurídica, do procriador no que tange à gravidez da sobrinha de sua esposa. A jovem se encontra em um dilema. Ela visualiza a opção pelo aborto como algo negativo, todavia, converte-se em única alternativa em contrapartida ao “escândalo cuja eclosão somente a morte poderia evitar” (MARX, 2006, p. 45).

Sendo assim, outorga ao médico o domínio da decisão que direcionará o controle não somente do seu corpo, mas, sobretudo, da sua vida. Desta forma, focaliza na repercussão do veredito, isto é, assinala decisivamente que ocorrerá a efetivação de uma morte ou o falecimento de duas pessoas, caso a interrupção da gravidez não seja levada a cabo. Contudo, o médico traz à tona a preferência por outro desfecho, indica para a possibilidade da realização de uma viagem para o exterior, o que a jovem recusa tenazmente. É possível notar na situação:

“Fuja para o estrangeiro”, disse-lhe. “Impossível”, ela respondeu. “Nisso não se pode nem mesmo pensar!”
“Tome precauções favoráveis!”
“Não posso tomá-las; durmo no mesmo quarto que a mulher cuja amizade traí.” “Ela é sua parente?” “Não posso mais responder-vos!” (MARX, 2006, p. 47).

O clínico afirma o anseio em tentar ajudar, todavia, argumenta que não o faria na medida em que, necessariamente, seja envolvido em um conflito (moral e jurídico?). Ele diz: “‘Eu teria’, prosseguiu o médico, ‘dado o melhor do meu sangue para salvar aquela mulher do suicídio ou do assassinato, ou para que ela pudesse escapar daquele conflito sem precisar me envolver em um conflito semelhante.’” (MARX, 2006, p. 47).

A negativa para a assistência ao aborto aparece como uma realidade: “Dei uma resposta negativa; a dama afastou-se rapidamente; o ruído de um cabriolé convenceu-me de que eu não podia mais reparar o que acabara de fazer.” (MARX, 2006, p. 47). O médico demonstra, após o suicídio, culpa por não ter ajudado a jovem na realização do aborto. Ele relata a situação: “Eu me responsabilizava por aquela barbaridade, pois me continha diante da cumplicidade com um assassinato. A luta foi terrível.” (MARX, 2006, p. 47).

Na descrição do médico, ele compara o dilema colocado em questão – o suicídio ou o aborto – com os partos complicados: “Tratava-se, porém, de um assunto em relação ao qual sentia-me vacilar, ainda que milhares de casos, como em partos difíceis, por exemplo, quando a questão cirúrgica oscila entre o salvamento da criança ou o do bebê, a política ou o humanitarismo decidam inescrupulosamente de acordo com suas preferências.” (MARX, 2006, p. 46).

A decisão do médico é atravessada por seus valores morais e pela compreensão patriarcal/misógina do corpo feminino, sua opinião direciona o trágico desfecho da vida da moça. O processo de reprodução social abarca esse quadro de valores morais na sociedade, sobretudo, fundamenta as relações de poder no capitalismo. O médico ocupa dois papéis simultâneos de dominação sobre a decisão da jovem: por um lado, como profissional que tem a habilidade específica para efetuar o procedimento; por outro, como homem, que compreende a procriação sob a moral burguesa e patriarcal. Resta para a moça a última alternativa para romper irrevogavelmente com as opressões projetadas e a impossibilidade de domínio sobre o seu corpo: o suicídio. O que está em evidência é a desigualdade que molda as relações entre os sexos.

A opressão de gênero é vinculada ao sistema capitalista. Este entrelaçamento é perceptível na ausência de domínio da mulher sobre a sua corporeidade. Isso pode se expressar em dois modos analíticos, por sua vez, na dimensão simbólica que fundamenta a moral burguesa, firmando os parâmetros para a condução da vida privada e pública; e também no campo em que as injustiças e violências se materializam na vida, isto é, as relações concretas de existência. Estas dimensões se harmonizam com os objetivos da socialidade burguesa.

Embora o texto não aponte de forma explícita a descrição das violências antecedentes à tentativa do aborto, é notória, na conjuntura exposta, a multiplicidade de opressão sofrida pela moça. Nota-se que as relações entre os sexos são fixadas para além da circunscrição do

modo de produção. A concepção de apropriação/apoderamento torna-se crucial para a compreensão do caso examinado, desde a corporeidade do gênero feminino até as violências que se projetam na dimensão cultural-valorativa que permeiam a vida da protagonista. Em outros termos, todo o enredo parece se apossar da corporeidade da jovem: o chefe da família ao qual ela pertence, o Estado, as opiniões públicas e por fim o médico. Todavia, a protagonista é a única que não é dado o domínio de seu próprio corpo.

Na modernidade, as modificações que se projetam na organização familiar refletem na sexualidade feminina, haja vista que a família inicia um processo de redução do seu núcleo e a reprodução se converte na perspectiva do desejo em procriar filhos. Neste ínterim, “o comportamento sexual estava ligado à reprodução e às gerações” (GIDDENS, 1993, p. 193) por sua vez, “a ‘sexualidade’ não possuía existência independente.” (GIDDENS, 1993, p. 193). Sem embargo, o movimento de autonomia proclamada pela modernidade juntamente com a reivindicação de uma identidade própria do indivíduo, sedimentaram uma sexualidade privatizada do sujeito. Aqui, acontece o que Anthony Giddens, compreende como “sexualidade sequestrada”, em que há o “rompimento cada vez mais radical das instituições da modernidade com a tradição.” (GIDDENS, 1993, p. 193). Decorre disso, um controle acentuado sobre a sexualidade, sobretudo do sexo feminino.

Ademais, o caso de suicídio é atravessado pelo controle da sexualidade da protagonista. Há, em evidência, a constituição de uma hierarquia entre os sexos, a qual se movimenta nas relações sociais. Dito isto, as injustiças se iniciam por intermédio da gestação, o procriador é tutor jurídico da jovem e tio na qualidade de esposo de sua tia, é provável que a protagonista da trama tenha sido aliciada e a ótica de uma violência sexual não está desconsiderada. No artigo *Sobre o suicídio* (2006) há uma descrição que enseja tal perspectiva:

Quinze dias depois, os jornais trouxeram-me a solução do segredo. A jovem sobrinha de um banqueiro parisiense, de no máximo dezoito anos de idade, pupila querida de sua tia, que nunca a perdia de vista desde a morte de sua mãe, deixara-se deslizar para dentro de um regato na propriedade de seus tutores, em Villemomble, e havia se afogado. Seu tutor estava inconsolável; em sua qualidade de tio, o covarde sedutor podia expor a sua dor diante do mundo (MARX, 2006, p. 48).

O desfecho provoca reflexões sobre os crimes cometidos contra a moça. A responsabilidade dos tutores era a proteção, cuidado e o estabelecimento de um local seguro e

saudável para a jovem, contudo, o que ocorre é justamente o oposto. Quando ela se depara com o novo cenário que foi lançada, com a percepção eminente da gravidez e tudo o que implica este processo, procura um médico. Ela transfere o imperativo de decisão para o poder de outro homem. Há um conflito manifesto, na medida em que a protagonista se choca com dois impedimentos patentes: a própria dimensão jurídica da época, cujo tolhimento ao ato é inconteste – Érica Apftbaum (2009), em *Dicionário crítico do feminismo*, nomeia de dominação legal – por outro lado, surge a expressão do imaginário coletivo social, fundamentado na moral burguesa. Este ordenamento da moral burguesa desloca o aborto para a categorias de atos abomináveis perante as normas aceitas socialmente.

Pode-se delimitar o aborto como prerrogativa na decisão da mulher em interromper a gravidez. A moral burguesa também invade a compreensão da jovem sobre o aborto, visto que considera a interrupção da gravidez como um dos crimes mais terríveis, deslocando a decisão final para o clínico. Ela alega ter tido conhecimento sobre o médico e que este se caracterizava pela piedade e pela provável assistência que se daria quando do conhecimento de uma gestação que não deveria existir. A jovem assevera no que diz respeito à solicitação de auxílio: “não me rebaixarei até a súplica, até a dissimulação daquilo que me parece o mais abominável dos crimes. Foi somente por pedidos de terceiros que ora me apresento a vós, pois já deveria me encontrar morta” (MARX, 2006, p. 46).

A decisão do clínico na recusa em efetuar a assistência médica à jovem – cuja justificativa dada consiste em evitar um provável envolvimento em um conflito – aparece de modo emblemático. Em primeiro plano, o corpo feminino e a procriação são entendidos e direcionados através da ótica masculina, concentra nas mãos dos homens da trama o poder de decidir sobre a continuidade da gravidez. Ademais, o aporte moral que se sobressai no veredito exprime a visão sexista sobre a mulher. Mesmo a jovem afirmando que o suicídio seria efetivado, caso a interrupção da gravidez não se cumprisse, o médico impõe a sua consciência moral acima da própria decisão da moça.

O afastamento e negação de um profissional que lida na esfera pública evidencia a recondução do caso para a esfera estritamente privada. Esta ação remete a culpabilização dos relacionamentos individuais no que diz respeito à resolução da problemática. Desta forma, direciona o aborto ao campo individual, enquanto um problema exclusivo do gênero feminino e da família, pois é visualizado como uma questão específica da esfera privada.

A descrição do caso é delineada pelas inúmeras violências sofridas pela protagonista. A procriação é tida como indesejada para a jovem. Já para a sociedade, é preferível o desfecho trágico do suicídio em contrapartida ao delineamento de uma imagem de uma moral desestabilizada. Aqui, a “procriação aparece como castração” da vida (MARX, 2010, p. 83). Ao passo que a sociedade burguesa impele a mulher a prosseguir com uma gravidez não desejada, ocorre a castração do domínio próprio sobre o existir. Segundo Heleieth Saffioti, “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina” (SAFFIOTI, 2004, p. 49).

O suicídio é concebido, por ela, como uma alternativa contra as violências que afetam a sua vida. A reprodução social comporta a faceta da eticidade do médico em decretar o prosseguimento da gestação, da visão da própria suicida sobre o aborto, da sua última decisão em romper com uma vida inautêntica. Em suma, ela abrange a diversidade em reproduzir os ideais da sociedade burguesa em um caso singular, o qual é transferido para a esfera privada, mas que reflete as formas e possibilidades concretas das performances da existência sob o pano de fundo da dominação imposta às mulheres.

Por fim, tem-se um quarto caso, um pouco diferente dos três primeiros, porém não menos importante. Neste, Marx/Peuchet examina o relato de um homem desempregado que não aceitava a ideia de ser sustentado pela esposa e filhas. Ele também é atingido pelo patriarcado, já que se sentia ferido moralmente sob o crivo da imposição de ser provedor da família. Sendo assim, vê-se mergulhado em profundo desânimo e sob a presença de uma falta de mudança de perspectiva. Desse modo, ele encontra no suicídio uma forma de diluir seus tormentos e de acabar com sua angústia.

O suicídio masculino, nesta narrativa, é motivado pelo sentimento de desonra, impulsionado também pelas relações patriarcais. O homem foi demitido em um contexto de crise, cuja redução de funcionários/empregados atingiu a sua vida individual. Ele encara essa situação recorrente, embora desagradável, como algo inaceitável, já que o desloca da posição de provedor da sua família. Heleieth Saffioti aborda essa compreensão:

Os homens, contudo, são os mais afetados, na medida em que sempre lhes coube prover as necessidades materiais da família. E este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer. Além de o sentimento de impotência ser gerador de violência, pode resultar também em impotência sexual (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

O principal motivo da angústia e desespero do nosso suicida masculino é o fato de considerar insuportável não ocupar mais a função de chefe econômico de seu lar. Os papéis patriarcais são invertidos, sua mulher e filhas eram costureiras, o que permitiria o sustento, mesmo que com dificuldade, das despesas da casa por meio do trabalho delas.

A ideia de não desempenhar o lugar de dominação nas relações pessoais da família, lançou o moribundo à única rota de fuga encontrada por ele: o suicídio. Neste relato, a força das relações patriarcais não são menos visíveis, pelo contrário, o protagonista da trama apresenta um elemento importante: ele também foi socializado pela dinâmica patriarcal. Essa percepção molda a sua forma de encarar a vida e também de se enxergar nessas relações. Até mesmo o homem é impactado e sofre no interior das relações machistas e sexistas, embora de uma forma e em um nível distinto comparado ao que acontece com a mulher, sua principal vítima.

No entanto, o homem é, no interior das relações patriarcais, forjado à reprimir sentimentos, emoções, desejos, isto é, performances de existência que são admitidas socialmente como exclusivas do sexo feminino. Resulta disso que o homem narrado no caso é afetado por essa noção de produtividade e utilidade, força e poder, oferecida pelo ideal sexista da sociedade de sua época. Perder o emprego significava ser igualmente reduzido a nada, porque trata-se de um componente fundamental para demarcar seu poder nas relações familiares e delinear a sua imagem perante à sociedade como um todo. Foi adicionado um novo elemento ao seu desespero e sentimento de impotência: ser sustentado por mulheres. O protagonista deixa um bilhete que relata a sua motivação:

Em seu bolso, foram encontradas uma carta e informações sobre suas relações pessoais. Sua mulher era uma pobre costureira; suas duas filhas, de dezesseis e dezoito anos, trabalhavam com ela. *Tarnau*, nosso suicida, dizia nos papéis que deixou “que, não podendo mais ser útil a sua família, e sendo forçado a viver à custa de sua mulher e de seus filhos, achava que era sua obrigação privar-se da vida para aliviá-los dessa sobrecarga; [...] (MARX, 2006, p. 49).

Nesta cena de suicídio, o olhar de Marx pode apontar uma direção eficaz acerca da luta contra a opressão das mulheres: é necessário que todos sejam envolvidos nesse combate. Saffioti (2004), aponta uma questão salutar sobre o tema: “Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens,

mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 35). Desta forma, a superação do patriarcado indica o rompimento de símbolos e violências que trazem malefícios à humanidade como um todo, tendo a figura da mulher como a sua principal vítima, mas não a única.

A publicação do artigo *Sobre o suicídio* (2006) destaca-se, justamente, por apresentar uma contestação acerca da compreensão de naturalidade do patriarcado, uma vez que as narrativas dos casos examinados mostram o que está por trás dos suicídios, isto é, a dominação masculina e todo um sistema de prática de violências, construído e mantido pela sociedade. E essa compreensão é sustentada no interior de uma sociedade em que a maioria dos esquemas explicativos admite a naturalização do patriarcado. Vale lembrar a percepção de Michael Löwy sobre o ensaio: “esse texto de Marx é uma das mais poderosas peças de acusação à opressão contra as mulheres já publicadas. Três dos quatro casos de suicídio mencionados nos excertos se referem a mulheres vítimas do patriarcado [...]” (LÖWY, 2006, p. 18).

Ademais, o ensaio que fala sobre a morte voluntária também apresenta o fenômeno como uma ação transgressora, as personagens se lançam à morte ao invés de permanecerem no sofrimento. Elas eram suficientemente livres para suicidar-se, mas não para ter controle sobre o seu espaço, a sua vida em sociedade. O confinamento em que estiveram presas também pode ser percebido na hora da morte, pois o suicídio das protagonistas dispensa espectadores, acontece na solidão, no desgarramento de uma vida fora de si. Marquetti (2017) esclarece que: “O direito de viver, morrer ou sofrer em público, de expor sua sexualidade, sua dor, sua satisfação ou insatisfação foi e é negado às mulheres. Herança perversa que se luta para mudar, mas que ainda resiste.” (MARQUETTI, 2017). Nota-se também, nas cenas colocadas em debate aqui, a manifestação de um grito de rebeldia e de recusa dos papéis definidos socialmente.

A vida da mulher é impulsionada a se realizar apenas através das instituições, como o casamento e a maternidade, delineada pela decisão dos homens. Aqui, “A reificação capitalista e a dominação patriarcal são associadas por Marx nessa acusação radical contra as modernas relações da família burguesa, fundadas sobre o poder masculino.” (LÖWY, 2006, p. 19).

É neste sentido que o suicídio aparece como uma exteriorização maior, já que surge como “única forma de morte contemporânea que expõe sua subjetividade ao mundo e, no caso feminino, talvez, seja uma das poucas possibilidades de fuga.” (MARQUETTI, 2017).

3.3 O SUICÍDIO EM MARX

A pergunta clássica, "Ser ou não ser: eis a questão", abre de maneira fundamental o debate sobre o suicídio no Ocidente. O autor que escreve de forma simples, todavia marcante para a história ocidental sobre o dilema existencial acerca da liberdade de morrer, é Shakespeare. Ele acreditava que a vida "é uma história contada por um idiota, cheia de sombra e fúria, significando nada" (SHAKESPEARE, 2016, p. 211).

O suicídio já foi considerado como um dos mais abomináveis crimes na história. De modo que, na Idade Média, ele foi visto como um ato condenável, sendo o corpo do suicida submetido a um enforcamento público ou ainda sujeito ao arrastamento nas estradas por um cavalo, ou seja, trata-se de uma forma simbólica de punição contra o suicídio, mesmo depois de sua morte, o indivíduo é submetido aos ditames morais da sociedade. Além disso, os familiares acabavam sendo expostos ao vexame, à culpa e à miséria, uma vez que as riquezas do suicida eram confiscadas.

Pensando a modernidade, Karl Marx escreve sobre o suicídio a partir da análise de um arquivista policial acerca do fenômeno. O filósofo, nesse escrito, "compartilhava claramente a visão de Peuchet sobre a natureza destrutiva da sociedade existente e pretendia que o ensaio fosse uma crítica aos teóricos socialistas alemães" (PLAUT, 1999, p. 30). Marx, considerava que o suicídio pode ser uma saída legítima – e até corajosa – daqueles que se recusam a pertencer ao grupo dos carrascos ou dos oprimidos.

O autor rebate os argumentos que caracterizam o fenômeno como algo moralmente depreciativo. Partindo dessa perspectiva, ele analisa os casos concretos sobre o suicídio. Marx sabe mais que ninguém que ideias abstratas não resolvem a questão objetiva de ser ou não ser. Desta forma, o filósofo compreende que nenhuma lei é capaz de solucionar tal problemática, pois compete ao ser individual decidir se permanece ou não a viver. Ele explica que argumentos como estes não têm o efeito de afetar os que pensam em morrer.

Em razão disso, Marx afirma que o suicídio é algo que faz parte da nossa sociedade e acrescenta que: “no que diz respeito à coragem, se se considera que ela existe naquele que

desafia a morte à luz do dia no campo de batalha, estando sob o domínio de todas as emoções, nada prova que ela necessariamente falte quando se tira a própria vida em meio às trevas” (MARX, 2006, p.25). O autor destaca o ato de coragem quando em meio a solidão, ao desespero e a angústia, um indivíduo decide romper com a vida. Além da escolha individual e do próprio questionamento de dar continuidade à vida, o filósofo também identifica o suicídio como fenômeno social. Em suas palavras:

O número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade; pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico (MARX, 2006, p. 24).

Neste trecho, percebe-se que Marx não abdica de tornar clara a característica social do suicídio, como Minois (2018) descreve, em *História do suicídio*, "a psiquiatria e a sociologia põem em destaque a responsabilidade das fragilidades morais e mentais do indivíduo, bem como as deficiências e injustiças da estrutura social." (MIONIS, 2018, p. 392). Desta forma, o filósofo, em sua breve análise, e antecipando-se a Durkheim e Freud, examina o paradoxo entre a escolha individual em relação ao suicídio e as condições sociais degradantes que podem implicar na decisão pela morte voluntária. De toda sorte, o que se pode inferir no exame concreto dos casos analisados é que o suicídio não deve ser capturado apenas de um único modo, pois são vários e diversificados.

Por outro lado, para Freud o suicídio apresenta uma possibilidade de retorno às pulsões agressivas da pessoa contra si mesma. Isso significa dizer que o suicídio se configuraria enquanto uma violência inconsciente sobre o próprio sujeito. O que a psicanálise propõe diante da problemática do suicídio é justamente a escuta singular de cada indivíduo. Ao publicar o artigo sobre suicídio, o que Marx faz, senão dar voz singular a cada protagonista do suicídio? De modo que seja possível nomear e descrever os padecimentos sofridos pelos personagens a partir de si mesmos. Com isso, Marx aponta que, em certas ocasiões, é preciso deixar de viver para preservar o que há de mais genuíno: a singularidade humana, a potência libertadora de ser quem quiser ser.

Pensar a complexidade do indivíduo remete à própria compreensão sobre a finitude e a morte. A consciência de finalização da vida permite refletir a problemática do suicídio, um ato genuinamente humano. É neste encontro que a pergunta sobre o que constitui o indivíduo

e seu sentido de existência exhibe a visão do filósofo revolucionário acerca da individualidade humana. É a partir dessa perspectiva que Marx concebe o lado “avesso” do suicídio, já que ele não parte de uma valoração negativa do fenômeno. Em outras palavras, ele não condena o autoextermínio como uma ação depreciativa do indivíduo. Aliás, o autor também se desvia de um exame determinista no que diz respeito ao sujeito suicida. Em vista disso, o filósofo declara, com efeito, que “não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa” (MARX, 2006, p. 25).

Antes de tudo, Marx indica que a cotidianidade e os eventos que antecipam o ato de se suicidar são variados e, por essas razões, ninguém está a salvo do emaranhado de circunstâncias opressivas. Numa direção parecida, Löwy acrescenta que, para Marx, “[...] a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos” (LÖWY, 2006, p. 17).

Por outro lado, o que Marx apresenta é o “avesso” do suicídio, aquilo que não estava em evidência, a saber, a singularidade daquele que comete a morte voluntária. As causas que impulsionam o suicídio, dirá o autor, parecem dispor de uma diversidade que foge à censura uniforme e insensível dos moralistas (MARX, 2006, p. 24).

Sem sombra de dúvidas, considerado como um ato polêmico, não há uma solução simples que possa responder à morte voluntária. Ela desperta fascínio, repulsa e curiosidade desde tempos imemoráveis. Além disso, “o silêncio e a dissimulação que a rodearam durante muito tempo instauraram um clima de mal-estar em torno dela” (MINOIS, 2018, p. 02).

A pergunta sobre quais forças perpassam o indivíduo para levá-lo ao suicídio permanece aberta, uma vez que a resposta continua enigmática. Isso porque, há uma multiplicidade de acontecimentos e de razões subjetivas que podem impulsionar o autoextermínio. Sendo assim, as causas não se exibem de maneira padronizada. Diante dessa indeterminação, Marx apresentará como uma possível chave de interpretação considerar o sujeito singular, sua ação e seus problemas frente à morte voluntária.

No exame realizado por Marx (2006) em *Sobre o suicídio*, o ser humano é descrito como um ser cindido, já que está desgarrado em relação à sociedade. Contudo, o ser humano também é apresentado como o protagonista na luta contra os males que atingem a sua individualidade. Neste sentido, a singularidade humana expressaria as distintas emoções, os

variados padecimentos e as múltiplas causas que entrelaçam o indivíduo à ocorrência do suicídio. Por isso, ele se defronta com a morte de forma única.

Não é possível comensurar os sentimentos dos indivíduos. Marx chama a atenção para a diversidade humana que seria evidenciada no ato de suicídio. Em consequência disso, o filósofo não restringe o fenômeno a uma classe social, pois a morte voluntária é notada em todos os grupos sociais que integram a sociedade. Partindo desse entendimento, Marx/Peuchet declara que “embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos” (MARX, 2006, p. 24).

É possível afirmar, que o filósofo apresenta o suicídio como parte do enredo das tragédias humanas, cujas origens não se restringiriam ao advento do capitalismo. No entanto, o autor exhibe o fenômeno também através de outras facetas que se agregam ao período histórico que valoriza o valor, como o interesse privado que permeia as relações sociais.

A sociedade burguesa, definitivamente, não liberta o ser humano de suas tragédias. Apesar de prometer a liberdade individual, não reconstrói ou reafirma os laços entre os sujeitos. Em verdade, esse modelo de sociedade estabelece o estranhamento, amplia o abismo entre os indivíduos e refuncionaliza o drama humano. Dentro dessa ótica, Löwy conclui que “a natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais” (LÖWY, 2006, p. 18).

A individualidade humana floresce nas sociedades burguesas como o único elemento que ainda resta ao indivíduo, no panorama geral que promove o afrouxamento dos laços comunitários. O suicídio será tomado como protesto contra o reducionismo que atinge a individualidade humana. Como escreve Marx, “vê-se que, na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada” (MARX, 2006, p. 48).

Sem embargo, é possível notar que o fenômeno aparece, por um lado, como expressão da anomia, que traria em seu núcleo a busca pelo não-ser, anseio pelo ápice do desgarramento do indivíduo em relação à sociedade e, por outro, é concebido como “último recurso” do ser humano contra os males que afetam a sua subjetividade. Ou seja, a individualidade contesta as formas de opressão que se expressam nas relações entre os sujeitos. Protesta contra as condições de existência que afligem a singularidade do indivíduo, sua autonomia, sua consciência e sua universalidade. Marx/Peuchet destaca a diversidade de fatores que podem levar ao suicídio:

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável (MARX, 2006, p. 24-25).

Com efeito, o filósofo, neste trecho, reflete sobre o amor à vida que impulsiona a personalidade. Quando as condições de existências são insustentáveis para o indivíduo, o suicídio se mostra como um recurso para livrar-se dessas circunstâncias.

Marx assinala ainda que tais condições só poderão ser modificadas por intermédio de uma reforma total na sociedade, uma vez que “as relações entre os interesses e os ânimos, as verdadeiras relações entre os indivíduos ainda estão para ser criadas entre nós inteiramente, e o suicídio não é mais que um entre os mil sintomas da luta social geral [...]” (MARX, 2006, p. 29). Nesse sentido, a individualidade humana, na sociedade capitalista, se converte em estranheza e se traduziria numa palavra: solidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manuscrito, *Sobre o suicídio* (2006), caracteriza-se por sua riqueza estilística e temática. Não só por ser um texto quase desconhecido que desperta fascínio e curiosidade, mas, sobretudo pelos elementos que o compõem. O artigo foi publicado em um momento de aprofundamento teórico de Marx e de sua imersão nas experiências concretas de Paris. Observa-se que a discussão sobre o suicídio e a individualidade humana está interligada com o todo teórico do autor, mesmo que guarde aspectos únicos. Isso nos permite avançar sobre a problemática do suicídio, mas também nos oportuniza realizar uma redescoberta do próprio pensamento do filósofo revolucionário. Aqui, aparece com maior evidência um Marx que não se limita às fórmulas econômicas, contudo, aproxima-se mais ainda do sofrimento humano, nas condições reais de vida. Sem embargo, o texto que aborda a morte voluntária oferece pistas para melhor compreender outras perspectivas do conjunto da obra marxiana.

O estudo acerca do ensaio *Sobre o suicídio* (2006) revelou que o texto tem como característica a singularidade, mas isso não significa dizer que o manuscrito não apresenta ligações importantes com o arcabouço teórico de Marx. O primeiro aspecto a ser destacado é o uso de uma estilística literária. O pensador renano demonstrou desde o início de sua formação uma sensibilidade às belas artes e às expressões literárias. Isso despertou um cuidado para com os seus próprios manuscritos. Marx tinha a preocupação de elaborar um texto com rigor e articulação, que pudesse, ao final, compor um “todo artístico”.

Percebe-se que a atenção dedicada à literatura bem como à construção de uma identidade estilística antecede ao ensaio que fala sobre a morte voluntária. Antes que pudesse partir para questões concretas e formular o seu projeto de crítica da economia política, a literatura já tinha presença marcante na vida de Marx. Isso foi crescendo, na medida em que ele começou a realizar remissões literárias em sua obra. Vale ressaltar que essa composição não foi feita de modo isolado, pois desde os seus primeiros manuscritos, nota-se a existência da literatura em sua escrita.

O estilo literário em *Sobre o suicídio* (2006) desperta até mesmo dúvidas sobre a verdadeira contribuição de Marx acerca do artigo. Contudo, o filósofo não somente editou e traduziu, mas adicionou também comentários, realizou modificações e publicou o texto sob a sua assinatura. Michael Löwy traz à luz a problemática e sua posição:

Tendo em vista a natureza do artigo, poderia ele ser considerado parte integrante dos escritos de Marx? Além de havê-lo assinado, Marx imprimiu sua marca ao documento de várias maneiras: na introdução escrita por ele, na seleção dos excertos, nas modificações introduzidas pela tradução e nos comentários com que temperou o documento (LÖWY, 2006, p. 14).

Portanto, a estilística de Marx é perceptível no texto que fala sobre o suicídio. Ele coloca em evidência através da utilização do recurso literário, uma exposição mais próxima do real e da subjetividade humana. A crítica realizada por Marx, aqui, não se limita à exploração econômica, “Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos” (LÖWY, 2006, p. 17). Para fazer esse empreendimento, Marx optou pelo recurso literário, já que essa característica, como vimos, traz à baila a mobilização do sujeito na cotidianidade, penetrando as diferentes dimensões sociais e revelando o que há de mais cativante nas cenas da vida prática.

Em *Sobre o suicídio* (2006) notamos que a função do estilo literário foi apresentar de modo criativo, para o público leitor, uma escrita que relaciona as situações particulares dos indivíduos da trama com a realidade social que fazia pano de fundo para o enredo. Esse efeito persuasivo de ligação oportuniza uma compreensão ampla, na medida em que mostra a singularidade do ato de suicidar-se. Ricardo Abduca destaca o papel da literatura e a escolha feita por Peuchet no ensaio: “A demarcação entre o arquivista Peuchet e o panfletário não é totalmente clara. Peuchet trabalha seus casos de uma forma indiscutivelmente 'literária', às vezes como um narrador onisciente, mas ele sempre parece usar material de arquivo, ou de suas memórias pessoais” (ABDUCA, 2012, p. 23).

É preciso levar em consideração que Kevin Anderson (1999), Michael Löwy (2006) e Ricardo Abduca (2012) salientam o aspecto curioso do ensaio *Sobre o suicídio*. Eles argumentam que o texto tem um destaque no painel teórico de Marx, por sua natureza singular, excepcional ou simplesmente insólita. Sem dúvidas, a partir desta pesquisa, podemos afirmar que o manuscrito é único, contudo, ele guarda elementos fundamentais com o restante da obra marxiana. Por este motivo, é possível afirmar que não se trata de um escrito apartado do conjunto teórico de Marx. O ensaio oferece uma compreensão concreta das cenas de suicídio a partir da metodologia de estudo de casos. O estilo literário baseado em memórias permite uma ótica dramática e consistente dos principais dilemas existenciais da vida humana.

A investigação sobre a literatura permitiu revelar o quanto este recurso estilístico tinha a função de exhibir os pormenores das cenas do suicídio e, por conseguinte, mostrar a

singularidade humana implicada nos episódios narrados. Esse resultado conduziu a pesquisa a percorrer o que seria o sentido de existência humana para Marx.

A percepção da própria existência e a concepção de perecimento se configuram como um momento de reflexão sobre o existir humano e como este existir está situado nas condições sociais. O sentido da existência individual e a localização do indivíduo na sociabilidade, são alicerçados como pontos importantes sobre a reflexão da própria vida humana. Emerge dessa reflexão um leque de possibilidades diversas, entre elas o suicídio. É nesta perspectiva que a assertiva de Albert Camus sobre o suicídio adquire lugar: “julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia” (CAMUS, 2019, p. 13). Sem embargo, Camus (2019) destaca o suicídio como um problema originalmente filosófico que incide na avaliação e reflexão do indivíduo sobre a sua existência.

Desta forma, o exame sobre a individualidade ganhou relevância na temática referente ao suicídio. Percorremos a posição do pensador renano acerca da constituição da individualidade humana. Segundo Marx, a atividade vital aparece de forma significativa, já que é por meio dela que o indivíduo pode transformar o que está em sua volta e a si mesmo. Destaca-se que o ser humano foi concebido pelo crivo da liberdade, uma vez que cria coisas novas, na medida em que se autoconstitui. Sem embargo, o filósofo revolucionário entende o ser humano como ser natural, ativo, singular, universal, livre, embora limitado, padecedor e finito. Essa interpretação é importante para visualizar de que modo, posteriormente, o indivíduo vai se perceber apartado e estranhado na sociedade capitalista.

Revisitar o conceito de estranhamento e alienação permitiu lançar luz sobre uma perspectiva do suicídio moderno, uma vez que esta categoria explica a forma como nossa liberdade de viver e de morrer é forjada no capitalismo. O fenômeno do suicídio é tomado como um sintoma deficiente da sociedade, o que engloba processos tanto de individualização quanto oriundos das relações concretas. Nota-se que, na sociedade burguesa, o ser humano sente-se isolado, em plena solidão, apartado dos elementos vitais que mobilizam a vida em comunidade. Ele concebe uma perda de si mesmo e a ligação com a própria vida aparece distanciada. Esses são sintomas que desencadeiam um processo semelhante com a tendência suicida.

No panorama de morte do Ocidente, esse episódio é tido como algo privado, íntimo e controlado. O suicídio vai aparecer como uma maneira de romper com esse paradigma, já que

desestabiliza aquilo que seria esperado. Neste sentido, o suicídio protagonizado por mulheres expressa uma duplicidade de contravenção: a ideia de um modelo de morte e o próprio padrão de feminilidade. Percebe-se que há uma possível compreensão de que as mulheres suicidas mostram à sociedade as amarras patriarcais que confinavam suas existências. Desta forma, apresentavam, como uma espécie de denúncia, as relações estabelecidas e que se revelavam hostis e degradantes. O principal foco desse artigo é o suicídio de mulheres burgueses, a maioria vivendo sob severas restrições familiares (ANDERSON, 1999, p. 08). Michael Löwy resume auspiciosamente a relevância da publicação de Marx:

Não obstante seus limites evidentes, este pequeno e quase esquecido artigo do jovem Marx é uma preciosa contribuição a uma compreensão mais rica das injustiças sociais da moderna sociedade burguesa, do sofrimento que suas estruturas familiares patriarcais infligem às mulheres e do amplo e universal objetivo emancipador do socialismo. (LÖWY, 2006, p. 19)

A pesquisa pôde evidenciar elementos que foram, por muito tempo, negligenciados, tais como o estilo literário, a individualidade humana, as relações patriarcais na sociedade capitalista e o tema da morte voluntária em Marx. Essa abordagem permite revisitar o pensamento do filósofo revolucionário sob uma nova interpretação. Podendo assim, desvendar um Marx preocupado com problemas cruciais do século XXI e lançar luz sobre as suas contribuições no que diz respeito à temática.

No ensaio percebemos que compreender o processo de desgarramento também serve de guia para lidar e lutar contra o suicídio moderno. O ilustre renano aponta a necessidade de restabelecer o fio da vida através de uma reforma total da sociedade. Embora o suicídio apareça, aos olhos de Marx, como uma saída legítima contra os males sociais, ele não resolve as principais problemáticas que estruturam o seu aparecimento.

Pelos casos analisados é possível afirmar que o suicida, paradoxalmente, pretende continuar a viver, em oposição às rudezas que um momento civilizatório provoca no ser humano. Marx nos convida a refletir sobre o suicídio e ao abordar o tema, o autor quebra o silêncio e o tabu acerca do fenômeno, aponta para a necessidade de resgatar o que nos liga à vida.

A afinidade teórica demonstrada por Marx em relação às memórias de Peuchet apresentou o perfil de um filósofo diverso e à frente de seu tempo. Mesmo o pensador renano, tendo ciência dos dados estatísticos que apontam uma maior incidência de suicídio entre

homens, ele preferiu destacar no artigo publicado, a narrativa predominante das mulheres suicidas. O tratamento tanto de Peuchet quanto de Marx, acerca das causas que motivaram a morte voluntária feminina, nos autoriza a afirmar que fugiram das saídas simplistas e moralizantes que giravam em torno do fenômeno. Em verdade, *Sobre o suicídio* (2006): “constitui um protesto apaixonado contra o patriarcado, a sujeição das mulheres - incluídas as ‘burguesas’. Com raras exceções, não há nada comparável nos escritos posteriores de Marx” (LÖWY, 2006, p. 19).

Em contraposição a um ideário sexista e patriarcal de sua época, e que até hoje se faz presente, Marx pretendia lançar ao seu público leitor uma reflexão sobre a condição da mulher no seio da família burguesa, a predominância do machismo e o seu devastador efeito sobre as relações na sociedade. O suicídio, a partir da exposição da singularidade feminina concede uma crítica incisiva acerca da esfera privada, antecipando, de maneira breve, mas profunda, temas importantes do movimento feminista como: o aborto, o patriarcado e a opressão familiar. Ficamos com a impressão de estarmos diante de uma leitura que ecoa duas vozes solitárias de seu tempo.

Portanto, o suicídio em Marx é, acima de tudo, um convite para revisitar as reflexões do filósofo renano sobre a multiplicidade viva e atual dos temas que atravessam o fenômeno. Trata-se, então, de uma oportunidade de conceber a individualidade humana e o sentido de existência nas relações concretas. Mas, resta salientar que tal exercício analítico permanece aberto às novas questões e problemáticas que poderão ser levantadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABDUCA, Ricardo. Marx y la cuestión del suicidio: hipótesis de lectura. In: MARX, Karl. **Acerca del suicidio**. Traducción de Ricardo Abduca. Editorial Las Cuarenta. Buenos Aires, 2012.
- ANDERSON, Kevin B. Classe, gênero, raça e colonialismo: A “Interseccionalidade” de Marx. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.1 2, n.2, p.1499 - 1526, 2021.
- ANDERSON, K.; PLAUT, E. **Marx On Suicide**. Evanston: Northwest University Press, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Marx e a ontologia do suicídio. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo: Boitempo, N°8, 2006. pp. 216-217.
- AUGUSTO, André Guimarães. Marx e as “robinsonadas” da Economia Política. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 301-327, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. O conceito de Alienação no jovem Marx. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 223-245, 2011.
- BERLIN, Isaiah. **Karl Marx: sua vida, seu meio e sua obra**. Trad. Hélio Pólvora. São Paulo: Siciliano, 1991.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Apresentação. In: LANDSBERG, Paul Ludwig. **Ensaio sobre a experiência de morte e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUCRio, 2009.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BROWN, Heather A. **Marx on Gender and Family: a critical study**. Linden e Boston: Brill.
- CAMUS, Albert. **O mito de sísifo**; tradução Ari Roman, Paulina Watch – 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.
- DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoé**. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo de sociologia**. Tradução Monica Stahel. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2019.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Trad. António Sousa Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1976. (Crítica e sociedade, 8).

ELIA, Sílvio. **Brasileirismos: Eu vi ele.** In: BECHARA, Evanildo (Org.). **Estudo da língua portuguesa: textos de apoio.** Brasília: FUNAG, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FONTES, Virgínia. Sobre Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GABRIEL, Mary. **Amor e Capital: a saga da família de Karl Marx e a história de uma revolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia.** São Paulo: UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas;** São Paulo: UNESP, 1993.

HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra. Volume 1 (1818-1841).** São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009.

KANAYAMA, Ricardo Alberto. **Minha ilha; meu direito: Robinson e a construção do indivíduo moderno.** Curitiba. 100 f. [Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas]. Universidade Federal do Paraná, 2009.

KONDER, Leandro. **Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

LANDSBERG, Paul Ludwig. **Ensaio sobre a experiência de morte e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUCRio, 2009.

LÁPINE, Nicolai. **O Jovem Marx.** Trad. Zeferino Coelho. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LÖWY, Michael. Um Marx Insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o Suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MARQUETTI, F.; MARQUETTI, F. Suicídio e feminilidades. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, n. 49, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**, [organização e introdução Osvaldo Coggiola e tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. (Tradução: Mario Duayer, Nélcio Schneider; colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Volume I).

MARX, Karl. **A Sagrada Família**, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. (Tradução: Marcelo Backes). São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção MarxEngels).

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: a História de sua vida**. Trad. Paula Maffei. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio**: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. Traduzido por Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. Marx e a procriação: por um materialismo não-economicista. In: Andréia Galvão (org.). **Marxismo, capitalismo, socialismo**. São Paulo, Xamã, 2008, p. 243.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. **Os Mercadores, o Templo e a Filosofia**: Marx e a religiosidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. Marx. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 29, 2009.

NETTO, José Paulo. **Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

OLIVEIRA, Manoela Hoffman. **O Indivíduo em Marx**. São Paulo, Alameda, 2015.

RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômicos-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

RODRIGUES, Marta. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 698-713, dez. 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; ou princípios do direito político**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Vinicius dos. **O Indivíduo Abstrato: subjetividade e estranhamento em Marx**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Macbeth**; Tradução Rafael Raffaelli.– Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

SILVA, Francisco de Assis. **Marx: literatura e crítica da Economia Política em “O Capital”**. Salvador. 208 f. [Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia]. Universidade Federal da Bahia, 2018.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Paulo. A Individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. In. **Ensaio Ad Hominem - N.1. Tomo I - Marxismo**. São Paulo: Estudos e Edições *Ad Hominem*, 1999.

TERTULIAN, Nicolas. Marx: uma filosofia da subjetividade. Tr. Juarez Duayer, **Outubro**, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, n.10, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VENEU, Marcos Guedes. **Ou não ser: uma introdução à história do suicídio no ocidente**. Brasília: UnB, 1994.

WATT, Ian. **A Ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHEEN, Francis. **Karl Marx**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.